



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO

**HISTÓRIA E HISTORIADORAS NA PARAÍBA: UM ESTUDO SOBRE
MULHERES, CONHECIMENTO HISTÓRICO E O PROCESSO
MODERNO (1934 – 1979)**

**RECIFE – PE
2006**

ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO

**HISTÓRIA E HISTORIADORAS NA PARAÍBA: UM ESTUDO SOBRE
MULHERES, CONHECIMENTO HISTÓRICO E O PROCESSO
MODERNO (41934 – 1979)**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para obtenção do título de **doutor** em História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Octávio de Arruda Mello

**RECIFE – PE
2006**

FICHA CATALOGRÁFICA

A 663 h Araújo, Roberto Jorge Chaves.

História e historiadoras na Paraíba: um estudo sobre conhecimento histórico, mulheres e o processo moderno (1934 – 1979). Roberto Jorge Chaves Araújo.

223 p

Inclui bibliografia

Orientador José Octávio de Arruda Mello

1. Paraíba – História - 1934-1979 2. Mulheres historiadoras – Paraíba 3. Historiografia – 1934 -1979.

UFPB/BC

C. D. U.: 981.33 (043)

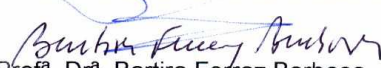


ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO ROBERTO JORGE CHAVES DE ARAÚJO

Às 10:00 h do dia 23 (vinte e três) de Fevereiro de 2006 (dois mil e seis), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Roberto Jorge Chaves de Araújo** intitulada **“História e historiadoras na Paraíba: um estudo sobre mulheres, conhecimento histórico e o processo moderno (1932-1979)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: José Octávio de Arruda Mello (Orientador), Bartira Ferraz Barbosa, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Maria do Socorro Ferraz Barbosa e Severino Vicente da Silva. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

Recife, 23 de Fevereiro de 2006.

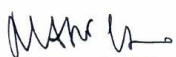

Prof. Dr. José Octávio de Arruda Mello


Profª. Drª. Bartira Ferraz Barbosa


Profª. Drª. Maria Eulina Pessoa de Carvalho


Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Prof. Dr. Severino Vicente da Silva


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Marta Lopes Gomes

*Para os maiores personagens
da minha história: minha mãe e meu pai.*

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, de diversas formas e em diversas instituições. Se alguma delas não for mencionada peço desculpas. Algumas que colaboraram de forma mais direta serão mencionadas.

O Professor José Octávio que colocou sua experiência, sabedoria e estimulante amizade ao meu dispor. Suas palavras tranquilizadoras foram importantes em momentos de insegurança quanto ao desenvolvimento do trabalho. Dona Amável Maria, sua esposa, pelo estímulo e amizade não pode ser esquecida. A casa do Professor José Octávio esteve sempre de portas abertas. Cresci não só profissionalmente, mas também como pessoa. Na fase final do trabalho e na revisão a contribuição da Professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho foi determinante. Suas observações tornaram a pesquisa melhor e me fizeram crescer intelectualmente. Ficam registrados meus sinceros agradecimentos à Maria Eulina, que além de co-orientar a tese fez crescer uma amizade de longa data. Também agradeço à Professora Martha M.^a Falcão de C e Moraes Santana, que sempre me prestou informações sobre como conseguir referências importantes sobre as mulheres pesquisadas.

O apoio recebido da Coordenação do Programa de Pós-graduação em História, nas pessoas da Professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa e do Professor Marcus Joaquim Maciel de Carvalho foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Também o pessoal da Secretaria, todas atenciosas e ágeis no trato das questões administrativas, foi importante para levar adiante o trabalho. Meus sinceros agradecimentos a Marli, Marta, Luciene e Carmem. Também não posso esquecer de Ioneide, da PROPESQ, que sempre me atendeu com prestimosidade, resolvendo questões fundamentais relativamente à bolsa de estudos. Não posso deixar de mencionar o Supervisor do IBGE em João Pessoa, Lamartine

Candeia de Andrade, que ultrapassando regulamentos, cedeu material para o desenvolvimento do segundo capítulo do trabalho me fazendo poupar um tempo precioso. Finalmente agradeço à minha família que, pelo convívio, possibilitou uma importante sociabilidade.

RESUMO

Esta pesquisa historiográfica analisa textos de história publicados por mulheres na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, de 1934 a 1979. Procura responder a questão que diz respeito à contribuição dos seus trabalhos para a construção da sociedade e da cultura modernas na Paraíba, particularmente em João Pessoa. Reúne elementos pelo menos de três tipos de métodos os quais são: o dialético, considerando-se mais as contribuições gramscianas, o comparativo e o estudo de caso. Considera a história da história como um campo especializado de estudos cujo desenvolvimento está associado à expansão capitalista. Sobre o processo moderno na Paraíba, propõe que se relacionou profundamente com elementos agrários, o que explicaria, em grande parte, a existência de práticas intelectuais tradicionais ligadas à produção da cultura histórica, (re)produzindo-a como manifestação de um modernismo conservador com traços de arcaísmo. Entre tais práticas estão as das mulheres historiadoras do IHGP, cujas características mais gerais até a década de 1970, são ausência de fontes e de bibliografia, paroquialismo, providencialismo e religiosidade, ausência de espírito crítico, familiarização da história e, indiretamente, a razão de estado orientando a escrita da história, além de uma despreocupação com temáticas femininas. A partir daquela década percebe-se uma mudança através da exclusão do sobrenatural, pela sistematização de fontes e referências bibliográficas, espírito crítico e consideração de camadas mais populares, como índios e escravos. Mesmo antes, elas expressaram traços de uma escrita moderna da história, tais como contextualização, matematização, ausência do sobrenatural e interdisciplinaridade. Embora sejam encontradas práticas semelhantes na França da Terceira República (1871-1940), a sua existência até pelo menos a década de 70 do século XX, na Paraíba, revela uma tensão entre o tradicional e o moderno que tendeu a influir conservadoramente na organização da cultura e da sociedade paraibanas. Tais práticas são produzidas a partir de fatores como o conjunto de relações sociais onde se inserem historicamente, a ausência de formação específica na área de História, o suporte institucional predominantemente masculino. Em termos de generificação da história, ou seja, da relação entre escrita histórica e gênero, a cultura histórica (re)produzida nos textos criados por essas intelectuais tradicionais, está amplamente espelhada em práticas de historiadores também tradicionais, onde a(s) mulher(s) ocupa(m) pouco ou nenhum espaço. Por tudo isto, a modernidade paraibana refletida nos textos enquanto produto da relação entre modernização e modernismo é, principalmente, para letrados, conservadora e masculinizada.

Palavras-chave: Historiografia, cultura histórica, gênero, processo moderno.

ABSTRACT

This historiographical research analyzes history texts published by women in the Review of the Historical and Geographical Institute of Paraíba (IHGP), from 1934 to 1979. It attempts to address their contribution to the makeup of modern society and culture in Paraíba, particularly in João Pessoa. It articulates elements of at least three methods, which are the dialectic, drawing mostly on Gramscian contributions, comparative and case study. It considers the history of history as a specialized field of studies, whose development is associated to capitalist expansion. It proposes that the modern process in Paraíba was deeply connected with agrarian elements, which would explain, largely, the existence of traditional intellectual practices linked to the production of historical culture, (re)producing it as an expression of a conservative modernism with traces of archaism. Among such practices were those of the female historians of IHGP, whose general characteristics, until the 1970s, were the absence of sources and bibliography, parochialism, providentialism and religiosity, absence of a critical stance, the familiarization of history and, indirectly, the state rationale guiding the writing of history, besides a lack of interest in feminine themes. From that decade on, change is noticed through the exclusion of the supernatural, the systematization of sources and bibliographical references, the adoption of a critical stance and consideration of popular groups, such as Native-Brazilians and African slaves. Even before, they expressed traces of modern history writing, such as contextualization, mathematizing, absence of the supernatural and interdisciplinarity. Although similar practices were found in France, in the Third Republic (1871-1940), its existence, at least until the 1970's, in Paraíba, reveals a traditional versus modern tension that tended to conservatively influence the organization of local culture and society. Such practices were due to factors such as their participation within local social relationships, the absence of specific qualification in the area of History, and the predominantly masculine institutional support. In terms of gendering history, in other words, of the relationship between historical writing and gender, the historical culture (re)produced in the texts written by those traditional female intellectuals is widely mirrored in the practices of traditional male historians, where women occupy little or no space. Therefore, Paraíba's modernity reflected by the texts, considered as a product of the relationship between modernization and modernism, is conservative and patriarchal, especially for scholars.

Key-words: Historiography, historical culture, gender, modern process.

RESUMEN

Esta investigación de carácter historiográfico analiza textos de historia publicados por mujeres en la Revista del Instituto Histórico y Geográfico Paraibano, del 1934 al 1979. Busca responder a la cuestión que dice respecto a la contribución de dichos trabajos para la construcción de la sociedad y de la cultura modernas en Paraíba, en particular en João Pessoa. Reúne elementos por lo menos de tres tipos de métodos, saber: el dialéctico, considerándose más las contribuciones gramscianas; el comparativo y el estudio de caso. Considera la historia de la historia como un campo especializado de estudios cuyo desarrollo está asociado a la expansión capitalista. Respecto al proceso moderno en Paraíba, propone que se relacionó profundamente con elementos agrarios, lo que explicaría, en gran parte, la existencia de prácticas intelectuales tradicionales ligadas a la producción de la cultura histórica, (re)produciéndola como manifestación de un modernismo conservador con trazos de arcaísmo. Entre dichas prácticas están las de las mujeres historiadoras del IHGP, cuyas características más generales hasta la década de 1970, son ausencia de fuentes y de la bibliografía, una lectura histórica sin contextualización, provincialismo y religiosidad, ausencia de espíritu crítico, familiarización de la historia e, indirectamente, la razón de estado orientando la escritura de la historia, además de una despreocupación con temáticas femeninas. A partir de aquella década se percibe un cambio a través de la exclusión de lo sobrenatural, por la sistematización de fuentes y referencias bibliográficas, espíritu crítico y consideración de capas más populares, como indígenas y esclavos. Así mismo, ellas expresaron trazos de una escritura moderna de la historia, tales como contextualización, matematización, ausencia de lo sobrenatural e interdisciplinaridad. Aun sean encontradas prácticas semejantes en Francia de la Tercera República (1871-1940), su existencia hasta por lo menos la década de 70 del siglo XX, en Paraíba, revela una revisión entre lo tradicional y lo moderno con el intento de influir conservadoramente en la organización de la cultura y de la sociedad paraibanas. Dichas prácticas son producidas a partir de los factores como el conjunto de relaciones sociales donde se insieren históricamente, la ausencia de formación específica en el área de Historia, el soporte institucional predominantemente masculino. En términos de generificación de la historia, es decir, de la relación entre escritura histórica y género, la cultura histórica (re)producida en los textos creados por esas intelectuales tradicionales, está ampliamente espejada en prácticas de historiadores también tradicionales, donde la(s) mujer(es) ocupa(n) poco o ningún espacio. Por todo ello, la modernidad paraibana reflejada en los textos mientras producto de la relación entre modernación y modernismo es, incluso, para letrados, conservadora y masculinizada.

Palabras claves: Historiografía – cultura histórica – género – proceso moderno.

“A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a ‘área’ escolar e quanto mais numerosos forem os ‘graus verticais’ da escola tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado”. (Antonio Gramsci)

“Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão”. (Eric J. Hobsbawm)

“A diferença principal está em que o documento histórico forma-se no momento exato do acontecimento, enquanto o historiográfico pode ser concebido em várias épocas sucessivas ou contemporâneas”. (José H. Rodrigues)

SUMÁRIO

Introdução	13
Alguns trabalhos sobre as mulheres “historiadoras” paraibanas	21
O objetivo central da pesquisa	25
Quanto ao referencial teórico e à metodologia	28
Sobre a estrutura do trabalho	34
Capítulo I: Sobre o conceito de historiografia ou a prática historiográfica no Brasil	36
Breves referências filosóficas e lingüísticas	37
O conceito de historiografia: os trabalhos iniciais	38
Sobre Alcides Bezerra	43
José Honório Rodrigues e afirmação de um campo de estudos históricos	45
Sérgio Buarque de Holanda: dedicação sem especialização	45
Pedro Moacyr Campos: a reflexão historiográfica contextualizada	49
José Roberto do Amaral Lapa: aprimoramento e especialização	52
Caio Prado: pioneirismo, disciplinamento e politização da historiografia	54
Conhecimento histórico e ideologia: Carlos Guilherme Mota	55
Alguns trabalhos mais recentes	56
Capítulo II: O processo moderno na Paraíba e na sua capital	61
Considerações sobre alguns aspectos superestruturais do processo moderno	72
Instrução feminina formal e disseminação da instituição escolar	74
Outras instituições culturais e os meios de comunicação de massa	89
As mulheres no mercado de trabalho e na política	93
Capítulo III: O IHGP e sua revista	103
O IHGP: considerações históricas de gênero	108
A revista do IHGP	126
As escritas históricas da revista: uma visão geral	133
Capítulo IV: Cultura histórica e mulheres no IHGP: 1934-1979	142
A revista de 1946	143
A revista de 1948	155
A revista de 1953	162

O número 13 da RIHGP: mistificação e nobilitação	175
A década 1960: comunhão com o realismo no número 14 da RIHGP	184
Início da escrita moderna: década de 1970	192
Considerações finais	199
Referências	210

Introdução

O termo *atenção*, de acordo com o dicionário Aurélio Eletrônico (2000), pode indicar relações variáveis, opostas ou não entre si. Pode sugerir consideração e amabilidade; mas também pode indicar advertência, ressaltar a possibilidade de perigo iminente, impor silêncio; ou pode ainda simplesmente sugerir que alguém está refletindo cuidadosamente sobre algo, sem nenhuma conotação ou intenção subjacente. Referências filosóficas, teológicas, políticas, econômicas e históricas, indicam que as mulheres têm sido objeto de todos aqueles tipos de atenção, na busca da caracterização da diferença entre os sexos e as implicações disto em termos de qual lugar nas sociedades deveria ser reservado a elas. Este processo histórico de observação desenvolve-se desde a Antiguidade Clássica grega, quando Aristóteles escreveu o livro I de *A metafísica* (Del Priore, 1998, p. 218-235).

Desde então, estiveram presentes nas obras de vários autores cujos trabalhos se tornaram referências para a formação da cultura no mundo ocidental. Sobre elas se detiveram tanto os Pais ou Doutores da religião católica na Idade Média, como pensadores iluministas como J. J Rousseau, em *Carta sobre os espetáculos*, e Condorcet, em *Sobre a admissão das mulheres no direito à cidade* e vários outros estudos, no fim da Idade Moderna. Chega-se à Idade Contemporânea do século XIX, e lá estão as mulheres prendendo a atenção de filósofos e operários. De acordo com M. Perrot (1992, p. 177-178), Fichte não admitia que as mulheres pudessem ter uma “aptidão especulativa”. Hegel, por sua vez, entendia, entre outras coisas, que as mulheres jamais poderiam ocupar cargos de governo. Augusto Comte aprofunda a discriminação de gênero presente no pensamento

hegeliano, com base numa suposta “vocação natural” dos sexos, excluindo as mulheres do governo público e do governo da família, parcialmente.

A teoria da economia política prescrevia que os homens deveriam controlar a produção enquanto às mulheres caberia o consumo e a cooperação na reprodução biológica. Nos movimentos de trabalhadores há divergências e os anarquistas e socialistas utópicos pregavam a união não hierarquizada entre homens e mulheres (Scott, 1990, p. 18). No século XX, as atenções para com as mulheres continuam e, para não ser exaustivo, bastam dois exemplos de pensamento diametralmente opostos. No primeiro caso, um modernismo que dá prosseguimento à proposta de vigilância e afastamento sobre as mulheres. Trata-se do movimento futurista liderado por Filippo Marinetti que, em seu manifesto futurista de 1910, estabelece que “Nós queremos glorificar (...) as belas idéias que matam, o desprezo da mulher (...) combater o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitaristas” (Roche-Pézard *apud* Perrot, 1992, p. 184).

Na outra vertente, já no pós-guerra, com algumas conquistas femininas consolidadas em várias partes do mundo, as mulheres prosseguem na recusa de se reduzirem à “vocação materna” e vão encontrar na obra de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, publicado em 1949, um referencial consistente para suas lutas. Nesta obra, a autora afirmou que uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Acrescente-se que a filósofa francesa já colocava que a história era prática exclusiva dos homens. Ela estava certa, pelo menos relativamente à história profissional. Quando desempenhavam papel de escritoras da história, como as historiadoras amadoras que escreviam para sobreviver, desde o século XIX, eram menosprezadas pelos historiadores profissionais como sendo “inferiores” e “superficiais” (Smith, 2003, p. 27).

Sobre uma certa exclusão do processo histórico, no século XIX, começam a aparecer estudos sobre as mulheres entre historiadores de renome. Michelet, o historiador francês, escreveu *Les Femmes* obra na qual enxergou na relação entre os sexos, nada mais nada menos do que um dos motores da história (Soihet, 1997, p.276). Para M. Perrot, Michelet via a participação das mulheres e do feminino em fatos históricos sob o signo da violência e sua escrita propunha a exclusão feminina em nome do progresso (Perrot, 1992, 173-175). Mas, mesmo com a iniciativa do historiador francês, a história que predominou se dedicava a estudar os fatos militares, políticos e diplomáticos, como também estava direcionada para o espaço público, utilizando-se de fontes arquivais onde a mulher pouco aparecia, o que teria contribuído para a temática da(s) mulher (es) passar despercebida. Uma abertura de espaço teórico que legitimasse a pesquisa histórica sobre as mulheres surgiu com a *Escola dos Annales*.

De acordo com a mesma Rachel Soihet (1997, p. 276), a temática das mulheres foi pouco prestigiada pela corrente marxista da História, porque esta considerou, até os anos 60 do século XX, que a contradição entre homens e mulheres era secundária na história. Um revisionismo ocorrido no interior desta última corrente de pensamento legitimou a inclusão das mulheres do povo nos estudos históricos. É também a partir da década de 60, que se pode dizer que algo próximo a uma tendência¹ em estudar as mulheres se afirma entre historiadores e historiadoras, tendo como fontes estimuladoras novas linhas na produção do conhecimento histórico, uma releitura dos clássicos de algumas correntes de pensamento,

¹ Sobre o “estado da arte” dos estudos sobre mulheres, há divergências: é uma tendência ainda frágil de acordo com Rachel Soihet (1997, p. 270); uma “prática estabelecida em várias partes do mundo” e muito particularmente nos Estados Unidos de acordo com Joan Scott (1992, p. 63); um tema que preocupa a “grande maioria dos historiadores”, de acordo com Mary Del Priore (p. 232; 234) que salienta o fato de que no Brasil, ao contrário do que ocorre na Europa e Estados Unidos, a história das mulheres é feita também por homens, que “como qualquer historiadora, têm a habilidade de erguer o véu que cobre a intimidade, revelando os comportamentos da vida diária, as formas das quais elas são vítimas ou os sutis mecanismos de defesa de que lançam mão.”

como a marxista, a onda feminista em vários países mundialmente muito influentes, como Estados Unidos e países da Europa Ocidental, a mobilização de discentes buscando respostas para as questões postas pelo movimento feminista, bem como atuação de docentes, a partir de 1973, organizando os mais diversos tipos de atividades acadêmicas – cursos, colóquios e grupos de atividade - onde as mulheres eram o centro das atenções.

No caso da sociedade brasileira, de acordo com Mary Del Priore (1998, p. 225-231), os estudos sobre mulheres tiveram um primeiro impulso no final da década de 70, sendo a partir daí que apareceram vários trabalhos propriamente históricos influenciados pela Nova História e a “historiografia da transgressão” inspirada em Michel Foucault. Tratavam da vida social no Brasil colonial, imperial e republicano, desenvolvendo temas como histórias das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das mal faladas, das pecadoras, das doidas, das pobres, das escritoras feministas. No início dos anos 90, o conceito de gênero passa a orientar e a mudar em termos de abordagem, os estudos sobre as mulheres.

Passa-se a não se pensar mais “as mulheres”. Ou seja, as mulheres – e os homens - não são homens e mulheres por serem *somente* sexualmente diferenciados, mas também produções histórico-culturais relacionadas e fundadas naquelas diferenças sexuais. O uso do conceito pretendia corrigir um empirismo um pouco ingênuo presente na história das mulheres até então desenvolvida. Michele Rosaldo é um exemplo dessa tendência, quando afirma que se deve priorizar o *sentido da atividade* (Scott *apud* Rosaldo, 1990, p. 14) das mulheres nas sociedades nos estudos sobre mulheres, querendo dizer que são representações sobre as mulheres que explicam o papel que assumem socialmente.

Entendo que uma implicação negativa da tentativa de privilegiar aspectos histórico-culturais foi pensar que as mulheres e os homens são apenas “construções” culturais. Não

há como desconsiderar que os sentidos ou representações sobre o masculino e o feminino têm uma base material, vale dizer, uma base em relações econômicas historicamente determinadas. A questão que se coloca é por que materialmente tais sentidos de masculino e feminino são construídos? Sobre a relação entre base material e as idéias K. Marx (1994, p. 91) assim se expressa, criticando a Economia Política por tentar restringir o alcance explicativo do seu pensamento aos tempos modernos:

“O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é maneira como ganhavam a vida que explica por que numa época, desempenhava o papel principal, a política, e na outra, o catolicismo”.

Em termos de uma integração com os estudos sobre mulheres, esta pesquisa segue a linha pouco desenvolvida da história da história das mulheres. Entendo que se integra num “movimento” ou “política de produção do conhecimento” que se afirma desde o fim da década de 70 nos Estados Unidos da América e chega ao Brasil nos anos 90, como já foi dito, inserindo-se no que Joan Scott (1992, p.86) descreve como um projeto de integração das mulheres na história, porém integração crítica, pois não é a partir dos pressupostos da história tradicional que exclui as mulheres – mesmo que escrita por mulheres - que se pode pensar em refletir sobre elas. Neste sentido, esta autora argumenta:

“A ameaça radical colocada pela história das mulheres situa-se exatamente neste tipo de desafio à história estabelecida; as mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou a ser história objetiva, neutra e universal no passado, porque esta visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres” (Scott, 1992, p. 90).

Quanto a ser uma “ameaça radical” devo registrar discordância, já que não é possível se pensar que a produção de histórias sobre mulheres representa uma

desestabilização profunda e generalizada de um determinado conjunto de relações sociais. Mas sem dúvida que requer inovações teóricas e metodológicas e outras posturas políticas e científicas, já que as temáticas novas em geral e não aquelas ligadas às mulheres exigem certas mudanças epistemológicas e políticas. Importa agora apresentar e discutir a análise historiográfica com ênfase de gênero. No Simpósio Nacional de História, em 2003, foi apresentado um trabalho que investiga este fenômeno por Nancy Rosinchan (2003, p. 149), intitulado *Escritoras israelenses e a elaboração da história*, outra iniciativa que indica o interesse sobre a escrita da história por mulheres.

No número 1-2, de dezembro de 2002, da Revista Labrys, Paloma Pinheiro Sanches e Juliana Alves de Sousa, publicaram o artigo *Velhas fontes, novos olhares: a escrita de uma História Plural*, onde discutem a relação entre o sujeito narrador da História, que eram em geral padres, e a dominação dos povos indígenas. O objetivo do artigo é revelar “o caráter sexista e normatizador dos discursos jesuítico e historiográfico, que recai especialmente sobre as índias”. Na mesma revista e no mesmo número, Paulo Thiago S. Gonçalves Silva, publicou *Idade Média, idade das "trevas"? Uma análise sobre a historiografia das mulheres medievais*, onde procura demonstrar que “o uso de uma prática de generalização, [por parte de] historiadores (as) do século XX tem silenciado e apagado a participação das mulheres na historiografia sobre a Idade Média”.

Já na Revista Estudos Feministas, vol 11, n.1, Florianópolis, Jan./Jun, 2003, sai a resenha de Rita M.^a X. Machado sobre o livro de Mariana Coelho, *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*. Do exposto na resenha se conclui que Mariana Coelho escrevia obras de História reconhecidas já no final do século XIX: seu livro *Paraná mental* que trata da história literária paranaense, foi premiado na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. Porém, não foi na produção do conhecimento de História que mais

investiu, tendo se dedicado mais ao ensaio polêmico, um gênero de escrita masculino e que só foi mais utilizado pelas mulheres a partir do séc. XX. O trabalho demonstra que as pesquisas sobre a participação das mulheres na produção de conhecimento histórico ainda têm muito a revelar.

De acordo com resenha de Leonardo Soares (www.nethistória.com), no trabalho de George Duby *As Damas do Século XII: A lembrança das ancestrais*, é mencionado o papel de “historiadoras” - as aspas são do autor - de determinadas mulheres do século XII europeu:

“Muitas mulheres da corte eram letradas e cultas, apesar de não ser permitido seu acesso nas faculdades. Esta cultura adquirida facilitava na sua tarefa de “*historiadoras*” da época, mas ainda assim, a perpetuação de sua genealogia se dava através do meio mais comum – a memória falada (grifo meu)”.

A citação é interessante para demonstrar dois pontos importantes para esta pesquisa: primeiro que as mulheres “historiadoras” existiam e tinham função para além da casa desde pelo menos o período medieval; segundo, que o conceito de historiador (a) deve ser considerado social e historicamente. Outro trabalho focalizando a relação das mulheres com a História, é o de Flávio Azevedo Marques Saes (2003, p. 1-24), intitulado *A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira*. Acrescento que Alice. P. Canabrava parece ter sido a pioneira tanto da história moderna como dos estudos historiográficos, já que foi a primeira historiadora profissional produtora de conhecimento histórico do país, e também a primeira a escrever um trabalho historiográfico, consideradas, respectivamente, as informações e reflexões de Sérgio Buarque de Holanda (1951, p 13) sobre o pensamento

histórico brasileiro na primeira metade do século XX, e o levantamento de por José Roberto do Amaral Lapa (1976, p. 202) sobre escritos historiográficos.

Particularmente interessante para esta pesquisa, é o trabalho de Miriam Moreira L. Leite (1988/1989, p. 143-178), *Mulheres e famílias*. Neste artigo a autora faz uma análise da participação das mulheres no século XIX, numa atividade que ampliava os espaços da atuação feminina, através das viagens, e, ao mesmo tempo, rompia com os padrões vigentes quando escreviam e publicavam. Levando em consideração as afirmações da autora, mais as citações dos textos das mulheres viajantes, os quinze trabalhos produzidos por mulheres dentro de um conjunto geral de 150 trabalhos sem distinção por sexo, assemelham-se a crônicas, nos termos definidos por José Honório Rodrigues (1979, p. XVII-XVIII), ou seja, como “gênero (...) sem pretensão de obra acabada e por ser escrita por quem presenciou os acontecimentos, é sempre testemunhal, viva, atual”.

Embora Miriam M. L. Leite pretendesse desenvolver uma análise comparativa de gênero, este procedimento não aparece com assiduidade, ou seja, a comparação entre os trabalhos escritos por mulheres com os trabalhos escritos por homens, não é feita amplamente. Mesmo assim, a autora entende que “aparentemente” há pouca diferença entre os escritos sexualmente diferenciados. Ressalta que as mulheres viajantes buscavam legitimidade nos maridos, os quais assinavam a obra publicada ou recorriam a pseudônimos, tudo para amenizar uma “exposição pública não sancionada”: mesmo para os homens, a atividade literária era considerada de forma desprestigiada, assumindo um caráter anti-social e principalmente antiburguês, o que não evitou que algumas mulheres se colocassem publicamente como escritoras (Broca, 1979, 76-79; 2002, Telles, 401-442).

Alguns trabalhos sobre as mulheres historiadoras paraibanas

As mulheres que abordo são Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Albertina Correia de Lima, Eudésia Vieira, Vilma dos Santos Cardoso e Waldice Porto. Algumas já foram estudadas numa perspectiva literária e histórico-biográfica. As três primeiramente mencionadas aparecem no trabalho sobre escritoras paraibanas de Ana Maria Coutinho Bernardo (2001, www.amulhernaliteratura.ufsc.br/ficha_ana_coutinho.htm), cujo título é *Literatura e memória: resgate das escritoras paraibanas do início do século XX*. De acordo com a autora do estudo, seu objetivo é:

“trazer ao público contemporâneo as escritoras que foram esquecidas na historiografia literária paraibana. O texto está dividido em duas partes: na primeira, faremos uma apresentação das biografias de algumas pioneiras, mostrando a presença e participação feminina na literatura paraibana; na segunda, analisamos, brevemente, à luz da categoria de Gênero a produção literária de duas escritoras”.

Também de sua autoria é um trabalho que trata da contribuição das mulheres para a História da Educação (Bernardo, 2001, p. 1). Não se refere às escritoras paraibanas que selecionei especificamente, mas também tem a preocupação de perceber a participação da mulher na construção da escrita da História. As escritoras aqui pesquisadas apareceram num projeto coordenado por Martha M.^a Falcão de C e Moraes Santana (2000) intitulado *Resgate Histórico da participação Política da Mulher: Paraíba – Estado e Sociedade – 1928/1940*. Esse trabalho é importante para a presente pesquisa, por criar referências sobre formação profissional, relações sócio-institucionais que desenvolveram, lugares onde nasceram e viveram e sua militância política.

Sobre uma das mulheres que pesquiso - Eudésia Vieira – Martha M.^a Falcão de C. e M. Santana publicou o artigo *Primeira Historiadora e Médica Santaritense*, na coluna Brasil 500 anos, do jornal *O Norte*, em 17 de maio de 1998. O artigo tem caráter eminentemente biográfico, renovado, e revela bastante sobre as atividades da biografada. No entanto, a autora não se deteve na análise dos trabalhos de História de Eudésia Vieira. Já o IHGP (1995) publicou o livro *Memorial*, onde aparecem mencionadas algumas das mulheres: no entanto, também nesta obra, não é feita nenhuma análise dos textos de História de qualquer uma delas. É uma obra eminentemente biobibliográfica. Surpreende que não esteja mencionada Olivina Olívia Carneiro da Cunha, que publicou mais do que todas as outras mulheres no período de 1932 a 1979, e possivelmente em toda a história do Instituto.

O significado desta pesquisa se relaciona à ampliação dos quadros dos estudos históricos, pela inclusão crítica dos trabalhos de mulheres, que em muitas obras importantes de historiografia estão praticamente ausentes. Num conjunto de obras historiográficas gerais que examinei as mulheres são minoria ou estão ausentes. Isso ocorre nos clássicos de José Honório Rodrigues como *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica e Pesquisa Histórica no Brasil*, passando pelo trabalho de Sérgio Buarque de Holanda (1951), intitulado *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, e o capítulo de historiografia elaborado por Pedro Moacir Campos (1991, p. 250-293), *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*.

Em todos, historiadoras não são mencionadas a não ser já bem adentrado o século XX, quando algumas se tornaram profissionais. Em termos de Paraíba, o autor que mais se deteve em estudos historiográficos foi José Octávio de Arruda Melo (1977, p. 7-61), prática iniciada na Introdução de *História da Província da Paraíba* (Machado, 1977), até trabalhos

mais recentes, como *História, Historiografia e ensino em Pedro Nicodemos*, publicado em 2002, passando por *Historiografia Paraibana em Síntese*, de 1999, onde o autor faz referência a alguns trabalhos de mulheres historiadoras profissionais. Algumas historiadoras paraibanas do IHGP cujos trabalhos analisamos, aparecem citadas num trabalho de Celso Mariz, de 1958, onde analisa o papel do IHGP na produção cultural regional. Talvez Celso Mariz esteja para a Paraíba, como Capistrano está para o Brasil, em termos de pioneirismo historiográfico.

Em recente conjunto de plaquetes publicadas por membros efetivos daquela instituição, não há trabalho sobre autoras, mesmo quando quem produz é uma mulher. Assim, Waldice Porto (2000) escreveu sobre o Cônego Francisco Lima, sistematizando seus trabalhos e detendo-se mais na sua biografia. Balila Palmeira tem o mesmo procedimento da autora anterior, escrevendo sobre José Leal. A publicação está sem data. Estes dois trabalhos têm caráter mais biográfico e proto-historiográfico. Diana Soares Galiza escreveu sobre Ireneu Joffily. Também não está datada. O trabalho não tem o viés de nobilitação dos outros dois, contextualizando a vida do biografado e discutindo sua obra de forma concisa, mas consistente. O critério para tal exclusão pode ter sido a ausência de formação profissional específica, pois mesmo sem esta havia uma produção de mulheres, dentro e fora do IHGP, como demonstram os trabalhos analisados no capítulo IV desta pesquisa e vários outros publicados por, por exemplo, Eudésia Vieira (IHGP, 1995, p. 25).

Apesar de que o sujeito produtor deva ter liberdade sobre o que vai escrever, é preciso dizer que a escrita histórica por historiadoras amadoras, existe desde pelo menos o início do século XIX, na Europa e EEUU, e são analisadas em trabalhos como *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica de autoria* de Bonnie G. Smith (2003). Este é um estudo orientado pelo pós-estruturalismo defendido por Joan Scott e examina

“narrativas ingênuas sobre a realeza e damas famosas” para perceber o “lado superficial, literário, trivial e ‘feminino’ do amadorismo” (Smith, 2003, p. 23-24). A autora entende que:

“apesar do impulso da maioria dos relatos historiográficos, a história dos últimos dois séculos *não* tem sido escrita em sua maior parte por homens e tampouco diz respeito unicamente a homens. Mulheres no Ocidente têm demonstrado um vivo, produtivo e crescente interesse na questão do gênero, pelo menos desde o final do século 18. Suas carreiras e reconhecimentos têm sido diferentes, no entanto. Por um lado, embora no final do século 19 algumas inglesas e americanas [entenda-se estadunidenses] tivessem carreiras satisfatórias no ensino superior continuavam a ser chamadas de amadoras, sem as associações institucionais do sexo masculino. Por outro lado, as mulheres muitas vezes escolhiam assuntos históricos diferentes: a história das mulheres, da vida social, e da cultura superior e inferior” (B. G. Smith, (2003, p. 23).

A partir deste conjunto de referências entendo que a atenção às mulheres historiadoras esteja em desenvolvimento. Neste último trabalho, aparecem inúmeras obras que refletem sobre o tema indicando tal desenvolvimento em muitos países. Considerando a abertura da História para novas temáticas, principalmente no decorrer do século XX, e que as mulheres cada vez mais se tornaram historiadoras profissionais, parece que se configura uma linha de estudos cujo objeto é a escrita histórica das mulheres. A questão que permanece é qual abordagem tais estudos deverão ter e quais os métodos e técnicas adequados, já que nas últimas décadas, a título de ampliar os estudos históricos, desenvolveu-se entre historiadores profissionais a idéia de a relação entre indivíduo e sociedade é puramente volitiva (Hobsbawn, 1998, p. 8), desconsiderando-se a existência objetiva da realidade histórica. Nesse sentido, a interpretação dos fatos históricos não deve desconsiderar a existência objetiva de tais fatos, sob pena de se resvalar para o subjetivismo e mesmo para uma escrita histórica romanceada, ficcional.

O objetivo central da pesquisa

Quando Peter Burke (2000, p. 88-89) analisa a história escrita registra, conclusivamente, que prefere entender os historiadores como “guardiões dos segredos da memória social”. Com razão, P. Burke, quis expressar o quanto é importante para a pesquisa histórica, se deter ou fazer “aparecer” enquanto conhecimento histórico, fenômenos que aparentemente estão perdidos ou desvalorizados. Como já foi indicado, o objetivo de se fazer estudos históricos sobre as mulheres é, de acordo com a historiadora Mary Del Priore (1998, p.235), “para fazê-las existir, viver e ser”. Já para Joan Scott (1992, p. 66), “precisamos pensar este campo [história das mulheres] como um estudo dinâmico na política de produção de conhecimento”. É um pouco nestes vários sentidos que penso esta pesquisa.

Com um trabalho que lembra a existência de mulheres produtoras de leituras sobre o passado pretendo romper com a exclusão de sujeitos históricos individuais, fazendo-os existir e ao mesmo tempo procurando o significado histórico de tais práticas. Objetivo, portanto, responder à questão de qual o papel que tiveram na construção da cultura histórica e da sociedade modernas paraibanas. Por outro lado, quando Michelle Perrot (1989, p. 9-18) trata das práticas da memória feminina, reafirma a idéia de que a história tradicional dedica pouco espaço às mulheres e destaca o “silêncio dos arquivos” do século XIX sobre elas, pois “Os procedimentos de registros, dos quais a história é tributária, são frutos de uma seleção que privilegia o público”. Acrescenta ainda que não é suficiente constatar que as mulheres “saíram dos espaços que lhe foram reservados”.

Neste sentido, através da análise historiográfica associada a um corte de gênero se percebe a possibilidade de se perguntar sobre o fenômeno da participação de mulheres na

construção de um saber histórico na Paraíba. A.Gramsci e M. de Certeau validam teoricamente e de formas específicas esta questão. O segundo destes autores, em meio a considerações sobre a relação entre sujeito produtor da história e a neutralidade na organização de discursos, levantou a seguinte e questão:

“esta discussão [sobre o sujeito-produtor da história] requer o que tem sido dissimulado por uma epistemologia, a saber, o impacto das relações sujeito-a-sujeito (mulheres e homens, negros e brancos, etc.) sobre a utilização de técnicas aparentemente ‘neutras’ e na organização de discursos que são, talvez, científicos. *Por exemplo, partindo-se do fato da diferenciação dos sexos, deve-se concluir que uma mulher produz uma historiografia diferente daquela do homem?* É claro que eu não respondo a esta questão, mas afirmo que essa pergunta coloca em questão o lugar do sujeito e requer um tratamento diferente da epistemologia que construiu a ‘verdade’ do trabalho, *baseando-se na irrelevância do narrador* (grifos nossos).” (Certeau *apud* Scott, 1992, p. 78-79)

Acrescento que a relevância dos narradores ou narradoras e a possibilidade de entendê-la está na relação que mantêm com o conjunto das relações sociais nas quais estão inseridos (Gramsci, 2001, p. 18). Pensadores como Michel Foucault (1979, p. 69-78) que questionaram o marxismo, quando conversa com Giles Deleuze sobre os intelectuais e o poder, não se deteve minimamente sobre a produção do filósofo italiano, como se a crítica ao seu pensamento devesse se dar pela desconsideração da existência histórica de tal pensamento. Tal procedimento é epistemologicamente bastante arbitrário. Ciro Flamarion (1999, p. 5) – que não desconsidera a importância crítica do estruturalismo e do pós-estruturalismo – alertou recentemente para o “esquecimento” sobre a evolução que o marxismo passou.

É neste sentido que Robert Scholes, por exemplo, argumenta (Scholes *apud* Flamarion, 1999, p. 16-19). Com relação ao uso da categoria gênero, parece ter sido Joan Scott a autora que primeiramente formulou uma teoria onde o gênero é valorizado para a

análise histórica. No entanto, a utilização de tal teoria para o desenvolvimento de pesquisas é considerada praticamente impossível, por algumas historiadoras já experimentadas na área. Neste sentido uma historiadora das mulheres, Rachel Soihet, (2003) expressou o seguinte:

“A análise de Scott é de extrema relevância, pois incorpora contribuições das mais inovadoras no terreno teórico, como no do próprio conhecimento histórico. *Considero, porém, que, a partir do modelo de análise proposto, alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres tornam-se dificilmente perceptíveis* (grifo meu).”

As tentativas pós-modernas de criação de teorias que possibilitem a análise de textos, também despertaram e despertam as críticas de Ciro Flamarion S. Cardoso, para quem o pós-estruturalismo não alcançou êxito, já que ao invés de analisar os conteúdos, tende a analisar, ao contrário, as formas, circunstâncias e as modalidades em que os textos circulam (Cardoso, 1999, p. 18). Ainda refletindo sobre o pós-estruturalismo é importante se deter na afirmação de Joan Scott de que certas ações opressoras sobre as mulheres por parte de determinados Estados – totalitários - explicam-se por razões de estado. Ora, se sua análise se pretende *histórica e concreta*, como insiste em vários pontos de seu texto, é bastante contraditório que não contextualize social e historicamente as ações emanadas do estado relativamente às mulheres, que não proponha o estabelecimento da base econômica de tais ações.

Assim, se a própria autora entende que a sua teoria de gênero não pode ser usada parcialmente, prefiro buscar um possível sentido de gênero ou generificação da produção historiográfica das escritoras por mim pesquisadas considerando a sociedade, as relações econômicas existentes nesta sociedade, a cultura, as instituições na qual se inserem ou com que se relacionam as autoras, bem como a escrita desenvolvida por homens. Assim os *objetivos específicos* serão atingidos pela observação indireta, interpretação, comparação,

levantamento de hipóteses, elaboração de instrumentos (Richardson, 1999, p. 22; Medeiros 2004, p. 43). Quanto ao objeto da pesquisa, o presente trabalho transforma em tema ou objeto de estudo o fenômeno (Richardson, 1999, p. 62-64) da produção dos textos históricos escritos por mulheres, de 1932 a 1979, na Paraíba. Tais textos são concebidos como *documentos historiográficos* (Rodrigues, 1979, p. XVI-XVII), na medida em que são iniciativas de leituras sobre o passado, independentemente da visão de mundo que as orienta.

Quanto ao referencial teórico e à metodologia

O principal pressuposto, no que concerne à relação entre conhecimento, sociedade e história é o de que não há neutralidade nos conhecimentos produzidos, ou seja, que os escritos de história sofrem influências que estão além do sujeito que os produziu, sendo os grupos sociais aos quais pertence ou com que se relacionam historiadores e historiadoras, estimulando-os a concentrar-se em determinadas temáticas, bem como a abordá-las a partir de determinados referenciais teóricos (Burke, 2000, p. 71). Tais grupos não estão isolados do conjunto da sociedade, sendo possível estabelecer a relação histórica mais ampla entre a escrita da história e a realidade sócio-econômica com a qual se relaciona de forma “mediatizada”, através dos intelectuais e das instituições onde estão integrados (Gramsci, 2001, p.20).

Por outro lado, a educação feminina e a educação em geral, eram concebidas como essenciais para a modernização do país desde o século XIX (Louro, 2002, p. 447). Neste processo, as mulheres ocuparam crescentemente as escolas normais, instituições educacionais formadoras de professores e professoras organizadas desde 1835, passando a

desempenhar a docência amplamente como mostram os dados do capítulo II, exceto no nível superior, onde os homens eram a maioria. Neste sentido, as mulheres começam a participar desta atividade intelectual na forma que Gramsci (2001, p. 21) denomina de “modestos[as] ‘administradores’[as] e divulgadores[as] da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada.” Esta categoria diferencia-se daquela dos “altos intelectuais”, que são os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.” ligados às atividades educacionais escolares e da produção do conhecimento a elas direcionadas.

A metodologia (Richardson, 1999, p.22) reúne elementos de pelo menos três tipos de métodos (Medeiros, 2004, p. 44-45), quais sejam, o dialético, o comparativo e o monográfico ou o estudo de caso: dialético porque procura perceber de que maneira os textos de história se inserem nos conflitos que caracterizam as sociedades modernas capitalistas, a partir da relação que aqueles podem guardar com a sociedade onde foram produzidos; comparativo porque contrapõe uma determinada escrita da história elaborada por mulheres com uma determinada escrita da história feita por homens; monográfico ou estudo de caso porque seleciona um grupo de intelectuais pertencentes a uma instituição – o IHGP – para obter generalizações possíveis.

Esta metodologia pode ser definida como sendo historiografia comparativa de gênero, sendo que por historiografia deve-se entender a análise crítica – e histórica, entendo - de textos de história, bem como a análise de estudos daí resultantes (Lapa, 1976, p. 202). Procuro estabelecer os objetos de estudo das mulheres; descrever suas idéias principais; perceber suas abordagens, ou seja, analiso a escolha de temas e construção teórico-metodológica, os sujeitos históricos presentes, os tipos de explicação histórica (Topolski *apud* Cardoso, 1992, p. 75) neles contidos e, por último, aspectos formais presentes nos trabalhos relativos às referências bibliográficas e fontes históricas indicadas. A seguir,

avaliar a contribuição histórico-historiográfica de cada trabalho, observando a questão de gênero.

Os resultados daquele conjunto de procedimentos que formam a metodologia são: poder fazer conclusões a respeito de como as historiadoras se distinguem ou não dos historiadores, ou em que medida elas se identificam intelectualmente com a história dos historiadores, bem como que tipo de relações econômicas, sociais, culturais e de poder podem legitimar. É possível levantar algumas hipóteses (Cardoso, 1992, p. 72-75) que são as seguintes: em termos das relações de gênero, as mulheres pesquisadas identificam-se com uma escrita tradicional e masculinizada da história, inclusive aparecendo mais como memorialistas.² Outra hipótese é a de que as práticas das historiadoras são carregadas de ambigüidades, na medida em que incorporam em suas leituras do passado as mudanças na ciência ou no conhecimento que lhes valorizam enquanto indivíduos oprimidos, mas sofrem a influência da instituição conservadora e historicamente masculina em sua maioria.

Instituição esta que legitima as escritas analisadas, além do fato de pesar sobre elas um passado, negador de suas atividades públicas através da formação educacional, por exemplo. A última hipótese é de não têm atitudes transformadoras da realidade social, em decorrência do que foi mencionado na hipótese anterior relativamente ao seu passado e vínculo institucional, bem como, acrescento, às relações sociais mais amplas nas quais estão inseridas, apesar da participação política de muitas delas em movimentos feministas ou de cunho mais geral como o movimento de 1930. Seja como for, é possível que ao publicarem trabalhos, as historiadoras contribuíram para que outras mulheres ampliassem

² Sobre a especificidade das práticas da memória feminina Michelle Perrot (1989, p.18), por exemplo, entende que não se deve considerar a questão do ponto de vista natural ou biológico, pois “as práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória – acumulação, rememoração, ordenamento da narrativa – está [ão] imbricada[s] nas relações masculinas/femininas reais e, com elas, é produto de uma história”.

suas perspectivas de rompimento com o caráter mais privado de sua existência histórica. Para isto outros fatores devem ter contribuído, quais sejam excelência escolar e o gosto pelas atividades intelectuais.

Sobre este último ponto já há estudos que indicam o peso do passado para ascensão sócio-cultural (Ferrand, 1994, p. 365). O fato de já haverem desenvolvido atividades políticas, literárias e docentes, anteriormente a sua entrada no IHGP e depois que se tornaram sócias, também deve ter contribuído para aquela ascensão, num sentido positivo. No entanto, não se deve supervalorizar a sua escolarização. De acordo com Michèlle Ferrand (1994, p.366-367), quando trata da exclusão das mulheres da prática das ciências, também enfatiza que há exclusão, e mais, que o diploma não confere igualdade às mulheres, embora também entenda que há alguns avanços e que em longo prazo, pode se verificar uma mudança profunda em termos de relações sociais de sexo.

Por outro lado, na verdade, as mulheres estavam mais presentes do que se pensa no dito espaço público da sociedade brasileira: como já foi demonstrado por Norma Telles (2002, p. 401-442) em *Escritoras, escritas e escrituras*, onde é feita uma análise excelente a respeito do quanto a relação entre mulheres e a história pode ser enriquecida: a autora mostra que havia um número relevante de mulheres que participaram ativamente de movimentos importantes para a modernização do país, como a independência, a extinção do trabalho escravo, organização de uma imprensa muita vezes duradoura, como também se envolveram na defesa dos direitos femininos. A autora menciona também um manifesto publicado num jornal de inspiração liberal e republicana da cidade de Recife, *Sentinela da Liberdade*, assinado por 120 mulheres paraibanas, em 1823, defendendo a independência do país.

O IHGP, em termos regionais e até meados do século XX, pode ser percebido como sendo o que A. Gramsci denomina de *instituição de alta cultura*, ou seja, instituição de onde emana um saber original, fundador de uma cultura. A sua organização caracteriza o aperfeiçoamento e a modernização educacional das sociedades capitalistas, juntamente com as escolas em geral. Portanto a entrada de mulheres no IHGP é um fato social, político e intelectualmente significativo do ponto de vista histórico. E, como referência mais geral para uma história dos intelectuais, A. Gramsci (2001, p. 23) entende que:

“O ponto central da questão continua sendo a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional, distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas.”

Do pensamento de A. Gramsci se infere que não é possível entender historicamente os intelectuais, caso não se proceda a uma contextualização de suas atividades e, especificamente, se não se fizer uma relação entre eles (as) com a realidade social historicamente existente: neste sentido as mulheres do IHGP podem ser percebidas como, fundamentalmente, intelectuais tradicionais ou orgânicas, dependendo da relação que mantiveram com as classes sociais fundamentais paraibanas. Sendo assim, a análise do conteúdo de seus trabalhos é a via principal de se procurar o vínculo de classe entre as mulheres e a sociedade. Sobre as técnicas para tal análise, que estão divididas em documentação direta e indireta (Medeiros, 2004, p. 45), fiz o uso privilegiado da segunda técnica.

O conjunto de fontes documentais eleitas requer algumas considerações. O “silêncio dos arquivos” (Perrot, 1989, p. 10-11) sobre as mulheres parece ser um fato histórico admitido para um período da história, o século XIX. Rachel Soihet (1997, p. 295), também

argumenta que uma das dificuldades básicas para o desenvolvimento de um conhecimento histórico sobre as mulheres é a “escassez de vestígios acerca do (seu) passado”. Nesse sentido, os textos publicados por mulheres nas revistas do IHGP são registros importantes da atividade feminina, pois fazem delas produtoras de conhecimento num mundo onde tal produção era domínio preferencial dos homens.

Joan Scott (1992, p. 67-74), quando discute a relação entre profissionalismo e política, admite juntamente com as historiadoras feministas que é necessário repensar o que vem a ser conhecimento histórico, perguntando qual a perspectiva que determina “uma boa história”. Além dela e nos termos da teoria e metodologia da historiografia, Maria de Lourdes Mônico Janotti (1991, p. 81) tece considerações sobre quais as fontes para os estudos historiográficos, incluindo “não só estudos originais (...) e interpretações abrangentes do processo histórico nacional, mas também alguns textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica e didática que podem ser suscetíveis de uma análise historiográfica”. Outrossim, acrescento que as fontes são de história, no sentido de que se referem a fatos realmente acontecidos, mesmo que em muitos casos uma visão providencialista esteja presente, como veremos.

Entendo, portanto, que a literatura histórica é caracterizada pela iniciativa de ler a realidade social no tempo, ao contrário da literatura ficcional. Não estou sugerindo com esta distinção que os usos ficcionais da linguagem escrita estejam dissociados das sociedades e da história, mas tão somente que a relação que guardam com aquelas é de outro caráter. Sobre este realismo, Eric Hobsbawm (1998, p. 8-9) tece considerações que o colocam na ordem do dia da prática do(a) historiador(a). Critica as concepções excessivamente culturalistas pois entende que “tornou-se moda (...) negar que a realidade objetiva seja acessível, uma vez que o que chamamos de ‘fatos’ apenas existem como

função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos”. Depois de constatar esta postura, argumenta que:

“Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é (...) não pode haver história [conhecimento sobre a história]. Roma derrotou Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu, mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão”.

A par disto não se entende, portanto, que os textos escritos pelas mulheres do IHGP são “de História” simplesmente porque estejam publicados numa revista de uma instituição que se designava como preocupada com fenômenos da História (e da Geografia). Meu critério para qualificar os textos não é “institucional”, mas sim epistemológico, pois são leituras do passado. Para um controle maior sobre tais leituras, denomino-as genericamente de “iniciativas escritas para o conhecimento histórico”, considerando, ao mesmo tempo, que seu referente é a ação humana no tempo, como queriam os fundadores dos *Annales*, mas ao mesmo tempo considerando que são portadores de valores sociais e individuais, de visões de mundo.

Sobre a estrutura do trabalho

A organização do conteúdo foi feita da forma seguinte: uma Introdução onde é demonstrada importância do estudo histórico sobre mulheres, definido o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa, explicitado o marco teórico-metodológico, técnicas, hipóteses e resultados esperados e considerações sobre as fontes documentais. No capítulo inicial trato da atividade historiográfica principalmente no Brasil, desde o século XIX até a atualidade, a partir de vários autores que desenvolveram atividades seminais nessa área. O objetivo é

desenvolver conhecimento sobre este tipo de prática na área de história, entendendo como ela evoluiu, até se constituir com um campo de estudos específico da disciplina de História. Inicialmente é justificada a necessidade de se desenvolver esta teoria da histografia bem como os critérios de escolha dos autores que serão analisados. Concluo com as várias acepções em uso do conceito, ao mesmo tempo em que é feita uma escolha dentre elas que deverá agilizar o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo, desenvolvo referências históricas sobre o processo moderno, na Paraíba e em João Pessoa, atentando para a participação feminina nos vários aspectos levantados, principalmente nos culturais, mas também naqueles de caráter econômico, político e social. No final faço considerações sobre a participação feminina em tal processo. No capítulo terceiro, são feitas considerações sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e sua revista, procurando conhecer acerca de sua periodicidade, os temas abordados em geral, a participação das mulheres e outros aspectos para sua publicação. Também são levantados alguns elementos biográficos sobre as mulheres pesquisadas. No último capítulo faço a análise da documentação. Para finalizar a pesquisa são feitas considerações finais para responder à questão formulada a partir de todas as etapas anteriormente vencidas.

CAPÍTULO I

Sobre o conceito de historiografia ou a prática historiográfica no Brasil

Como foi dito na Introdução, meu objetivo neste capítulo é criar uma referência própria sobre o conceito de historiografia a partir da análise da prática dos historiadores brasileiros, desde que a principal base documental da pesquisa é formada por um conjunto de textos de história. Na medida em que verifico o que tem sido considerado como sendo prática historiográfica pelos próprios autores relativamente a seus trabalhos, como também por autores que falam de trabalhos de outros autores como sendo historiografia, faço minha própria análise da utilização de tal conceito, como também e, fundamentalmente, opto por usá-lo de forma polissêmica ou não. Os autores que fazem análises de estudos de História são os que se seguem, sendo que os critérios de escolha também são explicitados.

Não seria exequível uma leitura de todo o conjunto de obras de história já produzido no Brasil, para se perceber os sentidos que o conceito de historiografia assume na prática dos historiadores. Assim, uma seleção dos autores e dos seus trabalhos foi feita considerando os seguintes aspectos: a) as referências sobre *trabalhos historiográficos* constantes em Rodrigues (1979, p. XV-XVI), sobre o pioneirismo de Capistrano de Abreu, Alcides Bezerra e Sérgio Buarque de Holanda em termos de análise de obras de história; b) as referências sobre José Honório Rodrigues constantes em Mota (1990, p. 37-38) e em Lapa (1976, p.192); c) a referência constante em Lapa (1976, 201-202), sobre bibliografia básica de historiografia brasileira; d) por último, considerei o caráter recente da publicação de análises historiográficas.

Em termos ainda metodológicos para este capítulo defini como *dados cognitivos*, aqueles dados relativos às concepções sobre o termo historiografia, presentes nos livros-documento (livros), textos-documento (partes de livros), artigos-documento (artigos), ou genericamente, *documentos epistemológicos*, no sentido de que são *produções intelectuais que contêm uma teoria sobre obras de história*, onde teoria é simplesmente, “um conjunto de conhecimentos não ingênuos que apresentam graus diversos de sistematização e credibilidade, e que se propõem explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio de fenômenos ou de acontecimentos que se oferecem à atividade prática”.(Dicionário Aurélio Eletrônico, 1996).

Por último, é preciso dizer que para compreender a significação do termo historiografia é necessário não isolá-lo do conjunto da unidade de leitura, visto que muitos autores não têm a preocupação de definir um sentido específico ou preciso. Em alguns casos, ele pode ser entendido de duas maneiras sem prejuízo da compreensão geral do trabalho onde está inserido.

Breves referências filosóficas e lingüísticas

De acordo com Nicola Abbagnano (1982, p. 484-485), a palavra *historiografia* foi cunhada por T. Campanella³ em 1638, para indicar “a arte de escrever *corretamente* a história (grifo meu)”. O mesmo N. Abbagnano ainda escreve que: “O termo permaneceu com este significado em inglês e em francês (o alemão usa *Historik*) ao passo que em italiano [storiografia] passou a significar na esteira de Croce, o conhecimento histórico em

³ Na obra *Philosophiae Rationalis partes quinque, videlicet Grammatica, Dialectica, Rethorica, Poética, Historiographia, justa própria principia*.

geral ou o complexo das ciências históricas”. Portanto, para Campanella, a palavra tinha um sentido metodológico, designando como produzir acertadamente o conhecimento histórico diverso do existente no mundo medieval. Já para Benedetto Croce (1866-1952) - num salto de dois séculos - passa a designar o conhecimento histórico em si, bem como um conjunto de ciências.

Importa ainda observar, que *lingüisticamente*, e num período mais recente, a palavra designa estudos históricos e críticos sobre os próprios historiadores e não sobre seus trabalhos, bem como a arte de escrever a história, no que conserva o seu sentido original (Bueno, 1986, p. 573; Dicionário Aurélio Eletrônico, 1996). O conhecimento histórico e a lingüística, através da literatura e da retórica, especificamente, se aproximam desde longa data: desde pelo menos os anos renovadores que começam em 1500, sendo que tal aproximação, para os historiadores da época, tinha o objetivo de se garantir contra críticas relativamente ao seu desapego à “eloquência” e ao “estilo agradável”. Tal aproximação dá-se sob influência do humanismo e significou uma das principais *evoluções* na produção do conhecimento histórico, juntamente com o aumento do poder de crítica e do cuidado crescente, com a própria organização do texto histórico (Bourdé & Martin, 1983, p. 39).

O conceito de historiografia: os trabalhos iniciais

De acordo com José Honório Rodrigues (1979, p. XV-XVI) o pioneirismo da análise historiográfica no Brasil, coube a João Capistrano de Abreu quando escreveu o *Necrológio de Francisco de Adolfo de Varnhagen*, de 1878, e *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, de 1882. É neste último que Capistrano de Abreu se detém em análise comparativa ampla de estudos de história. É uma análise onde a temporalidade histórica não é a sua

principal preocupação como, por exemplo, o é em *Os historiadores do Brasil do século XIX*, de Alcides Bezerra, o que faz o trabalho de João Capistrano de Abreu se aproximar de uma abordagem sincrônica da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Seguindo na análise, Capistrano de Abreu (1975, p.137) argumenta que somente dois brasileiros poderiam ter escrito melhor do que Varnhagen a História do Brasil: Joaquim Caetano da Silva e João Francisco Lisboa. Já o conceito de *historiografia*, que me interessa propriamente, não aparece em nenhum momento das suas análises: nem em 1878, nem em 1882. Quando quer se referir a obras de história diz “estudos históricos” e o que fazia naquele texto era considerado um estudo de história também, provavelmente, que incluía uma certa crítica histórica, ou seja, uma reflexão sobre as fontes históricas da obra analisada, bem ao gosto do pensamento mais erudito e profissional ocidental do século XIX (Campos, 1991, p.277).

No final do estudo de 1882, quando Capistrano aludia à produção de “estudos históricos” em andamento, inclui estudos lingüísticos, etnográficos, arqueológicos e antropológicos. Estaria ele colocando na mesma categoria de estudos históricos, aqueles de outras áreas do conhecimento, mas elaborados com uma *perspectiva histórica*? Seja como for, José Honório Rodrigues menciona duas linhas muito gerais na historiografia brasileira, em *História e historiadores do Brasil* (1965 p. 26): uma *eclética*, por aceitar a colaboração de outras ciências; *outra unitária*, por não investir em tal contribuição. No primeiro caso, estão Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, com sua interpretação culturalista da história; no segundo, os positivistas e marxistas.

O que importa reter, principalmente, é que mesmo sendo considerado o começo da historiografia brasileira⁴ (Abreu, 1975, p. XI), por pessoa tão experiente nesta área como José Honório Rodrigues (Lapa, p.192; Mota, p.37-38), no período, o conceito de historiografia parece não designar ainda a reflexão sobre estudos históricos, ou os estudos históricos, para o próprio Capistrano de Abreu. Na verdade, esta prática dos historiadores no séc. XIX, e em parte do século XX (até a década de 40), articulava-se com os procedimentos da crítica histórica inaugurada por Leopoldo Von Ranke em 1824, e da discussão sobre os pressupostos teóricos dos estudos históricos. Mesmo que incidisse, principalmente, sobre as fontes, ampliava-se para os estudos históricos.

A crítica como metodologia do conhecimento é um procedimento do século XVII. Guy Bourdieu e Hervé Martin (1992, p. 91), o mesmo século em que o termo historiografia é inventado, como vimos. Assim, é no contexto histórico de afirmação da razão, que se estende sobre os textos bíblicos, que se afirma a maneira de pensar criticamente e influenciando a produção do conhecimento histórico: o termo historiografia é criado para designar uma escrita correta da história. Havia uma preocupação por parte dos pensadores daquela época em entender corretamente os textos bíblicos. De acordo com os mesmos autores,

“Las Sagradas Escrituras no podían quedar al margen de esta crítica general del milagro. Del lado protestante, um profesor de Oxford llegó a asimilar las Sagradas Escrituras con las fábulas de Oriente (em 1695); del lado judío, Spinoza sugiere interpretar la Biblia del mismo modo que la naturaleza, e interrogarse acerca de ‘las diversas suertes que hayan podido sufrir los libros de los profetas (...), la vida, los estudios del autor de cada libro; del lado católico, Mabillon y el abate Fleury invalidan cierto número de leyendas. Pero fue el oratoriano Richard Simon el que realizó la *ruptura crítica* (...) Esta preocupación por la correcta

⁴ E aqui *historiografia* designa estudo, análise sobre obras de história. Quando escreveu *História da História do Brasil*, José Honório Rodrigues assume outra representação: *historiografia* como conjunto de obras de história.

comprensión de los textos anuncia la *crítica interna* que sería definida por los maestros Del siglo XIX” (Bourdé & Martin, 1992, p. 91-92).

Como sabemos, e como dizem os mesmo autores que vimos citando, são Dom Mabillon (1632-1701) e Le Nain de Tillemont (1637-1698), que na qualidade de historiadores afirmam tais procedimentos de leitura de textos embasados na crítica, buscando diferenciar os textos falsos dos verdadeiros: para Bourdé e Martin (1992, p. 94), “El historiador está ya a um punto de convertirse em um prefesional”. No século XIX, este processo se desenvolve através justamente crítica histórica (Campos, 1991, p. 267) que vem ser a “o exame de valor e identificação dos testemunhos” (Rodrigues, 1978, p. 308). Portanto, tratava-se de verificar se as fontes históricas que sustentam o estudo histórico são verdadeiras e se foram devidamente consultadas. Atualmente, entende-se em geral que

“a visão que desta tinham os historiadores tradicionais envelheceu irremediavelmente. Isto porque estava baseada, implicitamente, nos postulados fundamentais do humanismo racionalista, especialmente a noção de um ‘sujeito transparente’ – individual, consciente e dotado e dotado de livre arbítrio – incompatível com as descobertas de Marx (crítica das ideologias, caráter coletivo e não individual do sujeito do conhecimento) e de Freud (existência do inconsciente). Assim, hoje tal crítica tem dimensões jamais sonhadas pelos historiadores de fins do século XIX: os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas mediante métodos lingüísticos de análise do discurso, da enunciação, com apoio em alguma teoria das classe e das ideologias sociais. Em outras palavras, procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pôde ocorrer” (Cardoso, 1992, p. 60-61).

Penso que a *crítica histórica* é uma espécie de precursora dos atuais trabalhos de historiografia, como também que no processo de constituição da prática moderna dos historiadores, ela é básica para o grande desenvolvimento da própria disciplina verificado a partir do século XIX. E, ao que tudo indica, a este primeiro passo *metodológico* que se

explicita na Alemanha em 1824, quando Leopold Von Ranke publica *Para a crítica dos novos historiadores*, seguir-se-á um outro igualmente importante para a história da história, quando “alguns pensadores, filósofos e lógicos [começam] a estudar os aspectos *teóricos* do conhecimento histórico (grifo meu)” (Rodrigues, 1978, p. 63). Naquele período, desenvolvia-se o *historicismo*, que garantiria a áreas do conhecimento até então menos prestigiadas como a história, um lugar de destaque na sociedade e na cultura européia.

Sem desconsiderar o pioneirismo de Capistrano de Abreu no trabalho historiográfico levanto a seguinte questão: é possível que antes de 1878 e 1882, tenham existido trabalhos com conteúdo historiográfico? Penso que sim. Os exemplos são os comentários presentes em biografias (RIHGB, 1998, p. 906, 909, 910, 912), os “juízos” como o de F. A. de Varnhagen sobre o *Compêndio de história do Brasil* de José Inácio de Abreu e Lima, “uma das mais violentas polêmicas da historiografia brasileira” e pareceres como os de Dr. Francisco Freire Alemão, Monsenhor Joaquim da Silveira e Dr. Tomás dos Santos sobre *Como se deve escrever a história do Brasil* de von Martius, de 20 de maio de 1847 (Rodrigues, 1978, p. 127; 131). São alguns exemplos da possibilidade de uma proto-historiografia brasileira e seria o caso, então, de periodizar o desenvolvimento dos estudos de história da história em proto-historiográficos e historiográficos: “antes” e “depois” de 1878/1882.

Retomando as considerações sobre os trabalhos de Capistrano de Abreu, o título do trabalho de 1878, sugere comentários apologéticos, com caráter ornamental e social.⁵ Na verdade ele é crítico, postura que assume dimensões maiores no segundo estudo, de 1882, sugerindo uma independência perante as estruturas de poder oficial do período imperial ao qual Varnhagen era vinculado, bem como das práticas dos integrantes do Instituto Histórico

⁵ Sobre uma historiografia “ornamental e social”, ver Rodrigues (1982, p.37).

e Geográfico Brasileiro. Provavelmente esta postura deve ter contribuído para que José Honório atribuísse o mencionado pioneirismo historiográfico aos dois trabalhos de Capistrano de Abreu.

Finalizando, é preciso dizer que, ao criticar Varnhagen, Capistrano não retira sua grande importância nos estudos históricos brasileiros, só lhe reconhecendo, porém, um futuro limitado (Abreu, 1975, p. 147). Sobre esta afirmação, José Honório Rodrigues comenta que foi uma colocação equivocada (Rodrigues, 1965, p.26-27), desde que há “herdeiros” de Varnhagen no pensamento histórico brasileiro, quais sejam, historiadores que seguiram o que chama de “linha unitária” ideológica (teórica), já mencionada neste capítulo, que é aquela que despreza a contribuição de outras ciências sociais para a construção do conhecimento histórico, sendo seus herdeiros os positivistas e os marxistas.

Atualmente, pelo menos, estas considerações de José Honório parecem ultrapassadas, já que por pensamento unitário ou único e pensamento eclético, entende-se, respectivamente, o pensamento neoliberal (Ribeiro, 2000, p. 141-150) e o conhecimento produzido com base em “doutrinas de diferentes filósofos, [usando] as teses que mais se apreciam, sem preocupar-se demasiado da coerência dessas teses entre si e de sua conexão com os sistemas de origem” (Abbagnano, 1982, p. 282).

Sobre Alcides Bezerra

Os historiadores do Brasil do século XIX (Bezerra, 1927) avança no que pode ser chamado de historiografia geral brasileira, pois diferentemente de Capistrano de Abreu, não se deteve num só autor, mas em vários. Mesmo que Capistrano tenha feito

comparações entre a escrita histórica de Varnhagen e a de outros historiadores brasileiros, seu objetivo principal era analisar a obra do conhecido historiador do século XIX.

Originalmente o texto de Alcides Bezerra foi uma conferência realizada no Centro de Cultura Brasileira, em 5 de agosto de 1926, depois publicada como *Separata do Relatório annual da Directoria do Archivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da justiça e Negócios Interiores*. Tem alcance explicativo diferenciado predominando, no entanto, um registro narrativo de obras de História do Brasil, escritas por autores ingleses, franceses, portugueses, alemães, e brasileiros, sobre o Brasil, o que demonstra erudição da parte do autor, bem como que o Brasil é objeto de estudos históricos em várias partes do mundo, podendo-se mesmo falar na possibilidade de uma historiografia externa geral brasileira.

Crítico e comparativo, é semelhante ao segundo de Capistrano de Abreu, sobre Varnhagen, de 1882, embora não apresente pontos de vista próprios em sua grande parte, como também se detém muito em colocações de caráter meramente biográfico. Por um lado, adquire expressão descritiva quando, em alguns trechos, apenas cita a existência de obras de história, e também quando se detém na sistematização de análises de outros autores sobre as obras citadas, ganhando expressão analítica, explicativa quando faz poucos comentários próprios. O autor tem uma visão ampla da história do Brasil, já que considera que “Queira ou não queiramos, estamos dentro do centro de cultura europeu-mediterrâneo, e a nossa sciencia bem como a nossa historia, são ligadas e subordinadas à *sciencia* e à historia da Europa” (Bezerra, 1927, p. 3).

Equivoca-se quando menciona a necessária subordinação de nossa ciência e de nossa História a História européia, devendo mesmo ser criticado por pensar que “Nós brasileiros não podemos fazer *ciência* brasileira, mas colaborar na constituição da *sciencia*

da civilização que pertencemos” (Bezerra, 1927, p. 3). Quanto ao conceito de *historiografia* também não está presente no seu raciocínio, igualmente ao que ocorre em Capistrano. Está implícita a representação de *pensamento histórico científico*, para qualificar os estudos de história. A qualificação do seu próprio trabalho, por ele próprio, também deve ser percebida na confluência da crítica histórica e da reflexão sobre os pressupostos teóricos da produção do conhecimento histórico, sob impulso, portanto, das práticas afirmadas durante no século XIX, nos meios profissionais da produção dos estudos históricos. Lentamente afirma-se o estudo historiográfico, legitimado por instituições importantes para a pesquisa histórica, como o Arquivo Nacional localizado no então centro cultural do país, a capital federal.

José Honório Rodrigues e a afirmação de um campo de estudos históricos

Dentre os mais conhecidos historiadores que também fizeram análise de obras de história, os historiógrafos,⁶ destaca-se o “ícone” José Honório Rodrigues⁷. Foi, provavelmente, o primeiro autor a usar de forma explícita o termo historiografia para designar um tipo de estudo histórico especializado, qual seja aquele estudo que se constitui como uma reflexão histórica sobre obras de história. Embora o termo historiógrafo no Brasil remonte ao século XIX, designava estudo do processo histórico, como o fez Francisco Adolfo de Varnhagen, que utiliza o termo “historiographo” para se referir àquele que escreve história (Varnhagen *apud* Mota, 1972, p.378). Em 1946, José Honório publica o trabalho *A Historiografia na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*: como o título indica, trata-se de um trabalho que comenta a produção do

⁶ José Roberto do Amaral Lapa (1976) menciona o intelectual especializado em estudos históricos de obras de história como *historiógrafo*.

⁷ A iconização é de Freitas (1998, p.12).

segundo instituto histórico criado no Brasil, em 1862, e o primeiro do Nordeste (Schwarcz, 1993, p. 117), ou melhor, do então Norte do país.

Como se vê pelo próprio título do trabalho, por historiografia, José Honório entendia o próprio conhecimento histórico. É em 1949, quando da primeira edição da importantíssima *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, que José Honório se detém amplamente sobre a “história da história”. Nesta, são incluídos como fontes para a historiografia, livros e folhetos. Vai da narrativa à interpretação, não chegando, porém, à explicação. É um trabalho que requer leitura atenciosa para aquele que se dedica à epistemologia historiográfica. Na parte que se refere à historiografia (Rodrigues, 1946, p. 3-44), intitulada assim mesmo, o conceito assume um significado polissêmico bastante amplo, nada especializado, designando documento histórico, publicação de documentação histórica, literatura ficcional (Rodrigues, 1946, 21; 41), conhecimento histórico (Rodrigues, 1946, p. 35; 39), o exercício da descrição e crítica de obras de História, como também assume um sentido metodológico, qual seja, o de “levantamento de boas fontes bibliográficas” para a elaboração de estudos (Rodrigues, 1946, p. 43).

Quando publicou a primeira parte da *História da História do Brasil: o período colonial*, cuja segunda edição é de 1979, sob o conceito de historiografia só abrange sob o conceito de historiografia as bibliografias de História, sejam descritivas ou interpretativas, excluindo-se os sentidos anteriores, e os trabalhos que analisam aquelas bibliografias. Portanto, propõe um refinamento conceitual, considerando que “Desde que se considere a historiografia como a história da história, só aqueles escritos acabados na forma da descrição ou da interpretação podem ser considerados historiográficos relatem ou não fatos do passado, ou se limitem ao seu presente (grifo meu)” (Rodrigues, 1979 p. XVII).

Alerta que é preciso incluir formas rudimentares da escrita histórica do período colonial, com o objetivo de perceber a evolução da produção historiográfica no Brasil (Rodrigues, 1979, p. XVII-XVIII), ou seja, o autor tem uma percepção histórica dos estudos historiográficos, não desconsiderando as fontes menos elaboradas da escrita histórica.

Além disto, embora diferencie um trabalho de história de uma crônica e outros textos “rudimentares”, todos podem ser concebidos como documentos historiográficos, podendo constituir fontes para a reflexão neste campo específico. Nestes termos, José Honório afina-se com linhas bem atuais da produção do conhecimento histórico, sem desconsiderar a evolução da disciplina, visto que o “presente como história” é uma realidade entre os historiadores, pelo menos na França e na Inglaterra (Hobsbawm, 1998, p. 243-255; Lactoure, 2001, p.216-240). Observe-se que há diferença entre História Imediata e História do Presente: a primeira, ao contrário da segunda, não é concebida não como a escrita histórica que coincide com o tempo de vida do historiador e teria o papel de construir “um elo explicativo de ligação entre o presente (...) com o passado mais recente” (Rodrigues & Padrós, 2000, p.137).

Convém apreender, fundamentalmente, que para José Honório “A diferença principal está em que o documento histórico forma-se no momento exato do acontecimento, enquanto o historiográfico pode ser concebido *em várias épocas sucessivas ou contemporâneas* (grifo meu)” (Rodrigues, 1979, p. XVIII). Como também que “nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando muitos documentos históricos se confundem com os historiográficos (...) é preciso muita atenção para impedir que uma historiografia não acabe se transformando *numa história da documentação histórica* (grifo meu)” (Rodrigues, 1979, p. XIX). Em termos conceituais, de 1949 a 1978, são excluídas do âmbito do termo

historiografia as fontes históricas, as obras literárias, a compilação de legislação, as reflexões sobre metodologia da história.

Por último, é necessário fazer três colocações: uma sobre o papel que a historiografia desempenhou no desenvolvimento da disciplina de História, outra sobre a contribuição historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda e outra que se refere ao conceito de historiografia em algumas obras de José Honório Rodrigues. Quanto à primeira questão, entendo ser muito pertinente a reflexão de que os estudos historiográficos proporcionaram “a libertação da disciplina da história literária”, que era onde se davam as reflexões sobre obras de história, porém muito mais a partir de pressupostos literários do que históricos (Rodrigues, 1979, p. XV). Sobre o caráter precursor do trabalho de 1951, de Sérgio B. de Holanda, há outro anterior a ele: trata-se de *Apologia da história* (Holanda, 1950, p. 4) publicado no periódico *A Folha da Manhã*, atualmente *Folha de São Paulo*. Finalmente, entendo que desde a publicação de *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*, em 1949, até *História da História do Brasil*, edição de 1979, se o autor tendeu a especializá-lo, permaneceu usando-o no sentido croceano, para designar uma bibliografia de História, os estudos históricos do processo ou do fato histórico, em geral, como também para designar os estudos sobre os estudos de história. Ou seja, a especialização conceitual por ele próprio formulada, não foi seguida à risca.

Sérgio Buarque de Holanda: dedicação sem especialização

Os estudos historiográficos no Brasil devem bastante a José Honório Rodrigues, mas um outro historiador escreveu artigos de muita relevância para o desenvolvimento

daqueles, sem que tenha escrito grandes obras sobre o tema. Já foi mencionado que Sérgio Buarque de Holanda publicou em 1951, *O pensamento histórico durante os últimos cinquenta anos no Brasil* no jornal carioca *Correio da Manhã*. Nele a palavra historiografia ou palavras dela derivadas aparecem designando tanto a pesquisa histórica que resulta no conhecimento histórico, como um determinado conjunto de obras de história, com também os métodos de pesquisar a história: assim, Sérgio B. de Holanda refere-se à “pesquisa historiográfica”, à “literatura historiográfica”, tomada a palavra *stricto sensu*, e finalmente a “recursos da historiografia moderna”.

Em outro trabalho, intitulado *Apologia da História*, de 1950, também já mencionado, o autor escreve que “devendo abordar trabalhos brasileiros de historiografia”, frase que inserida no contexto mais geral do artigo, sugere que o conceito de historiografia designa trabalhos com a intenção de analisar o conhecimento histórico a partir de aspectos específicos de elaboração, ou seja, dos métodos empregados, como também se deter nos resultados, vale dizer, em analisar o conteúdo histórico propriamente dito. Nos trabalhos citados foi feita uma análise histórica da produção de obras de história, como das obras em si. Portanto, nos trabalhos é procedida uma análise tanto do *método* como do que resulta dele, sendo que de forma muito mais ampla no trabalho de 1951.

Pedro Moacyr Campos: a reflexão historiográfica contextualizada

Na década de 60, é publicado *Esboço da historiografia do Brasil nos séculos XIX e XX* (Campos, 1991). Neste, o conceito de historiografia aparece como sinônimo de um conjunto de obras históricas relativa a um período determinado. São incluídas no conceito

as atividades ligadas à pesquisa histórica, pois o autor se preocupa em mostrar o que foi elaborado na área de história para a produção do respectivo conhecimento, como a publicação de documentos, criação de revistas especializadas, as metodologias e as fontes históricas. Por isto, se aproxima mais de T. Campanella do que de B. Croce. Também expressa conhecimento de história, contextualizando a análise historiográfica através da relação entre produção do conhecimento histórico e fatos históricos como a emancipação política do Brasil e a guerra franco-prussiana de 1870-71, o que é inovador.

Pedro Moacyr Campos também menciona as mudanças nas concepções de história e na formação da intelectualidade dos historiadores ocorridas no Brasil: a organização da escola histórica metódica na Alemanha e a criação do nível superior de História bem como o desenvolvimento dos estudos na área de História de forma sistematizada. A ausência da menção das mudanças ocorridas na concepção de história factual na Europa, em fins do século XIX e inícios do século XX, e que conduziram à formação da Escola dos Annales, no caso da França, e das possíveis influências ou não de tais mudanças na pesquisa histórica no Brasil, é uma lacuna surpreendente. Também é deste período – década de 1960 - o trabalho de Emília Viotti da Costa (1999, p. 447-490) sobre a proclamação da República no Brasil. Nele, a autora analisa um conjunto de obras sobre tal fato histórico.

Porém, sua intenção principal não é analisar a produção sobre o tema, mas sim o próprio fato histórico, tanto que os seus comentários sobre as visões da republicanização do Brasil são somente uma parte do estudo. Seu procedimento assemelha-se ao de Caio Prado Jr. (1969, p. 191-200), no trabalho sobre como deve ser escrita a história do Segundo Império, intitulado *Roteiro para a historiografia do Segundo Reinado (1840-1889)*. Mas Caio Prado Jr faz o inverso, referindo-se primeiro ao processo histórico e depois à bibliografia sobre o tema, alertando inicialmente que não existe uma visão de conjunto do

período. Depois faz uma reflexão estritamente histórica de amplo alcance que antecede o exame das obras. Observe-se que Emilia Viotti da Costa é citada na Bibliografia Básica da Historiografia Brasileira de José Roberto do Amaral Lapa (1976, p. 201-203), composta por 53 títulos.

Tal inclusão rompe com seu próprio conceito do termo, que não inclui os comentários feitos em obras sobre temas estritamente históricos, mas somente obras propriamente historiográficas. Caso se incluísse este tipo de procedimento, a quantidade de trabalhos de historiografia se multiplicaria *ad infinitum*, visto que praticamente todos os trabalhos de história, atualmente, incluem reflexões sobre as obras já publicadas sobre o tema. Semelhantemente a Emília Viotti da Costa, no início da década de 1970, Bóris Fausto (1975) faz uma crítica histórica de obras que tratam da Revolução de 30. Este trabalho não consta do levantamento de J. Roberto do A. Lapa. Seja como for, a reflexão historiográfica integra crescentemente a própria produção do conhecimento histórico, enquanto revisão.

Portanto, o mais pertinente é entender que a revisão sobre o conhecimento histórico é uma prática estabelecida, principalmente depois dos cursos de pós-graduação, o que estimulou a especialização. Outrossim, esclareço que menciono os comentários revisionistas de Boris fausto e Emília Viotti da Costa neste ponto, porque mesmo sendo breves são contextualizados, demonstrando uma tendência dentro dos estudos históricos e mostrando como os estudos historiográficos crescentemente vão ganhando novos elementos para seu desenvolvimento.

Outro estudo importante que associa análise historiográfica e crítica histórica é *Historiografia. Bibliografia. Documentos*, publicado por Giselda Mota (1972). A autora selecionou um tema – a “Independência” do Brasil - e procede a três tarefas: comenta uma certa bibliografia de história, seleciona um conjunto vasto de obras e publica documentos

que considera relevantes para o estudo do dito tema. Embora o termo historiografia apareça no texto designando o pesquisar a história ou obras de história, quando se relaciona o título ao conteúdo trabalho, está implícita também uma parte da concepção de historiografia que seria explicitada por José Roberto Amaral Lapa, qual seja, a de estudo ou análise crítica das obras de história. Este é o autor sobre o qual reflito a seguir. .

José Roberto do Amaral Lapa: aprimoramento e especialização

O ponto alto do processo de especialização conceitual da historiografia talvez seja a publicação de *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, de José Roberto do Amaral Lapa (1976), pois tornou o conceito de historiografia mais preciso. Ele entende que um conjunto de obras de história, não deve mais ser qualificado como historiografia, mas sim como conhecimento histórico (Lapa, 1976, p.15) e que o conceito deve designar imediatamente os estudos críticos sobre aquele conhecimento, como também do próprio conhecimento resultante de tal análise crítica. Entendo que há uma especialização do conceito de historiografia, possibilitada pelo desenvolvimento da área, tornando-o mais manipulável porque torna seu uso mais específico. Sobre este último aspecto é pertinente ressaltar que José Roberto do Amaral Lapa refere-se a obras que são elaboradas dentro dos paradigmas da disciplina de História, e não àquelas que têm uma simples referência histórica.

Portanto, especializa o conceito e reduz a abrangência de sua aplicação. Observe-se que quando afirma a historiografia como “a análise crítica do processo de produção do conhecimento histórico, e desse conhecimento enquanto conhecimento” (Lapa, 1976, p.201), tanto elimina a possibilidade de o trabalho descritivo caracterizar-se como estudo

historiográfico, como também inclui na conceituação as obras sobre os estudos que analisaram as obras de história, o que já foi mencionado sem realce no parágrafo anterior. Um exemplo bem recente deste último tipo de trabalho é o de Rogério Forastieri da Silva (2001), *História da historiografia*. Lembramos que a conceituação de J. R. do A. Lapa ficaria completa se nela constasse a noção de que a análise crítica deve ser também histórica, como já foi dito em outra parte deste capítulo. Fica em aberto o que o autor entende por conhecimento histórico.

Sobre o “estado da arte”, J. R. do Amaral Lapa considerou que havia uma “congénita pobreza da Historiografia brasileira (Lapa, 1976, p. 191). Pobreza quantitativa e qualitativa. Sugiro reconsideração de tal afirmação, desde que o próprio autor comenta que procedeu a um recorte que excluiu” numerosos “trabalhos da sua análise, como também não considerou os trabalhos de Capistrano de Abreu, Alcides Bezerra e Sérgio Buarque de Holanda. Os estudos de historiografia, pelo menos aqueles de historiografia geral, não são tão antigos nem na erudita e bem capitalizada Europa. De acordo com Rogério Forastieri da Silva (2001, p.24) “há um certo consenso” que o primeiro trabalho de historiografia geral moderna é de 1911, pertencendo ao historiador suíço Eduard Fueter. Ressalte-se que para José Roberto do Amaral Lapa e Rogério Forastieri, os trabalhos de história da historiografia, são também *historiografia*

Por último, é importante registrar que apesar de representar uma especialização conceitual em termos do desenvolvimento de uma teoria da historiografia, José Roberto do Amaral Lapa dedicou pouco espaço na sua obra às considerações de caráter mais teórico. A própria definição do que entende como sendo historiografia, consta numa nota de pé-de-página. Ao que tudo indica, no Brasil, o grande teórico da historiografia ainda é José Honório Rodrigues. Um ponto a sobre o qual se deve refletir, é aquele que se refere à

disciplinarização da historiografia, pois, para todos os efeitos ela ainda não se constituiu como outra disciplina relativamente à História. Caio Prado Jr, o autor que se segue, toca neste ponto.

Caio Prado: pioneirismo, disciplinarização e politização da historiografia

Caio Prado Jr. escreveu um estudo que José Honório não menciona como sendo pioneira nos estudos historiográficos, mas na verdade o é. Trata-se do já mencionado “Roteiro para Historiografia do Segundo Reinado”, contido na obra *Evolução política do Brasil e outros estudos* (Prado Jr., 1969, p. 191-201), primeiramente editado em 1949, com o título de “Segundo Reinado” (Lapa, 1976, p. 202). O termo historiografia, que só aparece no título da edição de 1961 indica a produção do conhecimento histórico, sendo o trabalho em si, algo como uma metodologia da história do Segundo Reinado. Como já foi dito, estes comentários são feitos relacionando historiografia e processo histórico

Em outro estudo, Caio Prado Jr. (1972, p.17-20) faz uma tentativa de qualificar a Historiografia como disciplina, ou seja, como signo epistemológico do próprio processo histórico. Inclusive o termo aparece com “h” maiúsculo no seu texto, o que é indicativo da sua designação disciplinar. Argumenta que “a historiografia não constitui simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica e como tal, destina-se a integrar o conhecimento que o homem necessita ter do meio físico, do meio social e de si próprio”. O livro, intitulado *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*, de 1968, é uma crítica “à maneira de conceber a Economia Política como disciplina científica, e à sua utilização na política de desenvolvimento do Brasil”. (Prado Jr., 1972, p. 7).

Fica registrado, portanto, que o conceito tem mais de um sentido em Caio Prado indicando pesquisa histórica, conhecimento histórico e o próprio processo histórico, definição que o particulariza no conjunto de autores citados. Como se vê, estão presentes os sentidos de metodologia da História e de conhecimento histórico oferecidos, respectivamente, por Campanella e por B. Croce. Entendo que esta tentativa de designar o processo histórico objetivo como historiografia, mostra-se como um retrocesso, na medida em que como história da história ela representa um nível de abstração cujo significado para o desenvolvimento da disciplina é libertador, nos termos já colocados por José Honório (1979, p. XV), ou seja, especializando a área relativamente à análise literária dos estudos de história que apreciava mais os aspectos formais e literários.

Conhecimento histórico e ideologia: Carlos Guilherme Mota

Não se pode deixar de mencionar o trabalho de Carlos Guilherme Mota (1996), *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, onde o conceito aparece designando tanto a análise histórica do conhecimento histórico, a arte de fazer história, como as obras de história (Mota, 1990, p. 26, 33). Porém, designa principalmente e de forma consistente aquela primeira prática, mas entendendo que é necessariamente um procedimento que inclui a análise de todas os elementos que estão presentes na elaboração do conhecimento. Assim, o autor demonstra uma idéia ampla e clara dos procedimentos que envolvem o trabalho historiográfico:

“Na comunidade dos historiadores de ofício, a história da historiografia geralmente é considerada o mais difícil dos gêneros. Dadas as suas características e implicações, pressupõe que o analista reúna conhecimentos de metodologia, teoria da história e

teoria das ideologias. Além de História, naturalmente” (Mota, 1990, p. 26).

Mesmo com esta visão do que é necessário para a prática historiográfica, não procura especializar a sua utilização, transformando-o praticamente num *constructo* (Köche, 1997, p. 115), ou seja, num conceito teoricamente relacionado, como é o caso de José Roberto do Amaral Lapa, e antes deste, em certa medida, José Honório Rodrigues. Acrescente-se que na obra mencionada, o autor inclui na sua análise obras que não são produzidas dentro do campo específico da história, embora procedam a uma aproximação histórica do seu objeto. Mesmo assim procedendo, diferencia os estudos sociais em geral dos historiográficos. Não há, portanto, uma delimitação mais especializada do termo. Nesse sentido aproxima-se do sentido mais geral que B. Croce deu ao conceito em pauta.

Alguns trabalhos mais recentes

Em termos de uma historiografia geral brasileira, a partir da década 90 do século XX, têm sido publicadas obras que se pautam por uma utilização do conceito de historiografia como sendo designativo, fundamentalmente, de uma análise histórica da produção do conhecimento histórico, mais recentemente da busca da orientação filosófico-cultural de tais estudos. São exemplos de tais iniciativas: *A História no Brasil: 1980-1989* (Fico & Polito, 1992), a obra *Historiografia Brasileira em Perspectiva* (Freitas, 1998); *Domínios da História* (Cardoso & Vainfas, 1997); *A matriz da cultura historiográfica brasileira* (Diehl, 1993); *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*

(Diehl, 1998); *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970* (Diehl, 1999); *A cultura historiográfica nos anos 80* (Diehl, 1993).

Em *Historiografia brasileira em perspectiva*, Marcos Cezar Freitas, seu organizador, quando define as linhas gerais que nortearam a produção do livro, intitula a parte como “Para uma história da historiografia brasileira”. Neste caso o termo aparece como uma história do conhecimento histórico ou precisamente, da produção deste conhecimento. É importante considerar que, precisamente, não se deve pensar em “história do conhecimento”, como também “Não há história da política, do direito, da ciência, da arte, da religião, etc.”, (Marx & Engels, 1976, p.98), visto que é a ação dos seres humanos como agentes históricos, que deve ser considerada. Neste sentido, a história do conhecimento é, na verdade, a história dos intelectuais, como também indica claramente Antonio Gramsci em *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (2001, p. 15-42).

Adiante, no mesmo contexto de debate sobre uma significação para a historiografia, M. C. Freitas (1998, p.11) escreve:

“Pois bem, uma coisa é a política na história, outra é a dimensão que ganha na historiografia. Nesse particular, a historiografia pode ser entendida como *locus* de intervenção no qual a política (diluída ou magnificada) manifesta-se nas práticas discursivas dos historiadores”.

Assim, o termo designa o conhecimento histórico relacionando-o diretamente à política: propõe-se, então, a discutir as bases da produção deste conhecimento histórico, sendo que da primazia às fontes históricas, depois “os novos aportes e escolas na historiografia brasileira” (Freitas, 1998, p. 12). O termo aparece ainda com um sentido eminentemente teórico-metodológico, quando o autor se interroga “que configuração

historiográfica confere (ou não) autonomia à história da educação em relação à história”.(Freitas, 1998, p. 13) Outros casos de associação entre historiografia e aspectos teóricos de metodológicos da produção do conhecimento histórico surgirão.

Em *Domínios da História*, na parte da Apresentação (Cardoso & Vainfas, 1997), o termo aparece quatro vezes indicando a necessidade de seu sentido polissêmico para a escrita que envolve o conhecimento histórico. Primeiro aparece quando definem que o objetivo principal de ambos foi dar “conta dos percursos historiográficos”: o termo indica, portanto, a pesquisa de história. Depois, quando definem o que está contido na Parte III do livro, o termo é usado para designar o conhecimento histórico. Há ainda um outro sentido, como teoria da história, pois o termo é usado para indicar a justificação para o uso ou não de determinadas metodologias e técnicas de pesquisa para a produção do texto de história. Portanto três sentidos diferentes, ao meu ver. Examinando outras partes da obra, observei como o sentido de discussão em torno das orientações teóricas dos estudos históricos permanece central nas atenções dos autores ou autor.

É o caso do trabalho de Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997, p. 203-216) sobre a história das paisagens. Este autor discute de forma bem objetiva as orientações que tal campo vem tendo. O termo historiografia não está presente no texto explicitamente, mas pelo seu conteúdo, o sentido mencionado está referido de forma subjacente. Já para Eulália L. Lobo (1997, p. 223), o termo indica o conhecimento histórico produzido sobre o empresariado e uma discussão histórica contextualizada sobre este conhecimento. Já Antonio Astor Diehl (Diehl, 1993, p. 49-50), no trabalho que define o rumo dos seguintes o conceito em análise aparece como a parte teórica e crítica do conhecimento histórico, ou a concepção de história que norteia a produção de um conhecimento que deve ser abordado de forma ampla, histórico-social, adquirindo imediatamente um sentido ideológico.

Finalizando o capítulo, entendo que o conceito de historiografia, desde 1878 até o final do século XX, designou práticas diversas entre os historiadores, que vingaram ou não, tendo sido usado de formas mais diferenciadas do que o próprio conceito polissêmico de história que pode indicar o processo histórico, a(s) disciplina(s) de História e o conhecimento sobre aquele processo histórico. Assim, foi usado para indicar um determinado conjunto de obras de História ou mesmo toda a produção da área de história com marcos regionais, nacionais ou temáticos, inclusive periodicamente definidos. Uma segunda significação onde o conceito é usado para indicar o estudo histórico descritivo ou analítico destes conjuntos de estudos da História, embora apareçam também abrangendo estudos de sociologia, por exemplo, com abordagem histórica. Outra que fez uso do conceito para indicar a parte teórica e metodológica da ciência histórica está em desenvolvimento e uma tentativa de designar o próprio processo histórico e a disciplina que o analisa.

A especialização da prática historiográfica não significou uma ruptura com usos anteriores do conceito de historiografia, o que indica que sua utilização não teve e não tem tido um único sentido ou um sentido consensual entre os historiadores. Em termos mais gerais, a reflexão historiográfica ligou-se ao processo de afirmação da disciplina de História no país, possibilitando um controle mais racional e autônomo das várias idéias sobre as identidades nacional e regional. Processo este de natureza moderna, já que a organização das condições para a pesquisa histórica e a produção do conhecimento histórico esteve associada à necessidade de organização, reprodução e fortalecimento do estado nacional (Nadai, 1990, p.23-29; Gomes, 1996, p. 125-155), através da construção de uma identidade nacional e da afirmação das unidades políticas que compõem a nação, sem pretensões separatistas (Schwarcz, 1993, p. 99-140).

Portanto, o uso do conceito de historiografia está relacionado com o próprio aprofundamento do caráter capitalista da sociedade brasileira, que fornece as condições materiais deste processo histórico moderno, embora os estudos historiográficos não tenham necessariamente a ideologia burguesa como componente, sendo até críticos relativamente a ela. Essa relação não é um mero exercício de justaposição, pois esteve relacionada com a escolarização superior, em termos quantitativos e qualitativos, formando quadros mais capacitados, bem como crescem da mesma forma os estudos históricos e sua disseminação em escala massificada, aspectos ligados ao desenvolvimento e reprodução do estado burguês e da sociedade moderna correspondente, não há como desvincular a afirmação da historiografia, do desenvolvimento mais geral da sociedade brasileira moderna.

Nesse sentido, qualquer reflexão historiográfica, como é o caso desta pesquisa, passa necessariamente por conhecer o desenvolvimento da historiografia no país, bem como o processo moderno que caracteriza as sociedades ex-coloniais, principalmente quando se quer responder à questão de qual o papel da escrita histórica na constituição desse mundo moderno. Se em várias sociedades européias aquele processo desenvolveu-se num confronto com o mundo feudal, na sociedade brasileira, ele desenvolve-se em crescente confronto com o mundo colonial. Aliás, a noção de modernismo não nasce nos grandes centros capitalistas europeus, mas sim numa sociedade ex-colonial significando uma luta contra o passado de submissão cultural (Anderson, 1999, p. 7). É sobre alguns aspectos deste processo moderno na Paraíba que trata o capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

O processo moderno na Paraíba e em João Pessoa

Wellinton Aguiar (2002, p.267), em *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*, através de uma citação do jornalista Waldemar Duarte, registra um pouco da paisagem da parte central da capital paraibana, nos seguintes termos:

“Aí está a Lagoa no começo dos anos 30. Sítios e quintais de residências ocupavam grande parte da sua área. (...) Na década de 40 dançava-se no Cassino (...) Nos anos 50, havia (...) animado passeio de rapazes e moças. Tudo isso passou. A cidade correu para a praia”.

Há um pouco de exagero na afirmação acima, já que muita coisa ainda acontece na parte da cidade que W. Aguiar cita. Porém não é mais a elite que frequenta o lugar mencionado, mas sim trabalhadores (as) que vão para lá se divertir. No entanto, o autor tem razão quando observa que muita coisa se modificava, mesmo que na cidade persistam pessoas de ontem vivendo hoje e que coisas que compõem sua paisagem tradicional continuem fazendo parte dela, como os casarões do Centro Histórico, com tendência de se tornar atração turística. Do ponto de vista da história escrita, esta é “filha do seu tempo” (Braudel, 1992, p.107-108). Neste sentido, esta história pode também trazer traços de modernidade ou tradicionalismo tal qual a paisagem urbana. Nesse capítulo procuro traços gerais que compõem a realidade da capital paraibana e do estado, em algumas décadas incluídas na periodização.

Para atingir tal objetivo é preciso definir por um lado o que vem a ser moderno, e de outro a sua expressão em termos da história da sociedade local de João Pessoa. A delimitação principal do espaço da capital não é aleatória: foi determinada pelo fato de que é nela que sempre esteve situado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, como também por ter sido em João Pessoa, que as mulheres historiadoras, sujeitos de conhecimento, passaram a maior parte de suas vidas. Como lembra Maria de Lourdes Janotti (1990, p. 81), o *específico* de conhecimento histórico é condicionado pelo conjunto de relações sociais onde seus autores estão inseridos. A cidade guarda pontos de semelhança e diferença com outros processos verificados em outros espaços nacionais e urbanos.

Sobre o espaço urbano, é preciso considerar que durante muito tempo os “escritores e intelectuais abominaram as cidades”, mas terminaram por ceder diante de suas forças gravitacionais, sendo atraídos por elas (Bradbury, 1989, p. 76-82). Nelas estavam não só uma série de equipamentos como editoras, bibliotecas, museus, livrarias, teatros, revistas, instituições culturais as mais variadas, mas também as possibilidades de realização pessoal. O mundo moderno é, sob uma ótica tendencial, um mundo esmagadoramente urbano. E, caso o movimento de 1930 tenha realmente significado a guinada política para a modernidade, a cidade de João Pessoa pode ser o lugar privilegiado para se perceber como o passado consegue estar no presente.

Uma parte de suas elites e de seus habitantes, inclusive algumas das mulheres cujos textos são analisados, tiveram participação ativa no dito movimento. Não se pense que a modernidade da sociedade da capital compõe um conjunto único, onde só existe o novo, atropelando a tradicionalidade. Pelo contrário, as próprias oligarquias que teriam sido destruídas em 1930, ressuscitariam, reivindicando seu espaço e conferindo uma tensão ao

processo moderno em desenvolvimento. Por isto mesmo, considerar que não existe uma só história para cada época e que tais histórias estão relacionadas com os espaços onde são produzidas é a atitude mais sensata por parte do historiador. Antonio Gramsci (1995, p. 14; 2001, p. 22-24) já havia chamado a atenção para esta relação entre conhecimento e espaço, quando divide os intelectuais quanto à sua extração urbana ou rural.

Em termos mais específicos da relação entre conhecimento histórico e os lugares de sua produção, M. de Certeau (2002, p. 25) entendeu o trabalho do historiador (a) “*depende daquilo que deve tratar: a relação entre um lugar, um trabalho e este ‘ aumento de capital’ que pode ser o discurso*”. Embora o termo “depende” possa sugerir uma certa subordinação do sujeito do conhecimento ao objeto do conhecimento, concordo que não se deve separar o estudo historiográfico – e o histórico – do lugar institucional onde é produzido e da significação social do discurso resultante do trabalho intelectual, bem como da sociedade onde se encontram tais instituições e de um processo histórico relacionado a esta sociedade e às pessoas que produzem os discursos.

Neste capítulo procuro criar referências sobre o lugar em sentido amplo, ou seja, sobre a sociedade e a história modernas da Paraíba e da cidade de João Pessoa em particular, onde está e sempre esteve sediado o IHGP e onde as mulheres tinham suas atividades durante o período de suas atividades de associadas, sob a ótica dos traços mais gerais do processo moderno, ocorrido em várias sociedades ocidentais. No capítulo seguinte me dedico ao lugar enquanto instituição, ou seja, ao IHGP. Não pretendo, no entanto, criar um “englobante” para os textos históricos, no sentido que M. de Certeau (2002, p. 32) postulou. Nesse sentido, o contexto é aquilo que condiciona dialeticamente o conteúdo histórico dos textos das intelectuais, na medida em que possibilita e mesmo determina sua elaboração, mas também sofre sua interferência, pois o seu conteúdo pode

vir a ser uma “base de ações vitais”, no sentido que A.Gramsci (1995, p. 13; 18) atribui às descobertas e inovações culturais, qual seja, o sentido de “referências para a ação das pessoas”, como foi dito na Introdução.

Para construir a contextualização considero os fatores que caracterizam o processo moderno definidos por Marshall Berman (1986, p.16) nos seguintes termos:

“O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistema de comunicação de massas, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente mais estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas, enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão”.

A par disto, procuro conhecer na Paraíba e em João Pessoa o processo moderno que pode se constituir em dois níveis fundamentais da mesma realidade social. O primeiro reúne os processos constituintes do mundo moderno no que se referem à economia e à sociedade, e é denominado de *modernização*, enquanto o segundo que é chamado de *modernismo*, abrange o conjunto muito variado de visões, idéias e valores, relativos àquele processo de modernização. O conhecimento histórico, portanto, pode ser visto como um modernismo, como um conjunto de idéias que está relacionado de forma mediatizada ao processo de modernização. Relativamente à periodização da história da modernidade, embora esta pesquisa esteja inserida cronologicamente na última das três fases que M. Berman (1986,

16-17), quando se consolida o processo moderno e que coincide com o século XX, entendo que “a sensação de viver em dois mundos”, um novo e um antigo, característica da fase anterior iniciada com a Revolução Francesa de 1789, ainda permanece presente em boa parte do século XX no Brasil e principalmente na Paraíba e em João Pessoa, devido às peculiaridades históricas aí existentes, que serão explicitadas.

No que diz respeito às práticas representadas nos conceitos de *modernização*, *modernismo* e *modernidade*, outro autor também faz a mesma relação traçada por M. Berman, mas de forma mais direta. Para F. Jameson (1997, p. 314),

“Talvez possamos ainda acrescentar que o que fica assim perdido para o pós-moderno é a própria *modernidade*, no sentido em que essa palavra pode ser pensada como significando algo específico e distinto do modernismo e da modernização. De fato, nossos velhos conhecidos, a base e a superestrutura, parecem fatalmente se impor de novo: se a modernização é algo que acontece com a base, e o modernismo a forma que a superestrutura assume como reação a esses acontecimentos ambivalentes, então talvez a modernidade sirva para caracterizar a tentativa de se obter algo coerente dessa relação. A modernidade seria, nesse caso, a descrição de como as pessoas ‘modernas’ vêm a si mesmas; a palavra pareceria não ter nada a ver com produtos (culturais ou industriais), mas com os produtores e consumidores e como eles se sentem produzindo ou vivendo no meio destes produtos”.

Além de M. Berman e F. Jameson, também David Harvey (1992) enfatiza a significação distinta dos conceitos de *modernização*, *modernismo* e *modernidade* nos mesmos sentidos já explicitados. Seu estudo é posterior aos dos dois autores citados e parece guardar uma afinidade maior com as idéias de M. Berman, embora ressalte que tanto num como no outro as categorias espaço e tempo são pouco consideradas e que uma discussão mais cuidadosa possibilitará “esclarecer vínculos materiais entre processos político-econômicos e processos culturais” (Harvey, 1992, p.187). Por outro lado, esclareço que a iniciativa de constituir referências sobre o processo moderno em João Pessoa, foi

condicionada pela existência de dados estatísticos a respeito. Algumas vezes não havia dados disponíveis sobre as capitais nas fontes consultadas, como censos demográficos, econômicos e anuários estatísticos.

. Os aspectos que serão abordados dizem respeito à economia, à sociedade, à política e à cultura. Relativamente a estes pontos, que condicionam e ao mesmo tempo sofrem a interferência dos sujeitos históricos, cabe levantar uma questão, já que considero a relação entre os lugares de produção dos conhecimentos históricos e os sujeitos produtores destes, antes de empreender a tarefa estabelecida: será que as mulheres do IHGP tinham na própria sociedade paraibana, as condições históricas de sua projeção associadas a fatores externos a esta sociedade como, por exemplo, o desenvolvimento da indústria têxtil em outros estados do Brasil e no exterior, o que estimulou enormemente a produção algodoeira na década de 20 (Galiza 1993, p. 99), ou será que a Paraíba foi penetrada de fora por ondas arrebatadoras, que tomaram conta de mulheres e homens moldando-os de acordo com seus ditames e sem considerar a realidade histórica existente no estado?

A primeira hipótese parece mais plausível, pois entre outros fatores de várias ordens, podemos citar, como exemplos, os seguintes fatos históricos: o Estado da Paraíba não deixou de existir enquanto unidade político-administrativa autônoma, senão por breve período de tempo, durante a segunda metade do século XVIII (Oliveira, 1985), quando esteve subordinada à Capitania de Pernambuco; apesar de ter perdido ao longo da história um lugar em certa medida privilegiado, dentro do contexto do projeto colonizador luso e durante a ocupação “holandesa”, entendo que a região paraibana não deixou de se expandir em termos demográficos, econômicos, culturais (Mariz, [s.d]; Melo, Fernandes & Amorim, 1999); afinou-se com movimentos como a Aliança Liberal que desencadearia um processo histórico considerado como modernizador – tendo no movimento ou revolução de 1930 um

marco - em termos que transcendem o âmbito de “sua” própria sociedade, inclusive derrotando forças internas, contrárias a um projeto modernizador, no conhecido episódio da Revolta de Princesa, (Gurjão, 1994, p. 75-76).

Pode se dizer que naqueles anos entre 1928 e 1930, a política tributária de João Pessoa, parece ter significado realmente uma afirmação da unidade federativa que governava, vale dizer, da própria federação brasileira, do estado nacional. Embora se argumente que a influência de Pernambuco sobre a Paraíba apenas diminuiu e que o “surto de progresso [...] foi determinado, principalmente, pela conjuntura favorável do mercado internacional e pela abundante pluviosidade que permitiu grandes safras” (Gurjão, 1994, p. 76), não se deve esquecer que sem aquela política tributária, os recursos arrecadados seriam de outro montante, realmente prejudicando a capacidade de intervenção do estado no conjunto de atividades em geral.

Sobre o aparente paradoxo entre a afirmação do estado paraibano, via a criação de mecanismos tributários que garantiam uma maior arrecadação e o posterior processo de centralização, José Octávio de Arruda Mello (2000, p. 193) analisa que o período que vai de 1930 a 1937, é caracterizado por um centralismo político na história paraibana afirmando que:

“Os revolucionários, que se bateram pela *autonomia do Estado* contra o intervencionismo centralista de Washington, tornaram-se, uma vez vitoriosos, agentes da *centralização institucional*, por meio da qual a Paraíba passava, sucessivamente à condição de fração do Governo Central Provisório do Norte, Delegacia Militar do Governo Provisório e a partir de 10 de novembro de 1937 do Estado Novo”.

Assim, infere-se da análise do historiador citado acima, que os vitoriosos de 30, entendiam agora que o governo central e sua política centralizadora não eram estranhos aos

interesses de setores das elites regionais, particularmente um deles que apoiou o movimento de 1930, como os coronéis fisiológicos (Mello, 1984, p. 168), embora na análise do citado historiador tais coronéis apareçam apenas citados como sendo “cooptados” e não como articuladores do movimento. O período todo onde está inserida a temática foi caracterizado pela modernização da sociedade paraibana, iniciada mesmo antes de 1930, quando o então presidente do Estado da Paraíba, Sr. João Pessoa, desenvolve uma política modernizante, apoiado principalmente pelos comerciantes da capital. Esta *modernização* é efetivada numa luta contra os coronéis do interior do estado, em várias frentes: a fiscal, talvez a de maior impacto, através da Lei n.º 673, de 17 de novembro de 1928, estabelecia a criação do imposto de incorporação ou de barreira, regulador da importação e exportação de mercadorias: “Os efeitos protecionistas desse diploma legal, (...), libertando-o [o Estado] da dependência dos Estados fronteiriços e buscando deslocar seu centro de gravidade para o litoral, tornam-se evidentes” (Arruda, 1998, p.21).

O processo moderno caracterizou-se também pelo monopólio da segurança pública pela Polícia Militar, em detrimento das milícias particulares coronelísticas (Arruda, 1998, P. 35); renovação e ampliação do sistema de crédito do Estado: criação do Banco do Estado da Paraíba e do Banco Agrícola Hypothecário do Estado; pela expansão da atividade industrial no Estado, com participação de capital estrangeiro: fábricas de tecidos e óleo são instaladas no decorrer dos anos vinte em Rio Tinto, Campina Grande, Sapé, verifica-se uma concentração na atividade algodoeira, produto da ação das multinacionais SANBRA e Anderson Cleyton. (Arruda. 1998, p. 52); construção de ferrovias e depois rodovias, sob nova ótica contratual, onde os coronéis viram-se obrigados a se submeter a regras estatais (Arruda, 1998, p. 74); retirada do controle dos coronéis sobre as prefeituras e depois, em

1933, submissão direta destas ao interventor (Arruda, 1998, p.74-81). As forças oligárquicas se adaptariam ao processo em curso, retomando o poder.

É preciso ficar claro também que este processo moderno no decorrer do século XX, não implicou em benefícios para todas as camadas da população, ao contrário do que a ideologia do progresso sugere. Nos anos oitenta, portanto decorridas seis décadas de desenvolvimento, apesar de dispor “de uma das melhores infra-estruturas da região, com água, luz e escolas em todas as cidades, três universidades distribuídas do litoral ao sertão, excelente rede de estradas asfaltadas [detinha] uma das mais baixas rendas *per capita* do Nordeste” (Melo, 2003, p.203).

Em termos sócio-econômicos, no período analisado, os dados estatísticos mostram dois aspectos importantes, significativos do desenvolvimento das condições fundamentais para a experiência da modernidade na Paraíba. O primeiro é a crescente transferência de população do campo para a cidade, principalmente na capital, o segundo, associado ao anterior, é o fato de que as pessoas buscam nas atividades urbanas suas condições de vida, embora a População Economicamente Ativa do meio agrário não deixe de crescer. Como em 1930 não houve censo demográfico, começo pelo ano de 1940, e termino em 1980, já que a pesquisa vai até 1979. Os dados são os seguintes:

QUADRO I: ESTADO DA PARAÍBA
PARTICIPAÇÃO DA PEA AGRÍCOLA NA PEA TOTAL (1950 -1990)

PEA	1940	1950	1960	1970	1980
PEA total	491.876	517.275	595.354	675.409	821.415
PEA Agrícola	407.973	404.015	437.615	437.937	412.609
% rural	81,9	78,1	73,5	64,8	50,2
% urbano	18,1	21,9	26,5	35,2	49,8

Fontes: (Moreira & Targino, 1997, p. 271)

Censo Demográfico de 1950. Relativamente aos dados da PEA agrícola de 1940, obtive o dado estatístico somando os dados relativos ao pessoal de 10 anos ou mais ocupado em atividades da agricultura, pecuária e silvicultura (IBGE, 1956, p. 262), observando a orientação para cálculo da PEA IBGE (1956, XXII) que exclui as categorias de pessoas que exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades discentes e as pessoas classificadas no ramo condições inativas.

A rigor, PEA agrícola não deve significar PEA localizada no meio rural, já que as categorias de pessoas economicamente ativas que somadas resultam na PEA agrícola, podem estar situadas nos espaços urbanos municipais, a não ser que se argumente que tais dados seriam desprezíveis. É possível. Mas não há como demonstrar estatisticamente tal desprezo. E, considerando que quanto mais recuado no tempo o espaço urbano é menor e vive-versa é possível afirmar que muitas atividades agrícolas – e não agrária – desenvolvam-se no meio urbano das cidades. Sobre a concentração demográfica nos espaços urbanos, os dados indicam a mesma tendência crescente que os dados sobre a base material das pessoas constantes no Quadro I. Para a cidade de João Pessoa verifica-se um processo mais acentuado de urbanização demográfica, nos seguintes percentuais: em 1940, 84,0 %; para 1950, 75,0 %; para 1960, 88,8 %; para 1970, 96,3 % e para 1980, 98,9 %, de acordo com os respectivos Censos Demográficos. Eis um quadro a este respeito da urbanização populacional no estado:

**QUADRO II: ESTADO DA PARAÍBA
POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E RURAL
1940-1980**

ANOS	TOTAL (1)	RURAL(2)	% rural	% urbano
1940	1.422.282	1.180.880	78,1	21,8
1950	1.713.259	1.256.543	73,3	26,3
1960	2.000.851	1.303.515	65,1	34,9
1970	2.382.617	1.380.461	57,9	42,1
1980	2.770.176	1.321.172	47,6	52,4

Fontes: (Moreira & Targino, 1997, p. 241)
Censo Demográfico de 1940.

Outros aspectos do processo moderno podem ser observados, como por exemplo, a fixação das fronteiras internas do estado nacional através da delimitação oficial das fronteiras estaduais. Esta delimitação ocorre no começo da década de 20, na Conferência de

Limites Inter-Estaduais do Rio de Janeiro, em 1920, de acordo com José Octávio de Arruda Melo (1979, p.68). Para Paulo Henrique N. Martins (1990, p. 60),

“A relação particular entre História e território é operada pelo Estado, que procura homogeneizá-lo através de suas porções fragmentadas. Num primeiro momento, a unidade nacional é assegurada pela fixação de limites-fronteiras que separando o ‘interno’ e o ‘externo’, gestam uma certa tradição nacional de um certo território nacional, materializando um certo Estado-nação. Num segundo momento a unidade é assegurada pela determinação de limites políticos no interior do próprio Estado burguês. (...) a ação do Estado criando suas próprias ‘fronteiras’ internas, faz com que esse povo-nação, o povo brasileiro, assuma identidade complementar e também visível no contraste entre o ‘externo’ e o ‘interno’: o nortista, o nordestino, o sulista ou então, com rigor maior, o pernambucano, o gaúcho, o paulista, etc”.

Assim a década de 20 é um período fundamental para a modernidade paraibana que se desenvolverá no período posterior, quando “uma estrutura colonial, teimosamente preservada pelo Império e a Primeira república, principiava a ceder” em decorrência de fatores como usinismo, obras contra as secas, advento dos transportes rodoviários e disseminação de estradas e rodagens (Melo, 1979, p. 169). Diana Soares Galiza (1993, p. 81) que pesquisou sobre a cultura algodoeira, também se refere ao período como sendo de modernização do estado, ressaltando a urbanização nele ocorrida. Após 1930, o papel da agricultura não será minimizado já que parte do financiamento das atividades industriais foi conseguida via o confisco cambial (Oliveira, 1981, p. 83), que transferia capital-dinheiro da agricultura para a indústria. A partir daí se pode entender a revitalização do poder das oligarquias que muitos julgavam aniquiladas pelo movimento de 1930, e a influência do meio agrário no processo moderno paraibano. É claro que tal processo só poderia ocorrer mediante uma centralização político-administrativa do estado nacional que se refletirá nas unidades federadas. A seguir, me detenho sobre aspectos superestruturais, principalmente

culturais, mas também políticos, do processo moderno no estado da Paraíba e em João Pessoa.

Considerações sobre alguns aspectos superestruturais do processo moderno

Enfatizo inicialmente que não pretendo trazer para o âmbito da reflexão historiográfica os pressupostos que orientam a produção eminentemente literária. Seria um grande passo atrás, considerando que estudo historiográfico representa a autonomização da disciplina relativamente à análise da história literária (Rodrigues, 1979, p. XV). Se os critérios literários, estilísticos e estéticos são importantes, já que um historiador deve escrever bem, não são fundamentais na análise historiográfica. Não servindo de referência, por que me dedico, então, a criar referências sobre a história do modernismo cultural-literário em João Pessoa? Porque se entende que tais atividades compõem, juntamente com outras, o conjunto das práticas que interferem na realidade social, podendo contribuir para a modernidade da capital.

Sobre o caráter universal e uma certa singularidade do movimento modernista, do ponto de vista espaço-tempo, vários autores importantes não divergem: David Harvey (1992, p.33) já disse que a “geografia do modernismo ainda está por ser escrita e explicitada por inteiro”. Ele também chama a atenção para o fato de que “O modernismo parece ser bem diferente a depender de onde e quando nos localizamos”. Mesmo assim, o autor também reconhece que houve um “movimento como um todo”, ou seja, um conjunto de práticas estéticas, literárias e do pensamento com particularidades. Também Malcolm Bradbury e James McFarlane (1989, p. 22) entendem que “De fato, o modernismo pode mostrar-se surpreendentemente diverso, dependendo do onde situemos seu centro, em que capital (ou cidade do interior) decidamos parar”.

Mas, o que observar sobre atividades culturais em João Pessoa, para se tecer considerações sobre um processo moderno em andamento? Selecionei aspectos, considerando o que M. Berman (1986, p. 16) qualificou como fontes alimentadoras da vida moderna, e aquilo que A. Gramsci (2001, p.19) entendeu ser uma das características das sociedades modernas, qual seja, a enorme “importância das categorias e funções intelectuais”. Para este último autor, “assim como se buscou [e se busca] aprofundar e ampliar a ‘intelectualidade’ de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las”. Tal processo ocorreu e ocorre, fundamentalmente, pelas instituições escolares de diferentes graus, como também pelos organismos que visam a promover as chamadas média e alta culturas, emanadas de instituições regionais, nacionais e internacionais. Assim, os aspectos que observei foram os seguintes: a) crescimento da instrução feminina e disseminação de instituições de ensino e de ensino e pesquisa - ou onde deveria ocorrer a pesquisa – bem como o desenvolvimento de atividades culturais em geral, como a organização de arquivos, museus, galerias, exposições, publicações e outras do gênero; b) aumento do nível educacional formal da população; c) o desenvolvimento de sistemas ou meios de comunicação de massa.

Instrução feminina formal e disseminação da instituição escolar

A ascensão de mulheres a postos social e culturalmente mais elevados se relacionou com sua crescente participação na escola. Embora mostre a evolução da escolarização comparando com dados estatísticos de outros estados e também dados nacionais, considere importante dar uma visão geral inicial sobre a escolarização da população em 1940 e 1980, especificando percentuais segundo o sexo feminino e para a cidade de João pessoa.

Os dados do Quadro III evidenciam a enorme importância da escolarização no período, bem como que as mulheres são maioria em praticamente todos os níveis de formação: mesmo quando em 1980 ainda não o são, no caso do ensino superior, o crescimento relativamente a 1940 pode parecer impressionante, na ordem casa 500%. Mas, considerado o número absoluto, tal impressão se desfaz: apenas 20.833 mulheres tinham diploma de curso superior naquele ano. No caso das intelectuais que pesquiso, a boa colocação social sua condição de professoras em escolas urbanas e participantes na vida literária, com uma certa militância política, feminista ou não, bem como de pessoas politicamente relacionadas aos círculos de poder, associada a uma colocação em estratos mais elevados socialmente, deve ter contribuído para a sua entrada em instituições como IHGP.

QUADRO III: PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM CURSO COMPLETO OU DIPLOMA DE ESTUDOS, POR SEXO E GRAU DE ENSINO: 1940 E 1980

Ano	1940			1980		
Graus	Elementar	Médio	Superior	1º grau	2º Grau	Superior
Brasil	1 561 510	358 686	106 496	26.506.591	5.425.665	1.809.518
Total Paraíba	12 818	2 849	924	338.824	70 323	20 833
Total João Pessoa	4 700	1 482	15	69 815	30 624	11 352
% de mulheres para o Brasil	49,8%	48,1%	9,06%	50,4%	53,5%	44,5%
% de mulheres na Paraíba	52,8%	58,3%	2,81%	59,2%	57,3%	52,7%
% de mulheres em João Pessoa	54%	56,8%	3,67%	55,5%	55,2%	50,6%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1980.

Relativamente à disseminação de escolas, o segundo aspecto enunciado como caracterizador do processo moderno, quando A. Gramsci escreveu seus *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (2001, p. 13-53), teceu considerações sobre o(s) instrumento(s) “para a elaboração dos intelectuais de diversos níveis”. O instrumento principal é a escola. E, em termos de desenvolvimento

histórico-social universal, a importância de se criar uma ampla massa escolarizada, a partir da qual “ocorre a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais”, para a criação da cultura e do conhecimento técnico, é vista pelo teórico italiano como um processo que transforma sociedades tradicionais em sociedades modernas.

No caso do Brasil, em termos gerais e não somente educacionais tal processo deve ser balizado pelo fato de que se passou da condição de “colônia” para a condição de “nação dependente” (Novais, p. 15-26) não só econômica, mas também tecnológica e culturalmente. Considerado o século XX, desde principalmente 1930, foram empreendidos esforços qualitativamente diferenciados em termos históricos, ou seja, em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, para uma modernização, que acabou resultando na conhecida “modernização conservadora”, pois “manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a desigual distribuição de propriedade e de renda” (Coutinho, 1988, p.125).

Por outro lado, a “importação cultural tem sido um fenômeno permanente” (Mota, 1990, p. 22-47; 258-282), traço que deve ser visto como uma característica geral, mas não única, já que apesar de tudo, dos períodos políticos ditatoriais e da conivência e exercício de boa parte da intelectualidade com a tal importação, há períodos nos quais se produziram obras críticas, particularmente entre 1957 e 1969. Importa ressaltar também, que desde a década de 30, se afirma um processo de crítica à história emanada das instituições de alta cultura vinculadas às elites, particularmente, o IHGB e seus congêneres: assim, nas universidades e em outras instituições culturais se produziu – e continua a se produzir - algo que rompe a tradicional importação cultural (Mota, 1990, p. 262-262).

Na Paraíba, a partir do período da Primeira Grande Guerra, inicia-se um processo de modernização da organização escolar pública, através da criação dos grupos escolares, ao

que se associará uma modernização das próprias práticas docentes através da difusão do escolanovismo, no período pós-30 (Pinheiro, 2003, p.144-162) – com os limites que se possa prever a adoção de tal orientação numa realidade que em muitos aspectos não contribuía para sua adoção. O que passo a fazer agora é um levantamento empírico do desenvolvimento da instituição escolar na Paraíba, objetivando demonstrar de que forma evolui. No período de 1889 a 1930, (Melo, 1996, p. 71-90) tem-se um saldo positivo pelo menos em termos de quantitativos.

Em 1930, o quadro escolar era o seguinte:

**QUADRO IV: NÚMERO DE ESCOLAS EM 1930: PARAÍBA E JOÃO
PESSOA**

GRUPOS ESCOLARES DA CAPITAL	5
GRUPOS ESCOLARES DO INTERIOR	5
ESCOLAS REUNIDAS	2
ESCOLAS ISOLADAS	284
ESCOLAS SUBVENCIONADAS	13
TOTAL	309

Fonte: (Melo, 1996, p.89)

No período que vai de 1930 a 1954 (Melo, 1996, 81-193), concretiza-se o fenômeno da disseminação das escolas como algo característico do processo de constituição da sociedade moderna paraibana e da capital. Portanto, não só cresce o número de escolas públicas e privadas no estado e na capital, como também se diversificam através da criação do ensino superior, da disseminação plural da educação escolar profissionalizante, e do surgimento de instituições que aperfeiçoavam professores. Salientem-se outros dois aspectos importantes neste processo, além da diversificação escolar, no período iniciado em que vai de 1937: a centralização político-administrativa da educação formal e a continuidade do controle – ou pelo menos a tentativa de controlar – das atividades educacionais pelo levantamento estatístico a seu respeito.

A referida centralização iniciou-se no governo de Antenor Navarro através da criação Departamento de Ensino. De acordo com Mello (1996), o objetivo era tirar a educação escolar da influência do mandonismo local. Se tal centralização ocorreu teve caráter administrativo e não retirou o poder das lideranças locais, pois as análises sobre o processo histórico posterior a 1930, mostram como as antigas oligarquias se “adaptaram” às novas condições políticas. Inclusive na análise de J. O. de A. Mello (1984, p. 391-396), a centralização ocorre sem “quebrar a máquina do estado” pré-existente ao movimento e sem incorporar as demandas dos setores mais radicais da chamada Revolução Estatizada, reforçando o poder local. Reformou-se o aparelho de estado, mantendo-se em boa parte as suas bases de sua sustentação agro-exportadoras – principalmente algodoeira e pecuária - embora novos sujeitos tenham se afirmado na cena política: mulheres, funcionários públicos e estudantes, que constituiriam a base do populismo.

Nesse sentido, pode se dizer que a criação do Departamento de Ensino na Paraíba é um fortalecimento conservador-reformista do estado no âmbito educacional: isto corrobora as afirmações M. Berman, de que o desenvolvimento de “estados poderosos” é um dos traços um dos traços da modernidade. Um aspecto de particular relevância no processo de modernização cultural educacional já apontado, diz respeito à crescente organização do ensino superior no estado e na capital. De acordo ainda com José Batista de Melo, até 1947, só havia no estado, dois cursos superiores, sendo um ligado à formação de religiosos – o Seminário Arquidiocesano, organizado em 1894, por D. Adauto, o mesmo que ressuscitou o Colégio de Nossa S^a das Neves⁸, ambos em João Pessoa – e o outro laico, a Escola de

⁸ Importa observar como a organização do ensino que incluía ou atendia às mulheres esteve historicamente muito ligada ao clero da Igreja Católica: a sua fundação inicial na província foi proposta pelo padre Joaquim Antonio Leitão, em 1828, na qualidade de Conselheiro no órgão legislativo provincial; no fim do século XIX, D. Adauto ressuscita o Colégio N. S. das Neves, que havia sido criado por Beaurepaire Rohan; Padre

Agronomia do Nordeste, localizada em Areia: esta nasceu de uma parceria do governo estadual e federal: começou a ser construído em 1934, e em 1950, foi dada a autorização para sua federalização, que ocorre em 1955.

A partir dos governos de Oswaldo Trigueiro (1947-1950) e de José Américo (1951-1956), os cursos serão criados ininterruptamente, até a atualidade. Um verdadeiro *boom*, a partir de 1947, quando foi criada formalmente a Faculdade de Ciências Econômicas – começou a funcionar em 13 de abril de 1948 – que era subvencionada pelos governos federal, estadual e municipal (de João Pessoa). Esta instituição escolar era completamente masculina, pelo menos em termos biológicos: todos os professores, funcionários do corpo administrativo e sua primeira turma formada (1951), eram compostas somente por homens. Neste mesmo ano de 1951 começou a funcionar a Faculdade de Direito da Paraíba que tinha características diferenciadas em termos de sexo: se o corpo docente e o pessoal administrativo eram ambos compostos só por homens. Na primeira turma de 35 de formados seis deles eram mulheres, o que demonstra a crescente participação feminina em níveis superiores da educação formal, antes praticamente proibidos a elas.

Estas estariam presentes também nas atividades superiores de ensino, compondo o corpo administrativo e o quadro de docentes, na Faculdade de Filosofia e Letras, que foi criada em 1949, mas só veio a funcionar em 1952. Esta instituição formava profissionais em várias áreas, em cursos que duravam dois anos, objetivando a atuação somente no ensino médio. Outro curso criado no período foi de Odontologia, em 1953. Seu corpo docente era todo masculino, mas na turma que foi diplomada em 1955, havia seis mulheres num total de vinte formandos, portanto, um número relativamente elevado. Funcionava na

Ibiapina, que viveu no século XIX e esteve envolvido em movimentos sociais importantes, não necessariamente progressistas em termos ideológicos como o do Quebra-quilos, era um fundador de escolas primárias para as mulheres (Melo, 1996, p. 165; Almeida, 1133-136).

capital, tal qual os outros cursos superiores. Em 1954, foi fundada em Campina Grande, a Escola Politécnica: do total dos 23 docentes um era mulher. No ano seguinte, em 1954, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto N. S. das Neves foi autorizada a funcionar. Localizava-se em João Pessoa e do seu corpo docente faziam parte duas mulheres, sendo que era dirigida por duas madres.

Na Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, havia uma mulher como professora, de um total de dez docentes: de um total de 21 discentes, 16 eram mulheres. Começou a funcionar em 1955. A Escola de Serviço Social da Paraíba funcionava em João Pessoa e foi criada em 1955: seu corpo docente era composto por homens e mulheres, sendo estas pessoas integrantes do clero católico: Seu corpo técnico administrativo é composto essencialmente por mulheres. Já a primeira turma de concluintes era composta só por figuras femininas. O ponto alto da criação de escolas formadoras de técnico de alto nível é a criação da Universidade da Paraíba, em 1955, que reunia todos os cursos já criados, mais o de Medicina.

Como se pode observar a partir das informações acima sobre ensino superior, este era sexualmente diferenciado fato que ocorre não só no Brasil, como mostrou Michèle Ferrand (1994, p. 358-367), em *A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina*. A autora não trate da docência em si, mas de como certas profissões mais valorizadas são canalizadas, pelo sistema escolar francês, para as pessoas masculinizadas, particularmente para os homens, entendendo que algumas áreas da docência também são atingidas por esta seleção sutil, mas eficiente. A análise de tal diferenciação não é o objeto desta pesquisa. O que importa para este trabalho é perceber a presença de mulheres no “espaço público” constituído, no caso, pelo mercado de trabalho de ensino superior.

É importante constatar que se em algumas, com a área de engenharia, elas estavam ausentes inicialmente, em outras eram maioria absoluta, como em Serviço Social: isto está ligado à tradição, que conferia às mulheres o papel de cuidar do lar e praticar a filantropia. Outras profissões, que foram feminilizadas guardaram durante muito tempo, esta relação com o lar, dentre as quais se destaca a do magistério – particularmente o de nível não superior - e a enfermagem (Louro, 2002, p. 442-463). Tais profissões mantiveram, assim, laços com a igreja e com o lar: pois nesses casos, parece que as mulheres não conseguiram cortar a própria carne, nem a de quem as fazia de Anjos da Casa na expressão de Virginia Woolf. Apesar disto, o fato é que a presença feminina em atividades educacionais formais superiores já era uma realidade nova, devendo significar mais uma expansão do trabalho feminino para além da casa.

Para finalizar este ponto serão citadas estatísticas relativas às unidades escolares e conclusões de cursos no Brasil, Paraíba, Pernambuco e São Paulo, totalizando o dito processo, inclusive para as capitais, quando encontrei dados a respeito. É preciso observar que os dados para o período não se referem ao quadro educacional da mesma forma. Por exemplo: se em 1934, há dados que discriminam as unidades escolares e as conclusões de cursos segundo o sexo, isto já não ocorre para anos posteriores. No entanto, entendo que tal ausência de similitude não impede a caracterização pretendida já que a disseminação das unidades escolares e a própria escolarização ficam caracterizadas.

A seguir, um quadro com dados estatísticos sobre unidades escolares e os estudantes, segundo o sexo e para o ensino em geral, dados estes relativos ao ano de 1934. Eles servem de referência para a década de 1930.

**QUADRO V: UNIDADES ESCOLARES SEGUNDO O SEXO DOS ESTUDANTES
E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: 1934**

Espaço Político- administrativo	UNIDADES ESCOLARES: ENSINO EM GERAL							
	SEGUNDO O SEXO				SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
	Total	p/homens	p/mulheres	Para os dois sexos	Ensino federal	Ensino estadual	Ensino municipal	Outros Ensino
Brasil	33.952	2.815	2 336	28.801	285	16.720	7.501	9.446
PB	726	116	73	537	2	593	2	129
Pernambuco	2.212	167	165	1880	8	540	884	780
São Paulo	6.307	562	474	5.271	5	3.660	716	1926

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil. Ano III – 1937, p. 588)

Já no que diz respeito às conclusões de cursos para o mesmo ano de 1934, observou-se o seguinte:

**QUADRO VI: CONCLUSÕES DE CURSOS SEGUNDO O SEXO E
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: 1934**

Espaço político- administrativo	CONCLUSÕES DE CURSOS: ENSINO EM GERAL							
	Total	p/ homens	p/mulheres	Para os dois sexos	Ensino federal	Ensino estadual	Ensino municipal	Outros Ensinos
Brasil	194.285	98.189	96.096	194.285	6.546	92.457	25.509	69.773
PB	1.918	700	1.218	1.918	6	3.266	57	1.385
Pernambuco	3.251	1.465	1.786	3.251	32	697	155	2.327
São Paulo	49.791	24.997	24.794	49.791	30	31.202	1.142	17.417

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil. Ano III – 1937, p. 635-636)

Fundamentalmente, o que os dados acima demonstram é que há diferenças consideráveis entre a escolarização de homens e de mulheres: elas representaram 63,5% das conclusões de curso do ensino em geral, enquanto eles representavam apenas 36,4%. Fato que pode ser justificado pela necessidade de o homem ter que entrar no mercado de trabalho mais cedo e, por isto, abandonar os estudos em algum momento do ano de conclusão. Infelizmente não há dados segundo os municípios das capitais, para o ano de 1934. O conjunto de dados seguinte refere-se a um dos anos da década de 40, do século XX, sendo que já constam dados segundo o sexo para as unidades escolares, no Anuário

Estatístico do Brasil. Nos recenseamentos posteriores ao realizado no ano de 1920, os dados sobre situação cultural, que se referem a aspectos educacionais formais e culturais, como bibliotecas, museus e teatros, não são mais coletados. Talvez devido à disseminação das escolas mistas pelo país, os recenseadores tenham achado irrelevante tentar levantar dados sobre as escolas que ainda funcionavam segundo a diferença sexual das pessoas. Os dados abaixo se referem ao ano de 1942, portanto, guardando um espaço temporal de oito relativamente àquele conjunto de dados citados logo acima.

Como já havia se afirmado a tendência à ampliação da criação das unidades escolares de várias categorias de ensino – primário, secundário, industrial comercial, artístico, pedagógico, superior, e outros mais – achou-se desnecessário colocar na tabela os dados que se referem à quantidade de unidades escolares por categoria de ensino, já que o fundamental para o trabalho neste capítulo é demonstrar a disseminação ou crescimento do sistema escolar formal. Os dados do órgão oficial são os seguintes, sendo que os percentuais foram calculados para esta pesquisa:

QUADRO VII: QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES E CONCLUSÕES DE CURSO NO ENSINO GERAL: 1943

Espaço político-Administrativo	ENSINO EM		GERAL	
	Unidades escolares		Conclusões de curso	
	Total	%	Total	%
Brasil	49.993	100	403.112	100
Paraíba	1.129	2,2	2.692	0,6
João Pessoa	219	0,4	1.135	0,2
Pernambuco	2.884	5,7	11.977	2,9
Recife	741	1,4	6.541	1,6
São Paulo	9.641	19,2	134.340	33,3
São Paulo (capital)	1.875	3,7	46.571	11,5

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, 1947, p. 405; 410)

Comparando os dados de 1934, constantes no Quadro VI com os dados de 1943, contidos no Quadro acima, para o conjunto das unidades federativas e no que diz respeito

às conclusões de curso no ensino em geral, a Paraíba escolarizou menos do que Pernambuco e São Paulo: o estado vizinho mais quase triplicou o número de pessoas escolarizadas, enquanto o estado da atual Região Sudeste chegou quase a isto. Na Paraíba, o crescimento foi de 71,2%, bem maior que o crescimento nacional, que foi de 48,1%. O número de conclusões escolares de ensino primário era grandemente superior ao número de conclusão em outros níveis de ensino. Por exemplo: em termos de Brasil, concluíram o ensino primário em 1942, 268.332 pessoas, enquanto que o número mais próximo de conclusões em outras categorias de ensino é aquele relativo ao ensino secundário, com 47.369 conclusões, ou seja, 17,6% do total de conclusões no ensino primário. Para o nível superior o número parece revelar situação parece insignificante: o número de conclusões nesta categoria de ensino representa apenas 2 % das conclusões no âmbito do ensino primário. Nas capitais estaduais os percentuais indicam uma relação diferenciada *para cima*, para melhor, ou seja, não há uma defasagem tão grande entre as conclusões de curso no ensino primário e nas outras categorias de ensino, particularmente, no que diz respeito ao ensino secundário (Anuário Estatístico do Brasil, 1947, p. 422-423; 426).

Os dados para a década de 50 do século XX, são os que se seguem:

QUADRO VIII: QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO EM GERAL E CONCLUSÕES DE CURSO NO ENSINO PRIMÁRIO: ANOS DA DÉCADA DE 50

Espaço político-Administrativo	ENSINO EM GERAL (1958)		ENSINO PRIMÁRIO (1956)	
	Unidades escolares		Conclusões de curso*	
	Total	%	Total	%
Brasil	89.278	100	415.429	100
Paraíba	2.163	2,4	3.221	0,7
Pernambuco	6.469	7,2	3.559	0,8
São Paulo	14.186	15,8	150.949	36,3

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, 1958, p. 361; 379; 387-388)

* Os dados se referem somente à conclusão do ensino primário no ano de 1956. Para as outras categorias de ensino há dados somente sobre pessoas matriculadas (Anuário Estatístico do Brasil, 1958, p. 369-402), não significando, portanto, que tais pessoas tenham realmente participado de um processo de escolarização em tais categorias, o que implica dizer – no caso dos inconclusos (as) – que há uma relação diferenciada com o processo moderno.

Há dados segundo o sexo para a conclusão dos cursos e, em termos de Brasil, Paraíba e Pernambuco, eles mostram uma margem maior relativamente à escolarização fundamental das mulheres, nos casos da Paraíba e de Pernambuco. Em 1950, os percentuais de mulheres que concluíram o curso primário, para o Brasil, PB e PE, são, respectivamente, de 51%, 69%, e 60%. Como se vê, a Paraíba é o estado que apresenta maior número de mulheres escolarizadas, relativamente ao total de homens que também concluíram o curso primário e, com exceção do estado de São Paulo, também há um maior número de mulheres escolarizadas nos outros estados e no Brasil.

Para a década seguinte – no ano de 1967 – os dados são os que se seguem, demonstrando crescimento da escolarização formal da população masculina e feminina. Importa ressaltar que relativamente às categorias do ensino médio e do ensino superior, os dados dos anuários não se referem mais a *unidades escolares*, mas sim ao *número de cursos*. No que diz respeito ao ensino primário, em 1967, existiam 127.813 unidades escolares no Brasil; 4.453, na Paraíba; 7.545, em Pernambuco; e 18.601 em São Paulo. Pelo menos em termos quantitativos sem dúvida que houve uma *evolução* do sistema de ensino primário. Já para o ensino médio em geral (ginasial e colegial), os *números de cursos* são: no Brasil, 11.552; na Paraíba, 220 cursos médios; em Pernambuco, 571; no estado de São Paulo, 2.635. É claro que estes números refletem um pouco a própria concentração populacional em termos estaduais.

No entanto, é importante lembrar que o número de vagas pode estar abaixo das necessidades da população, mesmo considerando que a população da Paraíba era menor do que a do estado de Pernambuco, para citar um exemplo. No que concerne ao nível superior, também em termos de número de curso, lembrando, os números são: no Brasil, 1.449; na Paraíba, 28; em Pernambuco, 76; em São Paulo, 291 (Anuário Estatístico do Brasil, 1968,

p. 509-510; 518, 531-534). Finalizando a composição do conjunto dos dados sobre unidades escolares e cursos criados, no ano de 1978, existiam 189.009 unidades escolares de 1º grau no Brasil; 8.204, na Paraíba; 10.211, em Pernambuco; e 18.382 em São Paulo. Já as estatísticas sobre estabelecimentos de ensino de 2º grau, mostram que havia no Brasil, 6.755 destes estabelecimentos; na Paraíba, o número é de 119; em Pernambuco, 330; em São Paulo, 1.590. O número de cursos superiores cresce bastante entre 1967 e 1978/79: no Brasil já existiam 4.398; na Paraíba, 105; em Pernambuco, 159; no estado de São Paulo, 1.363. (Anuários Estatísticos do Brasil, 1980, p. 216; 220; 225).

As estatísticas sobre a efetiva escolarização, ou seja, aquelas que se referem às conclusões de cursos, indicam um progresso mesmo considerando a existência dos analfabetos funcionais. De qualquer forma, estes dados corroboram a idéia de que se o processo moderno no Brasil guarda semelhanças com aquele ocorrido nos países de capitalismo mais desenvolvido, não se deu da forma amplamente inclusiva como lá. Os dados sobre conclusões de cursos em várias categorias de ensino são os que se seguem:

**QUADRO IX: CONCLUSÕES DE CURSO EM ANOS DA DÉCADA DE 70
DO SÉCULO XX**

Espaço político-administrativo	1º grau (1977)	2º grau (1977)	Ensino Superior (1978)
Brasil	904.772	464.451	200.056
Paraíba	17.003	7.378	4.115
Pernambuco	41.130	20.413	8.050
São Paulo	230.736	127.329	74.830

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, 1980, p.220; 223; 227)

Os dados mostram que há um número crescente de pessoas escolarizadas, o que não chega a ser uma novidade. Mas lembro que tais dados aqui são submetidos à necessidade de caracterizar um dos aspectos do processo moderno no Brasil, em alguns estados e particularmente na Paraíba. Sobre este crescimento é preciso, no entanto, entender que ele poderia ter sido muito maior, qualificando o processo moderno brasileiro em outros termos, já que o número de pessoas nele inseridas, associado à qualidade educacional destas mesmas pessoas, seria maior e melhor, tornando-o amplamente democrático, não se vinculando principalmente à ótica do capital, apesar das pressões dos setores populares organizados.

No que diz respeito ao crescimento do professorado, os dados mostram de forma mais evidente um desenvolvimento considerável da participação feminina no espaço público moderno. Em 1920, havia 752 pessoas envolvidas com o magistério no estado da Paraíba: 507 ou 67,4% eram mulheres (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1926, p. 54-55). No censo demográfico paraibano de 1940 constatei que de um total de 2.031 docentes, 1644 eram mulheres o que equivale a 80,95% do total. A maioria esmagadora estava no âmbito do ensino público. Observe-se também que o número total de pessoas envolvidas com educação também quase triplica (IBGE, 1952: 28-29). Na década avaliada em 1950, a tendência se manteve e, em 1950, do total de 4.185 docentes, 3.795 ou 90,6% são professoras (IBGE, 1955: 35). A grande maioria continuava vinculada à rede pública de ensino (IBGE, 1955: 36). Relativamente ao que ocorre de 1950 a 1960, há dados mais específicos, por nível de ensino, possibilitando o quadro seguinte:

**QUADRO X: MAGISTÉRIO PARAIBANO POR SEXO E NÍVEL DE ENSINO:
1960**

NÍVEL DE ENSINO	TOTAIS	HOMENS	MULHERES	% HOMENS	% MULHERES
Primário	5.924	433	5.491	7,35%	92,65%
Secundário	152	64	88	42,2%	57,8%
Superior	44	40	4	91%	9%
Sem especificação	44	7	37	16%	84%
TOTAIS	6.164	544	5.620	8,84%	91,16%

Fonte: (IBGE, 1960, p.160)

Portanto, ressalvado o nível superior, as mulheres são maioria no exercício do magistério, situação que se repetirá no censo de 1970. Observe-se que quanto menos elevado o nível de ensino, maior a presença feminina. Um dos fatores que explicam tal escalonamento é de ordem histórico-cultural e fundado na diferença sexual: entendia-se que as mulheres estavam mais aptas biologicamente para cuidar de alunos como crianças, filhos e filhas ou “tias”, do que profissionais. É claro, que se paga bem menos às “tias” do que às “professoras”. Em termos de distribuição entre o ensino público e o ensino privado, a grande maioria continua inserida na rede pública (IBGE, 1960, p. 179).

De 1960 a 1970, ocorre um crescimento da participação das mulheres no nível superior da educação, mantendo-se a predominância e também um crescimento, nos outros níveis de ensino, com exceção dos docentes registrados pelo Censo como professores sem especificação de atuação em nível de ensino. A expansão da categoria docente em si foi de mais de 120%. Tal expansão deve ser relacionada ao crescimento da população em idade escolar, para daí se poder inferir algum tipo de raciocínio, bem como se verificar se tal expansão tem qualidade. Em termos de gênero, pelos dados citados relativos aos anos de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970, o grupo social responsável como docentes pela educação histórica e pela educação em geral, era o das mulheres, excetuando-se o nível superior. Os dados relativos à ocupação mostram que elas eram a absoluta maioria em quase todos os

níveis de ensino em todo o período definido, embora em termos do total da população ocupada, as mulheres fossem minoria.

Eis o quadro sobre o magistério paraibano em 1970:

QUADRO XI: DOCENTES PARAIBANO POR SEXO E NÍVEL DE ENSINO:1970

NÍVEL DE ENSINO	TOTAIS	HOMENS	Mulheres	% DE HOMENS*	% DE MULHERES*
Primário	10.891	294	10.597	2,7%	96,3%
Secundário	1.484	606	878	40,9%	59,1%
Superior	405	303	102	74,7%	25,3%
Semspecificação	959	171	788	17,8%	82,2%
TOTAIS	13.739	1.374	12.365	10%	90%

Fonte: (IBGE, 1970, p. 50-51)

Importa mencionar finalmente, que este conjunto de pessoas escolarizadas e os docentes, num ambiente urbano, formava um público que pode ser denominado de moderno e pode ser visto como a base social potencial para consumir as produções culturais dos modernismos, gerando a experiência ampla da modernidade e fazendo com que ela não se restringisse a pequenos círculos vanguardistas, como ocorreu na Paraíba na década de 1940 (Candido, 193, p.193). Assim, não é à toa que o desenvolvimento de uma literatura modernista, ou seja, crítica, ocorre de forma ampla a partir do final dos anos 50, como já foi mencionado. É claro que para isto não pesou somente a formação escolar, mas de acordo com Wilson Martins (1977, p.272), o modernismo caracterizava-se essencialmente pela “liberdade de expressão, o interesse social, a inclinação regionalista, um público com gosto já formado”.

Ora, para se “ter um gosto já formado”, era preciso dominar a leitura em vários níveis de complexidade. As tabelas sobre conclusão de curso primário indicam um passo

nesse sentido, já os dados sobre corpo docente indicam um público com capacidade mais madura para consumir produtos culturais os mais variados, inclusive aqueles de conteúdo crítico.

Outras instituições culturais e os meios de comunicação de massa

Como foi estabelecido, estou considerando que o processo moderno também é caracterizado pelo aparecimento e crescimento de determinadas instituições nas cidades. Nesse sentido importa agora mencionar a implantação de outras instituições culturais diferentes das escolas e de sistemas de comunicação de massa, considerando as análises de M. Berman, já referenciadas, e de Malcom Bradbury (1989, p. 76) sobre aquele processo. Este último enfatiza íntima ligação entre as cidades e a escrita moderna, pois nelas se encontravam “as instituições literárias básicas: editoras, patronos, bibliotecas, livrarias, teatros, revistas”. O autor esquece de mencionar uma outra instituição importante para a vida moderna: o cinema. Sobre a relação deste com a vida moderna já se deteve, por exemplo, Nicolau Sevcenko (1992, p.92-95) em *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*, salientando que não teve necessariamente “um impacto revolucionário” mas criou uma legião de admiradores.

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1935, p. 324), na década de 30 do século XX, e no que diz respeito a uma das instituições da vida urbana moderna, qual seja, as bibliotecas, o quadro para 1935 era o seguinte: no Brasil, havia 2.312 ao todo; na Paraíba, a estatística é de 50; no estado vizinho de Pernambuco somavam 139; em São Paulo, eram 528 bibliotecas. No que se refere às atividades culturais que envolvem entretenimento, como teatro e cinema, os dados são os do quadro seguinte. As atividades da

indústria cinematográfica representavam em âmbito nacional e também nos estados, a maior parte delas, absorvendo, provavelmente, o maior número de pessoas:

QUADRO XII: ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER: 1937

Espaço político-administrativo	Nº de estabelecimentos	Nº de espetáculos	% de sessões de cinema
Brasil	1.114	417.021	98,3
Paraíba	17	4.386	99,0
Pernambuco	69	22.936	99,5
São Paulo	287	130.395	98,2

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, 1937, p. 739)

Relativamente aos meios de comunicação de massa, que formavam sistemas de comunicação principalmente urbanos, os dados são os abaixo discriminados, em diferentes anos na década de 30 do século XX. Como se infere do quadro seguinte, os fatores iniciais do processo moderno quanto à cultura, estão nas capitais, como indicam os dados. Em termos percentuais se tem a seguinte situação: do total de periódicos no Brasil, na Paraíba, em Pernambuco e São Paulo, a maior porcentagem estava localizada naqueles municípios sendo, respectivamente de 42,5%, 60,8%, 41,9% e 29,1%. Na Paraíba, em 1934, considerado o contexto apresentado, havia uma maior concentração de tais meios de comunicação na cidade João Pessoa: isto pode ser explicado pelo fato de que a economia paraibana ser predominantemente agro-exportadora e necessitar de uma praça centralizadora de comércio – que veio a ser principalmente o município da capital, mas não unicamente, já que dividia com Campina Grande e com Recife tal função de distribuição de mercadorias produzidas internamente.

QUADRO XIII: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE MASSA: DÉCADA DE 1930 DO SÉCULO XX

Espaço Político- administrativo	Periódicos		Radiodifusoras		Estações**
	1934		1937		1935
	Total	Nas capitais	Total	Nas capitais	Total
Brasil	2.002	851	59	38*	4.455
Paraíba	23	14	1	1	140
Pernambuco	155	65	1	1	189
São Paulo	470	137	26	10	553

* Somei os números de rádio-difusoras nas capitais estaduais e no Distrito Federal.

** Por *estações* são designados os seguintes meios de comunicação: estações postais, postais telegráficos, postais telefônicos, rádio-elétrico, estações telegráficas, postos telefônicos: portanto os dados que se referem à rádio-difusão devem ser subtraídos do item estações, caso se queira uma qualidade mais específica destas estatísticas.

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, 1937, p. 323; 746; 748-749)

A base material de tal processo em João Pessoa foi dada muito mais pelo comércio e pela agricultura do que pela indústria, como vimos a partir das considerações de Diana Soares Galiza neste mesmo capítulo. Desde pelo menos o final daquela década grandes comerciantes nela estabelecidos e organizados na Associação Comercial Paraibana, atuam junto ao estado, desde a década de 20, para a constituição de um conjunto de serviços e de uma prática fiscal que induzia o comércio pela capital (Fernandes, 1999, p. 296-297). O processo de industrialização pós-1930, foi concentrado no sudeste do país e o resultado dele é expresso pelos seguintes percentuais: em 1980, São Paulo detinha 60,0% da Participação Estadual no Produto Industrial do País, RJ, MG e RS, juntos participavam com 25,0 % e o conjunto dos outros estados detinha o percentual de 9,5 % (Brum *apud* Carrion Jr., p. 1993, 114)! Este percentual é demonstrativo da exígua base industrial da economia da Paraíba.

O outro momento que privilegiei é o período da década de 70, para o qual temos o quadro que se segue:

QUADRO XIV: ASPECTOS CULTURAIS: DÉCADA DE 70

Espaço histórico	Bibliotecas	Cinemas, cine-teatros e teatros*		Estações de radiodifusão		Estações de radiotelevisão		Estação telefônica		Correios e telégrafos***	Imprensa periódica***	
Ano	1974	1974		1974		1974		1976		1975	1975	
		Total	N. nas capitais	Total	N. nas capitais	Total	N. nas capitais	Total	N. nas capitais	Total	Total	N. nas capitais
Brasil	3.519	3.122	19	977	...	75	4	2.931	20	9.490	2.237	14
Paraíba	66	75	9	11	4	1	-	52	4	-	9	6
Pernambuco	99	142	24	29	14	4	4	70	7	-	16	8
São Paulo	900	668	142	240	39	9	6	785	78	-	783	354

* Sobre esta categoria de dados é preciso esclarecer que a grande maioria se refere à quantidade de cinemas: assim, por exemplo, em termos de Paraíba, havia 68 cinemas, não havia cine-teatros e apenas dois teatros.

** Somei os dados são relativos a jornais diários, jornais não-diários e outros periódicos.

*** Somei os dados relativos a postais telegráficos, postais telefônicos, postais-radio-telegráficos, postais, postos de correios, postos de venda de selo, caixas de coleta. Como se vê, os dados não se referem aos mesmos aspectos da rede de correios e telégrafos constantes no quadro anterior. No entanto, decidiu-se mantê-los, porque de qualquer forma evidenciam uma expansão quantitativa e qualitativa deste tipo de sistema de comunicação de massa. Também não constam dados segundo as unidades da federação nem sobre as capitais.

Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, 1978, p. 613; 638-639; 622-623; 626; 632)

A partir do que consta no quadro acima e da comparação com os dados relativos a alguns anos da década de 30, entendo ser possível afirmar, desprezando estatisticamente possíveis variações em sentido contrário nas décadas de 40, 50, e 60, que realmente a tendência foi de se desenvolver na Paraíba e em João Pessoa, as condições culturais e de transmissão e circulação de informação para a experiência da modernidade. A própria Revista do IHGP era um dos meios de comunicação da informação ou cultura histórica, mesmo com a freqüente intermitência que caracterizou sua publicação. O número de bibliotecas cresceu 32%, de 1935 a 1974, ou seja, um período de 39 anos. Comparado ao processo paulista foi lento e tímido, pois o percentual para São Paulo no mesmo período é de 70,4%.

Pernambuco apresenta estatísticas decrescentes, cujo percentual é de -28,7%. Entendo que esta diminuição pode ser decorrente do fechamento de pequenas bibliotecas e abertura de grandes bibliotecas públicas. Seja como for, o estado vizinho continuava com um número maior de bibliotecas, relativamente à Paraíba. Tomado o conjunto do país a

Paraíba também parece ter sido marcada pela lentidão: o percentual de crescimento neste caso é 52,2%. Para exemplificar o crescimento dos meios de comunicação de massa, cito as variações sobre a radiodifusão, pois a televisão não existia na década 30. Para o Brasil, Pernambuco, São Paulo e Paraíba, os percentuais de crescimento são os seguintes, respectivamente: 1555,9%; 1000%, 2800%, 823%. Embora o percentual paulista seja o menor, em termos estaduais ainda era o estado que tinha mais meios de comunicação de rádio. A Paraíba experimentou um crescimento numericamente significativo.

Como se percebe, no país e nos estados a tendência foi ampliar a comunicação entre as pessoas e provavelmente os negócios envolvendo a divulgação da informação. A meu ver fica caracterizado um crescimento relativamente lento das instituições culturais e de comunicação na Paraíba, haja vista que no mesmo período a população cresceu em torno de 94,7%, passando de 1.442.282 em 1940, para 2.770.176, em 1980. No caso da radiodifusão é preciso lembrar que mais de 1/3 das instituições deste tipo, estavam na capital, caracterizando também uma modernização espacialmente concentrada.

As mulheres no mercado de trabalho e na política

O objetivo central deste ponto é perceber através das estatísticas, o crescimento ou não da participação da mulher no espaço público urbano mais amplo e não somente nas atividades culturais. O quadro abaixo mostra a crescente participação das mulheres no “mundo do trabalho” fora do lar, em atividades que requerem uma aptidão que não a de serem esposas tornando-se empregadoras, empregadas e autônomas. Assim, não são considerados os dados sobre as atividades domésticas não remuneradas. Saliento que os recenseamentos não discriminavam dados para capital. Eis o quadro que consegui construir:

**QUADRO XV: PEA TOTAL e PEA FEMININA, NO ESTADO DA PARAÍBA
E EM JOÃO PESSOA 1940 – 1980**

PÓ	1940		1950		1960		1970		1980	
	PB	JP	PB	JP	PB	JP	PB	JP	PB	JP
Total	491 876	24 661	517.275	35 601	595.354	108.659	675.409	65.307	843.166	100.467
Feminina	85 788	3 599	56 262	9 075	86.486	**	110 496	23.970	200 475	43 249
% na PEA total	17,44	14,59	10,87	25,49	14,52	**	16,35	36,7	23,77	43,04

* PO = população ocupada e remunerada* Não há dados segundo o sexo para os municípios paraibanos.
Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980.

O Censo Demográfico de 1940, não tabulou as pessoas economicamente ativas. É preciso também dizer que os dados de 1940 e 1950, foram levantados por critérios que permitem uma comparação ser alterações relativamente aos outros anos (IBGE, 1956, p. XX-XXIII). O dado total sobre pessoas ocupadas no estado da Paraíba que figura no quadro acima, foi obtido diminuindo-se do *total de pessoas acima de 10 anos, por sexo e ramo de atividade principal* – 988 294 almas – o *total de pessoas ocupadas em atividades domésticas e atividades escolares discentes* – 378 092 – pois é impossível discernir uma ocupação da outra nos dados, bem como o número de pessoas em *condição inativa*, que era de 118.326 (IBGE, 1956, p. 262, 267). Isto serve para todos os censos. Ressalto que para efeito de perceber a evolução da presença das mulheres no espaço público de forma mais ampla, ter-se-ia que somar aos dados acima, aqueles relativos às mulheres estudantes e as mulheres domésticas remuneradas. Mas, repito, os dados não permitem tal soma.

Não vejo considerar que existisse em 1940, na Paraíba, uma população discente feminina superior ou igual à população em atividades domésticas não remuneradas: por comparação com a população masculina que reúna as mesmas categorias, quais sejam, *pessoas em atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes*. Daí que posso sugerir com boa margem de segurança que a maior parcela representada nos dados estatísticos a seguir corresponde a donas de casa. Os números são de 19.881 homens

e 358.211 mulheres. Portanto, considerando que os dados sobre conclusão de curso no ensino em geral constantes em quadros seguintes não guardam enormes diferenças segundo o sexo, entendo que a suposição é válida. Nesse sentido, para demonstrar a entrada da mulher no mercado de trabalho o quadro acima é aceitável.

Relativamente à submissão da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, Joan Scott (1990, p. 18-19) argumenta que “A transformação das estruturas de emprego (...) *pode oferecer novas possibilidades para a construção da subjetividade*; mas pode igualmente ser vivida como um novo espaço de atividade para as moças e esposas obedientes (grifo meu)”. Portanto, para a autora, a inserção da mulher no mercado de trabalho não é suficiente para a mudança de sua identidade, sendo a atividade política das próprias mulheres que determinará esta possibilidade. Entendo que as duas variáveis são fundamentais.

Importa também esclarecer que muitas mulheres que estiveram fora de casa, porém improdutivamente, como as presidiárias, não estão incluídas na PEA. Relativamente a este ponto da violência criminal feminina Michelle Perrot (1992, p.167-184) já chamou a atenção para sua significação histórica. Além disto, as atividades domésticas nunca as excluiu completamente de atividades fora do lar como festas nas igrejas, por exemplo, que não eram poucas durante o período do séc. XIX brasileiro (Freycinet *apud* Leite, Set.88/fev89, p. 153). A mesma Michele Perrot (1998, p.10) observou que as mulheres cuja atividade principal era a dos afazeres domésticos, ao mesmo tempo eram chamadas a participar do espaço público das cidades, a partir mesmo do papel de donas de casa.

Como foi dito a atividade política é fundamental para a afirmação das mulheres, juntamente com sua entrada no mercado de trabalho. A prática política em movimentos sociais ou em partidos pode possibilitar projeção, influência e visibilidade maiores do que

em qualquer outra atividade. Ainda de acordo com M. Perrot (1998, p. 7-8) “a esfera pública, por oposição à esfera privada, designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública”. Entre estes laços estão os de caráter político. Eis o quadro elaborado por Eva Blay (1990, p. 8), sobre a participação política da mulher no Brasil:

QUADRO XVI: MULHERES ELEITAS PARA O SENADO, CÂMARA FEDERAL, ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS: 1946-1988

Ano	Senado	Câmara Federal	Assemb. Legislativas	Prefeituras
1946	-	-	5	-
1950	-	1	8	-
1954	-	3	7	-
1958	-	2	2	-
1962	-	2	11	-
1965/66	-	6	11	-
1970	-	1	8	(1972) 60
1974	-	1	12	(1976) 58
1978	1 (suplente.)	4	20	-
1982	1 (2 suplentes.)	8	27	(1982) 81
1986	2 (suplentes.)	26	36	(1982)81* + 2
1988		-	-	107

*Mandatos prorrogados e eleições só nas capitais.

Dirigente Municipal (1) 1989, pp. 80 a 100.

Tribunal Superior Eleitoral

Fonte: (BLAY, 1989, p. 6)

Quando incluí as práticas em movimento sociais no âmbito das práticas políticas, estou me respaldando em teorias mais recentes que entendem o político como um fenômeno que transcende a ação desenvolvida no âmbito do estado. Comparando o conceito do político presente em Giovanni Sartori (1997, p. 172), em Jacques Juliard (1976) e René Remond (1996, p. 441-450), percebe-se um componente em comum: todos não aceitam a idéia de que o político reduz-se ao Estado, bem como que não é uma atividade individualizada. June E Hahner (2003) estudou esse fenômeno no Brasil desde meados do

século XIX, até a década de 40 do século XX. Também Norma Telles (2002, p. 401-442), faz menção à participação política das mulheres, no século XIX brasileiro.

José Octávio de Arruda Mello (1984, p. 294), quando trata da Revolução de 1930 na Paraíba, argumenta que as mulheres foram parte essencial da base do movimento que alavancou a transformação da sociedade brasileira de agro-exportadora e rural para urbana e industrial. De um quadro elaborado por Marta Maria Falcão de C. e M. Santana (2000, p. 238-240) percebe-se a participação conservadora das mulheres, em 1937. Esta mesma autora também mostra como a participação política das mulheres foi uma constante durante o século XX, no Brasil (Santana, 1996, p. 211-231).

Do ponto de vista político mais geral e estritamente feminista, nos fins da década de 20 e durante a década de 30 do século passado, algumas de nossas autoras desenvolveram intensa atividade política que pode ser vista como reformista: de acordo o relatório final do projeto de pesquisa *Resgate Histórico da Participação Política da Mulher na Paraíba: Estado e Sociedade: 1928/1940*, (Santana, 2000), algumas das nossas autoras, fizeram parte da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, na década de 30, bem como se envolveram profundamente na luta contra o coronelismo, nos fins da década de 30, quando se mobilizaram para ajudar o governo na chamada Guerra de Princesa.

Neste movimento, merece destaque Analice Caldas Barros, que idealizou a Campanha dos Mil Reis Liberal, para arrecadar fundos que seriam canalizados para a luta contra o coronel José Pereira, o chefe político da revolta de Princesa. Acrescente-se que a associação feminista mencionada foi organizada por ela e mais Albertina Correia Lima e Lylia Guedes. Portanto, não é surpresa que mulheres bem letradas, socialmente bem relacionadas e colocadas, e com uma prática política do lado vencedor em 1930, adentrassem na instituição cultural mais prestigiada do estado.

Pelo exposto, entendo que houve um processo de modernização na Paraíba, com concentração em determinados espaços urbanos, sendo João Pessoa, a cidade por excelência deste processo, mesmo com a carência de dados observada. Tal processo se caracterizou pela afirmação de instituições culturais, como as escolas, implantação de equipamentos urbanos como as bibliotecas, implantação e crescimento de meios de comunicação de massas, expansão do trabalho assalariado e um maior desenvolvimento das relações comerciais, nacional e internacionalmente. As classes dominantes agrárias interferem neste processo, desde longa data, organizando instituições como o IHGP, canalizando recursos por via fiscais para a urbanização de cidades como João Pessoa e Campina Grande. Mesmo que uma parte delas resista às mudanças pós 1930, e veja-se alijada do poder, se reorganiza para retornar ao controle do aparelho de estado.

A participação dos segmentos ligados à indústria ainda é pouco visível, mas já começam a interferir através de movimentos grevistas, no caso operários, e de alianças com os setores tradicionalmente estabelecidos no poder, no caso dos empresários. Claro que a própria instalação de indústrias é fato desencadeador da experiência moderna. Por isto, entendo que a afirmação de que um houve modernização sem desenvolvimento (Galiza, 1993) ou sem desenvolvimento e sem mudança é incorreta (Pinheiro, 2002, p.153): o que ocorreu é que tal processo moderno foi conservador – nas economias como a brasileira e paraibana – e se deu de forma a incorporar os elementos que lhe eram necessários, e as verificadas acabaram por serem reformas que contribuíram para a reprodução de uma sociedade do tipo capitalista, herdeira de todas as mazelas de um passado colonial.

Assim, houve mudanças em grande parte excludentes ou com base num alto nível de exploração das classes trabalhadores. Em resumo, não se deve ter uma perspectiva idealizada da modernização, mas sim, *histórica*. Tais considerações podem ser feitas tanto

pelos dados apresentados cujo levantamento obedeceu a critérios teóricos bem definidos, como por outras pesquisas. Janete Lins (1981, p. 61), apresentando estatísticas da segunda metade da década de 1970, afirma “João Pessoa cresce e se afirma mais e mais como capital paraibana. Sua função administrativa realça e se afirma comandando o espaço estadual política e economicamente”. Tal afirmação se faz principalmente comparando-se com o processo moderno de Campina Grande, cidade que até a década de 1950, crescia mais do que a capital do estado (2002, p. 54).

Mas, importa ressaltar que de acordo também com Janete Lins (1981, p. 61), o crescimento das atividades econômicas nos diferentes setores, excetuando-se o agrário, que tendeu a desaparecer, juntamente com o crescimento da área residencial, “em larga escala, nas zonas mais distantes, irá se fazer acompanhar de sérios entraves urbanísticos no tocante aos serviços de infra-estrutura [e] educação, comércio, etc.” De qualquer modo, porém, tanto pelo número e qualidade das instituições escolares e culturais, como pelo fato de se constituir no espaço onde se concentrou um contingente populacional com rendas e salários maiores, bem como por isto, havendo uma demanda por determinados uma quantidade maior e melhor de bens ao longo do período, João Pessoa terminou por tornar-se o palco privilegiado do processo moderno na Paraíba. Ressalto o nível de renda já que não é somente a aglomeração de pessoas num determinado espaço que confere a este, urbanidade e, portanto modernidade (Santos, 1993, p. 66).

Por outro lado, é importante salientar que tal processo moderno pode ser percebido de forma definitiva, pelo crescente peso das atividades econômicas urbanas na economia paraibana e de João Pessoa, bem como pela modernização da economia rural. Além disto é inquestionável a concentração populacional nas cidades como também que mesmo quando têm residência no campo, muitos trabalham nas cidades. Lembre-se os relativos dados à

PEA paraibana: de 1950 até 1980, a participação da PEA agrária na PEA total caiu de 85,04 % para 50,2%. Quanto à presença feminina neste processo moderno, entendo que é agente dele e ao mesmo tempo uma característica do mesmo, na medida em que as atividades eminentemente públicas das mulheres aparecem e crescem como um resultado dele e por ele.

Nas atividades economicamente ativas, observa-se que ganham espaço no mercado de trabalho, principalmente na capital, embora continuem sendo minoria, pelo menos no período considerado. A inserção ativa na economia e o próprio crescimento da escolarização e formação profissionais devem ter condicionado, juntamente com outros fatores, como o movimento feminista, por exemplo, a sua ascensão a postos antes exclusivos de homens, como aqueles de professoras de ensino superior, bem como a aceitação de mulheres por parte de determinadas instituições, como por exemplo, o IHGP.

Quando Heleieth I. B. Saffioti (1979, 32-66; 233-254) discute trabalho feminino, em vários países do mundo e no Brasil, afirma que “as possibilidades de integração na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas”. Acrescenta que aquelas possibilidades de integração também dependem da “vitalização de setores da economia considerados mais apropriados à atividade da mulher”. Mas, inicialmente, as atividades de ensino não eram consideradas próprias para mulheres, tornaram-se um campo mais ocupado por mulheres no decorrer do século XX, principalmente nos níveis não superiores de ensino, como se viu, o que coloca um pouco em dúvida a segunda das afirmações acima. Além disto, não é fato que as mulheres cada vez mais se colocam no mercado de trabalho e em espaços tradicionalmente masculinos, como o IHGP e o ensino superior?

Por outro lado, Francine Descarries (1994, p. 366), já analisou que “o próprio avanço da escolaridade das moças, o fato de que cada vez elas obtenham diplomas quanto seus irmãos e seus companheiros é, por si mesmo, um fator de evolução (...) na família e na sociedade”. Finalizando estas considerações, é importante dizer que o processo mencionado não esteve circunscrito à cidade João Pessoa, tendo ocorrido em várias outras partes do país (Santos, 1993). A diferenciação da apropriação de bens materiais e não materiais, mesmo naqueles espaços pioneiros do processo moderno é também uma característica da vida moderna brasileira no período: neste sentido, não se deve associar modernização, modernidade, modernismo, com democratização ampla, generalizada, irrestrita do acesso a tais bens.

Ou seja, ao crescimento da riqueza pela expansão capitalista das relações sociais não corresponde, necessariamente, uma distribuição dela, nem mesmo a incorporação satisfatória em termos de sobrevivência, de amplas camadas da população. De acordo com K. Marx (1994, p. 493-494), por exemplo, o capitalismo desenvolve-se promovendo a pauperização de setores classe trabalhadora, como os tecelões ingleses do século XIX, para citar um exemplo. Muitos pagaram com a própria vida pela mecanização da produção têxtil. E quando tal afirmação é tomada mundialmente, não se deixando de considerar as relações internacionais e seus efeitos sobre populações africanas, por exemplo, sua atualidade parece muito certa.

Sobre João Pessoa, espaço urbano do processo moderno mais agudo, de acordo com pesquisa realizada recentemente sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – em João Pessoa, publicada pelo *Jornal Correio da Paraíba* de 11 de julho de 2004, constatou-se que em alguns bairros da cidade, quais sejam Cabo Branco, Jardim Oceania e Tambaú, aquele índice é superior ao de países europeus como Noruega, Suécia e Islândia – onde

estão os melhores IDHs do planeta – e que por outro lado, há áreas como Mussuré, São José, Padre Zé e Ilha do Bispo e mais outras sete comunidades, onde os habitantes da capital têm um padrão existencial semelhante aos piores do planeta, constatados em Moçambique e Burundi. A seguir me detenho em aspectos mais particulares de tal processo moderno, que se referem ao lugar institucional de onde as mulheres historiadoras legitimavam-se, como o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, bem como sobre sua a revista e participação feminina no principal órgão de divulgação da cultura histórica do referido Instituto.

CAPÍTULO III

O IHGP e sua revista

Antes de analisar nossas fontes no capítulo seguinte, entendo que é importante conhecer um pouco o perfil institucional do IHGP, levantar elementos biográficos das autoras pesquisadas e discorrer sobre a revista, especificamente sobre a periodicidade com que foi publicada, a participação feminina e sobre o seu conteúdo. É importante se deter na revista como um todo, porque assim se tem uma visão geral sobre o principal meio de comunicação da cultura histórica do IHGP, tal como fez Lílían Moritz Schwarcz (1993, p.109-110; 120-121; 129-130), relativamente ao IHBG e IAHP. Lembro que a instituição legitimadora do sujeito de conhecimento é fator que influencia a sua produção, mas entendo que aquilo que mais pesa sobre o caráter de tal produção é o conjunto de relações sociais onde está inserido, de acordo em M. de Certeau (2202, p.69-73) e, principalmente, com A. Gramsci (2001, p. 8-19), já que história, sociedade, instituição e sujeitos do conhecimento não estão dissociados.

Em termos amplos, a produção do conhecimento histórico e a inclusão da disciplina de História nos currículos das escolas durante o século XIX, estiveram associadas à organização da unidade e identidade nacionais (Furet, s.d, p.135; Caire-Jabinet, 2003, p.92). No Brasil, os Institutos Históricos foram espaços institucionais por excelência de tal relação (Abud, 2002, p.30), embora a aparente homogeneidade formal de todos eles, “camufla realidades e discursos diversos em sua essência” (Schwarcz, 1993, p.135). Mesmo assim, o Instituto pernambucano afirmava a existência de uma pernambucanidade;

no IHGSP, se enaltecia aspectos da história paulista (Schwarcz, p. 135-138); o IHGC⁹ desenvolveu sólidas bases para a história regional cearense; o congênere paraibano igualmente reproduziu tal prática ao tentar construir uma suposta paraibanidade (Dias, 1996, p. 50-57; Pinheiro, 2002, p. 234). Além disto, havia divergências relativamente à própria concepção de história, como veremos.

Em termos de desenvolvimento da disciplina de História e da pesquisa histórica no Brasil, os institutos tiveram um papel importante, seminal mesmo. De acordo com José Honório Rodrigues (1982, p.37-41) a pesquisa histórica nasce como a fundação da mencionada instituição nacional, já que antes havia apenas a atividade isolada de poucos estudiosos. Além disto, este autor afirma que o IHGB “nascia inspirado pelos melhores e mais corretos princípios que acabavam de ser lançados pela escola alemã”. Neste sentido, a procura de documentação, bem como coligir e publicá-los, correspondia “a mais perfeita e atual regra de metodologia histórica”. José Honório conclui afirmando que “coube ao Instituto Histórico Brasileiro e aos Institutos Históricos estaduais e a seus membros iniciar a pesquisa histórica e lançar os fundamentos de um sistema de investigação”.

A disseminação de Institutos Históricos pelas províncias e estados esteve ligada à própria história regional brasileira. Os dados do quadro seguinte se referem a instituições localizadas nas atuais capitais estaduais e possibilitam algumas considerações: primeiro, quanto ao seu surgimento, já que os institutos provinciais surgiram depois de 1850, ano de referência do processo modernizador da sociedade brasileira. Ao se sentirem fortalecidas no seu projeto de organização e reprodução do estado nacional, passados os grandes conflitos internos de 1831 a 1845, se inicia a criação de instituições que promoviam culturalmente suas unidades político administrativas. Assim, discordo que a iniciativa de 1865, em

⁹ <http://www.sinergia-spe.net/editoraeletronica/autor/058/05800100.htm>

Pernambuco, seja indicativa de uma prática saudosista de elites decadentes (Levine *apud* Schwarcz, 1993, p. 118). Entendo que representou, igualmente o que ocorreu em outras unidades do Império e principalmente da República, uma iniciativa consciente por parte de tais elites de criarem espaços institucionais culturais que lhes garantisse o espaço territorial, base principal de suas relações econômicas. A disseminação teve a seguinte cronologia constante no quadro seguinte, cronologia que pode ser associada ao processo de afirmação do republicanismo federativo no Brasil (Mello, 1998, p. 136). Mesmo parcial – pois não abrange os institutos do Acre e do Amazonas, por exemplo – o quadro abaixo fornece base para reflexão:

QUADRO XVII: CRONOLOGIA DA FUNDAÇÃO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS NAS CAPITAIS

Instituição	Ano de fundação
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	21 de outubro de 1838
Instituto Archeologico e Geographico de PE	28 de janeiro de 1862
Instituto Histórico e Geográfico de Al	02 de dezembro de 1869
Instituto Histórico e Geográfico do PA	séc. XIX - antes de 1870
Instituto, Geográfico, Histórico e Antropológico do CE	4 de março de 1887
Instituto Histórico e Geográfico de SP	15 de novembro de 1894
Instituto Geográfico e Histórico da BA	13 de agosto de 1894
Instituto Histórico e Geográfico de SC	7 de julho de 1896
Instituto Geográfico e Histórico do PR	25 de agosto de 1900
Instituto Geográfico e Histórico do RN	29 de março de 1902
Instituto Histórico e Geográfico da PB	7 de setembro de 1905
Instituto Histórico e Geográfico de MG	16/06 – 05/08 de 1907
Instituto Histórico e Geográfico de SE	6 de agosto de 1912
Instituto Histórico e Geográfico do ES	12 de junho de 1916
Instituto Histórico e Geográfico do PI	1918
Instituto Histórico e Geográfico do MT	8 de abril de 1919
Instituto Histórico e Geográfico do RS	5 de agosto de 1920
Instituto Histórico e Geográfico do MA	20 de novembro de 1925
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	1933
Instituto Histórico e Geográfico do RJ	6 de dezembro de 1957
Instituto Histórico e Geográfico de MTS	3 de março de 1978

Fontes: Internet e Revistas dos Institutos

Portanto, na medida em que o fortalecimento do Estado nacional relaciona-se com o fortalecimento das várias partes que o compõem - as províncias e depois os estados - pode

se entender que a organização das instituições provinciais e estaduais é uma das forças que promovem o processo moderno paraibano e brasileiro, qual seja, a organização de “Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder” (Berman, 1986, p.16). Em termos mais disciplinares – relativos à ciência da História - a elaboração das histórias das províncias imperiais e posteriormente dos estados federados, inseria-se no projeto de reprodução institucional do Estado, no sentido de criar referenciais no âmbito do saber para a atuação das elites junto aos demais segmentos da população – e entre ela própria é claro - para afirmarem-se enquanto segmentos dirigentes interna e externamente à nação.

Sobre este ponto, Cláudia Regina Callari (2001, p.65, 67) em artigo que analisa o IHGB e o IHGMG, argumenta que era da alçada dos intelectuais da primeira destas instituições a definição de “um projeto de nação”, através da busca de um passado comum, defendendo ardorosamente a monarquia e o catolicismo, “alicerce da nacionalidade”. À parte um certo exagero nas colocações da autora, já que o projeto de construção da nacionalidade brasileira incluiu muito mais do que a ação de intelectuais reunidos numa instituição deste tipo e das várias instituições congêneres, concordo que os membros do IHGB e dos demais institutos dele participaram ativamente. Há um traço comum entre todos eles para além dos aspectos formais, que é o de jamais terem se insurgido contra a nação: entende-se, portanto, que a afirmação das fronteiras internas do estado nacional brasileiro contou com o apoio dos membros e das instituições locais.

Relativamente às questões de gênero, os institutos são exemplos primeiramente de exclusão e posteriormente de inclusão, pelo menos no caso do IHGP. A associação de uma mulher já em 1922, com a aceitação de Eudésia Vieira como sócio efetiva é realmente uma mudança histórica e, em termos individuais, uma façanha da parte das que conseguiram se

desligar de um passado patriarcal e praticamente iletrado. No geral, a situação feminina educacional tenderia a mudar, tornando-as aptas a competir com os homens letrados e de boas famílias também: no primeiro recenseamento geral do Brasil, em 1872, constatou-se que apenas 14% das mulheres livres eram alfabetizadas, contra 20% de homens (Fausto, 200, p. 237), aproximadamente.

De acordo com dados constantes no Censo de 1920 (1924, p.43), na capital paraibana, sede do IHGP, os percentuais de pessoas do sexo feminino que sabiam ler e escrever, *considerado somente o universo das pessoas alfabetizadas*, progrediu da seguinte forma: em 1872, as mulheres representavam 41,9%; em 1890, o percentual elevou-se para 48,8%; e em 1920, 49,5%. Observe-se, que a população total da capital em 1920, era de 52.990 pessoas, sendo 24.905 homens e 28.085 mulheres. Portanto, do total de mulheres 30,5% eram alfabetizadas e do total de homens 35,1% de homens, mostrando uma diferença relativamente pequena de apenas 4,6 % entre os setores alfabetizados.

Quanto aos saberes emanados dos institutos se constituíram como um dos nortes para a ação das elites nacionais e provinciais/estaduais. Para demonstrar a importância de tais saberes, basta lembrar que os limites territoriais internos do Brasil foram uma preocupação até pelo menos a década de 20 do século (Mello, 1979, p.169-170), como já foi mencionado no capítulo anterior, ou seja, a própria base histórico-espacial das elites regionais existia com uma certa indefinição. Além disto, entendo que em geral, para o período estudado, o principal foco de consciência (Ferro, 1989) que orientou a produção dos institutos foi a razão de estado (Rodrigues, 19p. 3-4), gerando um conhecimento histórico amplamente conservador. Há um aspecto individual que não pode ser desconsiderado: o fato de pertencer a algum instituto legitimava o saber do seu sócio como o mais correto, o que poderia inclusive lhe render certos ganhos econômicos, muito

importantes, numa sociedade onde alguns de seus associados - professores e professoras - eram particularmente mal pagos (Callari, 2001, p. 71). Na Paraíba, tem-se um exemplo deste tipo de situação: Eudésia Vieira, sócia do IHGP desde 1922, escreveu e publicou dois livros didáticos neste período, intitulados *Pontos de História do Brasil* e *Terra dos Tabajaras* (Cruz, 1995, p.24-25)

Há quem fale em “queda institucional” dos Institutos (Schwarcz, 1993, p.138). E mesmo dentro de pelo menos um deles, havia quem pensasse que a instituição não resistiria ao processo moderno, de acordo com a mesma autora, que cita um artigo do IAGP de 1929. Lilia M. Schwarcz argumenta que a decadência institucional não se transformou em “colapso”, e associa – em certa medida - a persistência funcional dos institutos e do “modelo totalmente ultrapassado” que representam, ao fato de que a história que seus associados escreviam ainda ser “bastante hegemônica, principalmente nos livros didáticos oficiais”. Há quem diga que existiu – para se usar o verbo no passado, está se considerando apenas o período de publicação do artigo contendo tal análise – uma “crise” dos Institutos Históricos, como João Alfredo de Souza Montenegro (2000), provocada pela conjunção de dois fatores: a ausência de abertura às novas correntes do pensamento histórico, somada ao fato de que passaram a privilegiar mais as sessões internas do que a própria pesquisa histórica.

O IHGP: considerações históricas de gênero

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1905, dentro de um “clima de pacificação” intra-oligárquico, e sob iniciativa direta de Álvaro Machado, Governador do Estado (Guimarães, 1998, p.19), correspondendo à expansão da republicanização

federativa do país, de acordo com análise de José Octávio de Arruda Melo (1998, p.136) que também entende que o Instituto fez crescer a produção do conhecimento histórico na Paraíba. Luiz Hugo Guimarães (1998, p. 12) é mais incisivo na relação que a produção oriunda do IHGP guarda com o desenvolvimento do conhecimento histórico paraibano: afirma que aquela produção, num certo sentido, cria a história da Paraíba, argumentando que “Inaugura-se com as principais figuras fundadoras do Instituto, a nossa historiografia. Não somente a descrição dos fatos, mas a interpretação de suas causas e conseqüências”.

Já Celso Mariz (1994, p. 13-16), num trabalho que pode ser considerado como seminal na Paraíba em termos historiográficos, avalia mais no sentido colocado por José Octávio de Arruda Mello, qual seja, o de que o Instituto dá continuidade a um trabalho já existente. Sob o aspecto inaugural do trabalho de C. Mariz, é preciso observar que não é todo o trabalho que é historiográfico, pois a análise de obras de história restringe-se ao capítulo inicial da obra *Apanhados históricos da Paraíba*, cuja primeira edição é de 1922. Observe-se que o termo historiografia aparece neste trabalho como designando o conhecimento histórico produzido.

Sobre alguns aspectos formais, nos seus estatutos do IHGP, organizados logo a seguir à data de sua fundação em 7 de setembro de 1905, estabeleciam-se objetivos semelhantes – talvez idênticos em grande parte – aos objetivos de seu congênere nacional e de outros institutos estaduais. No artigo 1º, do Capítulo 1, estabelecia-se que o IHGP deveria “reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos a história, geographia, archeologia e ethnografia do Estado, e bem assim proceder estudos e indagações sobre os mesmos materiais” (IHGP, 1909, p. 11). No art. 2º e parágrafos, alargavam-se tais objetivos, formalizando que a entidade deveria se relacionar com outras “associações congêneres”; organizar um arquivo, realizar conferências, publicar uma revista e

comemorar de forma “solene”, fatos históricos pátrios, “especialmente, os 13 de maio, 5 agosto, 7 de setembro, e 15 de novembro”.

O instituto proclamava-se antiescravista e republicano, voltado para a pátria e para a Paraíba e sua capital. Quanto aos critérios de associação, não havia nenhum impedindo a associação de mulheres. Mas, de acordo com Lillian M. Schwarcz (1993, p. 134), o critério mais usual de associação era o relacional, ou seja, de relações pessoais. Uma concepção masculinizada da história era expressa também estatutariamente: no parágrafo 6, do art 2º, constava grandiosamente como sendo um dos seus objetivos o seguinte: “*Perpetuar por quaesquer meios a memória dos homens e feitos da história* (grifo meu)¹⁰” (IHGP, 1909, p. 12). Atualmente são 50 sócios efetivos, de acordo com lista fornecida pelo presidente da instituição, Sr. Luiz Hugo Guimarães, sendo que destes, onze são mulheres, representando cerca de 22% do total de associados. Elas começaram a associar-se já na década de 1922.

A subsequente filiação feminina ocorreu catorze anos depois, sendo que no mesmo período ocorreram novas associações, mas masculinas: na verdade vinte e quatro ao todo (IHGP, 2004, p.6). Portanto, não se pode argumentar que para a filiação não existissem vagas até porque, no período, não havia um número fixo de sócios efetivos, como prevê o estatuto atualmente, que é de cinquenta membros. Tal número variou ao longo do século XX, sendo que o critério que foi mantido e que permanece até hoje – formalizado pelo Estatuto de 1975 – para ingresso é a “exigência do candidato a sócio efetivo apresentar além do seu *currículo vitae* pelo menos um exemplar de trabalho de sua autoria” (Guimarães, 1998, p.39; 159; 162-163).

¹⁰ No estatuto publicado no vol. 11 da Revista, em 1948, estavam formalizados critérios para associação e, ao contrário do que ocorrera anteriormente, limitava-se o número de sócios efetivos a 40 pessoas. Na reforma estatutária seguinte este número seria ampliado para 50, bem como delimitou-se o campo de atuação do Instituto à História, Geografia e ciências auxiliares. (IHGP, 1948, p. 5)

A explicação para o número crescente de mulheres como sócias efetivas deve ser buscada tanto na dinâmica mais geral da sociedade brasileira/paraibana/pessoense, como na ação feminina organizada que exerce crescente influência (Perrot, 1992, p.167) na sociedade em geral e na sociedade paraibana em particular (Falcão, 1996, p. 211-231), em atividade intelectual pré-existente ao ingresso no IHGP, não necessariamente ligada ao magistério, bem como na própria *valorização* do desempenho individual de algumas mulheres, que acabaram por se destacar social, política e culturalmente: algo próximo ao que Michelle Rosaldo ressalta em termos metodológicos para se estudar as mulheres, ou seja, “que o lugar da mulher na vida social humana, não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta” (Rosaldo *apud* Scott, 1990, p.14). Eis um quadro de evolução da associação de mulheres:

**QUADRO XVIII: EVOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE 1905
A 2003**

1.	Eudésia de Carvalho Vieira Jardim	03.05.1922
2.	Alice de Azevedo Monteiro	19.07.1936
3.	Analice Caldas de Barros	19.07.1936
4.	Beatriz Ribeiro da Silva	23.08.1936
5.	Olivina Olívia Carneiro da Cunha	23.08.1936
6.	Albertina Correia Lima	06.04.1938
7.	Lylia Guedes	09.07.1939
8.	Wilma dos Santos C. Monteiro	06.10.1967
9.	Rosilda Cartaxo	31.07.1975
10.	Carmen Coelho de Miranda Freire	17.08.1976
11.	Waldice Mendonça da Silva Porto	27.10.1976
12.	Teresinha de Jesus R. Pordeus	10.09.1978
13.	Diana Soares Galiza	25.05.1985
14.	Maria de Fátima A. Gurgel	13.12.1986
15.	Glauce Maria N. Burity	17.12.1988
16.	Maria Balila Palmeira	10.04.1992
17.	Martha M. ^a F. de C. M. e Santana	26.03.1999
18.	Rosa Maria Godoy Silveira	25.08.2000
19.	Lúcia de Fátima G. Ferreira	23.03.2001
20.	Adylla Rocha Rabelo	05.12.2003

Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Quadro social:** memória. João Pessoa: IHGP, 2004.¹¹

¹¹ As informações biográficas sobre as mulheres também foram conseguidas através de consulta ao Relatório Final 2000, p. 31-79, do Projeto de Pesquisa Mulher e fronteiras na historiografia paraibana: 1940-1964, desenvolvido sob a Coordenação da Professora Martha M^a Falcão de Carvalho e Morais Santana, projeto este

Assim, no decorrer do século XX, a participação política e político-eleitoral das mulheres ganha fôlego e, historicamente, sua condição de professoras e escritoras em jornais e revistas da capital, bem como a situação sócio-econômica daí decorrente, criam as bases para a proposição e aceitação de sua vinculação ao Instituto. O peso da origem social é algo difícil de ser desconsiderado, já que todas elas têm antecedentes genealógicos em extratos superiores da sociedade bem como boa parte vincula-se historicamente ao meio rural pela propriedade da terra da terra dos pais ou antepassados. Na década de 30, seis mulheres *substituem* figuras masculinas: foi a década das mulheres. Além de Eudésia Viera, tornaram-se sócias efetivas, Alice de Azevedo Monteiro, Analice Caldas de Barros, Beatriz Ribeiro da Silva, Olivina Olívia Carneiro da Cunha (todas entre julho e agosto de 1936); Albertina Correia Lima (1938); Lylia Guedes (1939), sobre as quais passa-se a escrever.

A primeira das citadas acima - Alice de Azevedo Monteiro – era professora e escritora de artigos e poesias em periódicos importantes da capital, como *A União* e *A Imprensa*, o primeiro órgão oficial do governo estadual e o segundo uma publicação da arquidiocese da Paraíba. Nesse sentido, é muito provável que a sua militância feminista - como Secretária da Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino no ano de 1933 - não esteve nem remotamente próxima, em termos ideológicos, de outras mulheres do mesmo período, em outro contexto social – o sudeste do país - como Ercília Nogueira Cobra e Maria Lacerda de Moura que “pregavam o amor fora do casamento e prescindiam da presença masculina no sustento da família e na educação dos filhos”. (Maluf & Mott, 1998, p. 398). A destacar, por último, que a atuação de Alice de A. Monteiro como educadora,

desenvolvido em várias fases, inclusive com especificidades em cada uma delas e com bolsistas do PIBIC/CNPq, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba – NDIHR-UFPb.

aparece na pesquisa mencionada (Santana, 2000), como tendo sido “notável” e que a proximidade e anterioridade cronológicas entre sua militância e sua associação ao IHGP, são claros indicativos do quanto uma prática condicionou a outra.

Analice Caldas de Barros tinha um perfil profissional semelhante ao da “notável educadora” citada anteriormente. De origem interiorana – nasceu em Alagoa Nova no dia 30 de outubro de 1891 – foi para capital cedo, logo após terminar o então curso de “primeiras letras”. Recebeu o diploma pela Escola Normal em 1911, dedicando-se ao magistério logo a seguir, com uma particularidade: o ensino profissional lhe era particularmente importante (Tavares, 1976, p. 39-51). Sua militância na política foi mais expressiva do que a da “consocia” Alice: idealizou a Campanha do Mil Réis, cujo objetivo era arrecadar fundos para comprar munição que deveria ser mandada para sufocar o “foco rebelde” representado pela República de Princesa.

Também apoiou publicamente a Aliança Liberal, através da recepção “entusiástica”, às caravanas da referida entidade política que chegavam ao estado. Depois de assassinado João Pessoa – do qual era admiradora – envolveu-se com um movimento para mudar o nome da capital para o do político morto em Recife e para que fosse adotada a atual bandeira da Paraíba, que contém referência ao apoio negado por ele à candidatura de Júlio Prestes. Mais duas de Analice C. Barros iniciativas merecem destaque: a organização de um Centro Cívico¹² e a participou na organização no estado da Associação pelo Progresso Feminino em 1937. Em termos intelectuais sua atuação se iniciou na década de 1910, através do magistério. Na década de 20, atuou no periódico *Era Nova* colhendo depoimentos de personalidades. Proferia palestras em associações culturais e clubes de

¹² Entidades bastante politizadas dos fins do século XIX e começos do século XX, que declinaram na década de 1920, com posterior revitalização na década seguinte (Cunha, 1946, p. 93-98).

serviço, como o Rotary Club da Paraíba. No IHGP, ocuparia cargo na diretoria de 1941 a 1945. Também participou da organização do Instituto de Genealogia da Paraíba.

Sua relação com as classes pobres era bastante conservadora, pelo que indica um pronunciamento no Jubileu da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, em 1934, atribuindo à educação a emancipação de tais setores e estimulando o sentimento de mansidão e humildade nos alunos da tal instituição onde lecionava. Na década seguinte, foi comum o surgimento de muitas entidades que, sob a orientação da Igreja Católica, pretendiam “desmobilizar e disciplinar” uma massa de gente que poderia ser atraída pelo ideal socialista (Costa, 2002, p. 281). Lembre-se que a Revolução de 1917 tinha resultado num Estado poderoso e influente em várias partes do mundo, principalmente depois de 1945, quando grande parte da Europa se torna comunista. Na qualidade de pessoa feminina e de classe média, tendo conquistado postos de importância na sociedade da capital, é compreensível sua devoção à Pátria, ao trabalho e, claro à Família.

Esta última instituição foi objeto de sua atenção num trabalho que não chegou a ser publicado: pelas informações constantes na obra de Eurivaldo Caldas Tavares (1976) sobre a árvore genealógica de Analice Caldas, em cujo tronco estava um personagem político¹³ de importância nacional, que se tornou um dos membros da “nobreza togada”, para usar a expressão de Raymundo Faoro (1989), há em tal atitude uma clara intenção de legitimar-se no presente, pelo passado remoto genealógico construindo uma origem social superior. Uma postura bem diferente de Ercília Nogueira Cobra que rompeu com a família. Ainda

¹³ Trata-se do paraibano de Pilar, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, tornado nobre com o título de Visconde de Cavalcanti, em 1888: político conservador durante o Império, ocupou os cargos de Deputado Provincial e Geral, Senador, Presidente de três Províncias (Piauí, Ceará e Pernambuco). Foi também Ministro de Estado e do Conselho do Imperador. No IHGP há retratos dele e da esposa, pintados pelo pintor francês Labatut. (Veiga Jr., 1946, p. 85-92)

para delimitar que relações e tramas conduziram-na ao IHGP, é importante lembrar que suas relações com o alto clero paraibano eram muito boas.

Quando setores católicos, no jornal *A Imprensa*, expressaram hostilidade à campanha de organização da Associação Paraibana para o Progresso Feminino, o próprio Arcebispo teria se pronunciado a favor da iniciativa, já que seus objetivos não eram contrários à Igreja. E não só o arcebispo: Analice Caldas era bem relacionada como se pode deduzir do fato de que “Senhoritas de posição e relevo na sociedade e no magistério paraibano se haviam filiado à Sociedade e como é natural defenderam-na” (Tavares, 1976, p.45). Note-se o elitismo da colocação, denotado pela legitimação do que era afirmado no fato de que eram pessoas letradas e de posição social superior que defenderam Analice Caldas dos ataques recebidos.

Beatriz Ribeiro da Silva ingressou primeiro na Associação Paraibana de Imprensa e depois no Instituto Histórico, o que indica que foi seu talento como escritora para jornais que a colocou em evidência, ao contrário, por exemplo, de Eudésia Vieira, que já havia publicado livros de História na década de 20, antes de entrar para o Instituto. Observe-se que não havia ainda no Brasil, cursos de jornalismo, os quais só serão organizados a partir de 1946, na Faculdade Nacional de Filosofia situada no Rio de Janeiro¹⁴. Aliás, tal situação de ausência de formação específica em nível superior, atingia também os escritores de História até a década de 30, quando foi aberto na Faculdade Filosofia da Universidade de São Paulo, o primeiro curso de História.

De acordo com a mencionada pesquisa sobre mulheres paraibanas (Santana, 2000), Beatriz Ribeiro desenvolveu intensa atividade literária, a qual foi publicada no jornal *A*

¹⁴ INSTITUTO GUTTENBERG (Brasil). **Profissão jornalista: 30 anos de diploma**, [s.l.], 1999. Disponível em < <http://www.igutenberg.org/972abre.html> >. Acesso em: 20 de março de 2004.

União (IHGP, 1995, p. 33) e em vários periódicos de outros estados do atual Nordeste. Não se menciona que tenha tido algum tipo de militância política ligada às questões femininas ou não. Dentre as mulheres que se tornaram sócias do IHGP naquela década de 30, ela guarda uma honraria única que é a de ter sido considerada Fundadora de uma das cadeiras. Cada cadeira tem um patrono, um fundador e pode ter um ocupante, caso o fundador já não seja mais sócio, por falecimento. A criação das tais cadeiras pode ser vista como um mecanismo que possibilitava um maior controle e valorização dos sócios, nas relações internas ao instituto, pela louvação institucional.

Para se ter idéia da importância de se ser Fundadora(a), outro nome que aparece nesta condição, é o de Celso Mariz, sendo que o Patrono de tal cadeira é Ireneu Joffily, precursor da escrita histórica sobre a Paraíba, sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do seu congênere pernambucano. Posteriormente, Celso Mariz assume e é alçado à condição de Patrono de uma das 50 cadeiras. Dentre todas mulheres que já se tornaram sócias do IHGP, são fundadoras: Eudésia Vieira, Carmem Coelho, Rosilda Cartaxo – única mulher a ocupar a presidência do IHGP até hoje – Teresinha Pordeus e Waldice Porto (IHGP, 1996, p. 24, 102, 109, 113, 127). Importa mencionar por último, que Beatriz Ribeiro é a única das mulheres daquela década de 30, que ainda é sócia, embora não participe das atividades do IHGP, bem como se recuse a receber visitas ou dar entrevistas, por questões de “saúde e laivos de vaidade”.¹⁵

Talvez não haja exemplo mais claro do que o encarnado por Olivina Olívia Carneiro da Cunha quanto às influências enquanto poderes (Perrot, 1992, 167) que determinaram a ascensão e projeção na sociedade paraibana, de determinadas mulheres. Filha de um nobre

¹⁵ De acordo com o atual presidente do IHGP, Luiz Hugo Guimarães (Informação verbal).

togado, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o Barão de Abiaí, político conservador do período imperial, ela seguiu um percurso semelhante ao de outras mulheres do período que tiveram ou pretenderam ter um certo espaço próprio na vida pública. Relativamente á sua formação e atividade como escritora, tem-se o seguinte: formou-se na Escola Normal nos inícios do século XX – ela nasceu em 1892 – passando a exercer o magistério. Também publicou poesias em vários periódicos do Estado.

Fez palestras além de publicar vários trabalhos na Revista do IHGP, sendo a mais produtiva entre todas as sócias. Foi uma das poucas que manteve, durante suas atividades docentes, uma relação com uma disciplina em cuja rubrica constava o nome História - tratava-se de História da Pedagogia, que lecionou de 1937 a 1939 (Santana, 2000). Aquelas que fizeram o Curso Normal tiveram contato com o conhecimento histórico disciplinar, através de uma disciplina constante no programa, bem como anteriormente – e aí todas estão incluídas - no ensino primário através de uma disciplina intitulada Noções de História e Geografia (Mello, 1996, p. 65). No que se refere às práticas políticas – também considerando as informações contidas na pesquisa mencionada (Santana, 2000) – Olivina Olívia envolveu-se diretamente com a organização da Associação para o Progresso Feminino.

Apegada à tradição familiar, escreve e publica já em 1940, uma biografia do seu avô, o Barão de Abiaí. No âmbito do IHGP, por outro lado, teve uma atuação de destaque, tanto pelo fato de ter publicado trabalhos, como também porque ocupou durante um longo período, o cargo de tesoureira: substituiu Analice Caldas, morta em 1945, permanecendo no cargo até 1971. Note-se que nas revistas sempre eram publicados relatórios contendo a movimentação financeira da instituição, o que demonstra a importância do cargo ocupado

por ela¹⁶, como também que a revista era instrumento de controle das relações internas da instituição e não somente de divulgação das atividades intelectuais dos sócios, fossem quais fossem os limites epistemológicos destas.

Outra mulher, a penúltima das seis que se associaram na década feminina do IHGP, a década de 1930, foi Albertina Correia Lima. Em termos de formação e atuação na vida pública, destacava-se do conjunto até agora considerado, pelo fato de ter se formado em Direito, mesmo assim exerceu o magistério. Vinha de uma família com participação política e intelectual na província: seu avô, o Padre Lindolpho, era político liberal e seu irmão militou do lado conservador (Trindade, 2004, p. 24-30). O fato de ter tido um avô padre e não celibatário não deve ter pesado negativamente sobre sua existência, já que não foi estigmatizada.

Igualmente às outras mulheres, também exerceu o magistério e teve papel de destaque na Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino, tendo sido sua oradora: o fato de ser advogada pode explicar a ocupação de tal posto. Além disto e também à semelhança das outras mulheres, publicou escritos nos mesmos periódicos: nos jornais *A União* e *A Imprensa*, bem como na revista *Era Nova*. Também publicou trabalhos na revista do IHGP, que serão analisados. Especifica-se novamente no conjunto quando tem a iniciativa de publicar obras cujo objeto central é a mulher. Trata-se dos livros *A mulher e seus direitos em face da legislação* e *Justa homenagem*, este último uma conferência feita sobre a escritora e feminista carioca Júlia Lopes de Almeida (Trindade, 2004, p. 25).

¹⁶ Há uma divergência quanto ao momento de afiliação ao IHGP: de acordo com a pesquisa coordenada pela professora Marta Falcão, ela teria se tornado sócia em 06 de abril de 1938; já de acordo com o próprio IHGP, ela teria se associado na data mencionada no quadro, ou seja, em 23 de agosto de 1936, como consta no Quadro II. Há também divergência relativamente à data da organização da Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino: de acordo com a pesquisa mencionada, no ponto relativo a Albertina Correia Lima, há informação que sugere a sua existência já em 1933; de acordo com Eurivaldo Caldas Tavares (1976, p. 45), ela teria sido criada quatro anos depois, em 1937.

É importante mencionar que a participação na vida cultural do Estado através da publicação de trabalhos não deixou de ter um conteúdo social: todos os periódicos mencionados estavam ligados a extratos superiores da capital: o primeiro era órgão oficial do estado; o segundo da Arquidiocese; o terceiro mais ligado às elites intelectuais que tinham laços de muita afinidade com a elite política e econômica oligárquica do estado. Não que inexistissem órgãos populares de comunicação: de acordo com Eliete de Queiroz Gurjão (1994, p. 146-147), numa iniciativa para mobilizar os trabalhadores para a luta por melhores condições de vida e trabalho, foi criada uma imprensa operária na Paraíba, no período de 1931 a 1940.

Lylia Guedes é o último nome da década de 30. Depois dela se passaria mais de um quarto de século sem que uma outra mulher se tornasse sócia do IHGP. Semelhantemente a Albertina Correia Lima, formou-se em Direito na Faculdade de Direito de Recife, e tanto advogou como exerceu o magistério, tendo lecionado durante dois anos (1919 e 1920) na Escola Normal, a disciplina de História da Civilização. Fez algumas intervenções orais – discursos – no IHGP de caráter histórico-biográfico: um primeiro sobre o republicano Maciel Pinheiro, o outro sobre D. João VI. Desenvolveu atividade política ligada aos direitos da mulher, através da organização da mencionada Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

Como foi registrado, só mais de meio século depois de 1939, é que volta a ocorrer associação de mulheres ao IHGP, ou seja, somente na década de 60. A associada em 06.10.1967, foi a professora universitária de nome Wilma dos Santos C. Monteiro, cuja atividade profissional na Paraíba começa na década de 50, pela interferência de José

Américo de Almeida.¹⁷ Politicamente era mulher muito conservadora chegando a práticas reacionárias (Citadino, 1993, p. 15). Era uma espécie de mandatária do regime militar imposto em 1964, na UFPB. Entende-se que sua associação ao IHGP contribuiu por um lado para aumentar a visão de que a instituição era reduto do conservadorismo, e por outro lado, no entanto, como veremos, o primeiro trabalho – o único que publicou na revista do IHGP - que mostrou um maior rigor na escrita histórica, foi de sua autoria. Nas décadas seguintes, volta a crescer o número de sócias, aumentando a participação de mulheres constantemente: quatro na década de 70; três na de década de 80; mais três nas duas décadas seguintes. Atendo-se mais à década de 70, onde a periodização da presente pesquisa se encerra, há os nomes de: Rosilda Cartaxo (1975), Carmen Coelho de Miranda Freire, Waldice Mendonça da Silva Porto (ambas em 1976) e Teresinha de Jesus R. Pordeus (1978).

A primeira delas, como já foi dito, ocupou alto posto na burocracia do IHGP: foi sua presidenta de 1983 a 1986, quando tinha 61 anos de idade. Não teve militância política. Em termos de instrução formal foi alfabetizada pela própria mãe. Chegou a formar-se professora em 1941, tendo exercido o magistério, ocupado cargos de direção escolar e prestado serviços à universidade federal paraibana e à Legião Brasileira de Assistência: esta atuação generalizada indica porque é tida como agitadora cultural.¹⁸ De acordo com o *Memorial* publicado pelo próprio IHGP (1995, p. 102-103), é pessoa “Dinâmica, versátil, irreverente, [e] goza de um respeitável círculo de amizades entre intelectuais, políticos e pessoas da sociedade (grifos nossos)”.

¹⁷ De acordo com José Octávio de Arruda Mello (Informação verbal).

¹⁸ Na opinião do atual presidente do IHGP, que salienta que uma das obras que publicou recebeu comentários positivos de Luís da Câmara Cascudo (Informação verbal).

A sua vinculação a LBA mostra o lado conservador da associada, na medida em que esta entidade tem um caráter histórico de atuação junto às classes pobres, no sentido de desmobilizá-las, através do assistencialismo (Costa, 2002, p.281). Publicou algumas obras intituladas *Estrada das boiadas*, *Barra do Juá* e *As primeiras damas*. Carmem Coelho de Miranda Freire também não tinha formação de nível superior, como a sócia anterior. Exerceu atividades docentes relacionadas diretamente à História, quando ensinou as disciplinas de História Geral e História do Brasil em 1954, no Liceu Paraibano. Também ajudou a organizar o Curso Noturno no Liceu Paraibano, onde trabalhou por dez anos como voluntária. Tal prática “sacerdotal” do magistério está relacionada com o seu ambiente familiar, marcado pela religião e pelo fato de ter um irmão bispo e um tio-avô padre e famoso – o Padre Meira.

Foi fundadora do Núcleo Noelista de João Pessoa, entidade cuja prática católica era direcionada para a formação cultural religiosa cristã de moças de estratos mais altos da sociedade, ocultando objetivos políticos de “desmobilizar e disciplinar”, através de um assistencialismo do tipo “Natal dos Pobres”, “Natal dos Trabalhadores”, “Páscoa dos Pobres” ou “Páscoa dos Trabalhadores”. Competia politicamente com entidades de trabalhadores que tinham objetivos combativos junto ao crescente operariado urbano (Gurjão, 1994, p. 143-171) em estado de mobilização naquele ano de 1931, quando foi fundado o referido Núcleo Noelista (Costa, 2002, p.281-282).

Outra figura feminina a se associar na década de 1970 foi Waldice Mendonça da Silva Porto, que ao contrário das duas outras tem curso superior de Direito. Nasceu na capital. Militou na Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba Integra outras entidades como API e Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Publicou trabalhos na Revista do IHGP que serão analisados, além de obras sobre a Paraíba, estrutura

fundiária e um livro de poesia. A última mulher na década mencionada foi Terezinha Pordeus: graduou-se em História pela UFPB, em 1974, um traço que a especifica entre todas, exceto Wilma dos S. C. Monteiro. Lidou com o conhecimento histórico no nível secundário e com a pesquisa histórica na UFPB (IHGP, 1995, p. 127), o que faz dela uma mulher com um perfil profissional mais especializado. No IHGP ocupou cargos de direção. Publicou alguns trabalhos de história, dos quais destacamos *A mulher na história da Paraíba* e *História da Paraíba na sala de aula*.

Atualmente, o IHGP conta com onze sócias efetivas, ou aproximadamente 22% do total de sócios efetivos, que é de 50. Em termos mais qualitativos, desde a década de 1960 que a participação feminina vem fazendo crescer o lado profissional ligado à área de História, já que boa parte das mulheres que se tornaram sócias efetivas não só têm graduação naquela área de conhecimento, como também curso de pós-graduação, nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de exerceram o magistério em nível superior, fato relativamente novo, em se tratando de mulheres, como se viu no capítulo anterior.

Excetuando-se Waldice M. Porto, Carmem Coelho, Rosilda Cartaxo, Maria Balila Palmeira, Maria de Fátima Araújo e Adylla Rocha Rabelo, todas as demais mulheres sócias efetivas *desde a década de 60*, têm formação superior na área de História. Importa mencionar que Carmem Coelho é diplomada como professora em nível técnico: publicou várias obras de história, uma peça teatral e uma reportagem sobre o Parque Solon de Lucena (IHGP, 1995, p. p.109-111). Note-se ainda que não há uma relação direta, entre formação profissional e ingresso e atuação no IHGP: para se ater a dados publicados, basta observar que Rosilda Cartaxo foi a única mulher a ocupar o cargo máximo na diretoria da

instituição – de 1983 a 1986 – e no entanto não tinha formação de nível superior. Isto em plena década de 80!

Finalizando este ponto, importa dizer que ao longo da existência do IHGP, de 1905 até o ano de 2004, tornaram-se sócias efetivas um total de vinte mulheres, enquanto que o total de homens foi de 162. Portanto, desde quando o órgão foi fundado, teve 182 afiliados entre homens e mulheres - considerado o quadro de sócio(as) efetivos(as) - tendo as mulheres representado daquele total apenas 10,9%. Por outro lado, ao contrário do que ocorreu na década de 1930, quando a atuação política voltada para interesses femininos era uma constante nas associadas, da década de 60 em diante não se observa tal participação por parte das mulheres sócias efetivas do IHGP, seja qual for o seu viés, exceção feita a Teresinha Pordeus que publicou obra sobre as mulheres na história da Paraíba, como foi dito, embora seja uma atitude que não se articulou a uma militância política.

Interessante observar não se poder deduzir que uma maior atuação política organizada de mulheres, por si só, tenha sido o fator determinante para associá-las ao IHGP, já que se comparando o período da década de 1930, com o período compreendido pelas décadas de 1940, 1950 e 1960, quando aquela atuação política organizada foi mais intensa, se percebe que associação de mulheres ou inexistiu ou foi muito pequena. Mesmo durante a guerra elas se mobilizaram, contra as simpatias da ditadura varguista pelo nazi-fascismo, pela declaração de guerra após o afundamento dos navios brasileiros ao Eixo e pelo envio de Força Expedicionária Brasileira para o *front*. No pós-1945 a luta organizada das mulheres se expande, mesmo que não tenha exatamente um cunho feminino, como é da luta travada pela Associação de Donas-de-casa Contra a Carestia, criada na década de 50 e que sobreviveu à ditadura militar (Tabak, 2002, p. 46).

Após 1975, o movimento de mulheres ganha novo impulso, tornando-se “feminista”, ou seja, direcionando-se para as questões mais ligadas às mulheres (Tabak, 2002, p. 49-56). Note-se ainda que nenhuma das associadas ao IHGP, nas décadas de 60 e 70, chegou a militar em entidades feministas: nem mesmo chegaram a articular movimentos femininos conservadores ou reacionários, como aqueles anteriores e posteriores ao golpe militar de 1964, em várias partes do país, um fenômeno registrado por June Hahner (1978, p. 148-158; Tabak, 2002, p. 42). Eram mulheres mais articuladas com atividades eminentemente culturais, como a educação e a escrita literária e científica. Apenas Waldice Porto teve uma certa militância na Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba, entidade que não é voltada para os direitos femininos.

Quanto ao IHGP, ao contrário do que se poderia supor pela multiplicação de instituições universitárias no estado e em João Pessoa, como também pelo mencionado caráter ornamental e social de muitas de suas atividades, ele vem se reproduzindo e mesmo se expandido como instituição cultural, desde sua criação em 1905. É uma instituição cultural secular. Tal consideração tem por base vários fatos que mostram o quanto o instituto localizado atualmente à Rua Barão do Abiaí, nº 64, e fundado em 7 de setembro de 1905: ao longo do tempo, o IHGP garantiu para si uma infra-estrutura própria com três andares, onde funcionam: *hall* de entrada, a sala da presidência, o Auditório Humberto Nóbrega, biblioteca, um arquivo móvel, uma hemeroteca, um museu (em organização definitiva), Setor de Obras Raras Flávio Maroja, espaço para a realização de pesquisas, pinacoteca. Há um Boletim Informativo Mensal e a sua revista, cujo título é sempre Revista

do Instituto Histórico e Geográfico, não havendo nomes para os fascículos (França, 1999, p. 49-54).¹⁹

Voltando à questão das relações de gênero, a crescente participação feminina no IHGP pode demonstrar duas coisas: primeiro que a instituição não estava fechada às mudanças mais gerais ocorridas na sociedade, onde as mulheres crescentemente passavam a atuar com destaque individual ou não (Falcão, 1996, p. 211-231; Tabak, 2002). A explicação para entrada delas na única instituição de “alta cultura” estadual, deve ser buscada num conjunto de fatores de natureza sócio-econômica, como a condição de classe média, de ordem cultural geral e individual, expressos pelo avanço das necessidades informacionais na sociedade e o nível educacional de cada uma delas, e políticos, demonstrados tanto pela militância política em geral, como pela atuação em defesa dos direitos da mulher, expressa no feminismo “bem comportado” (Pinto, 2003, p. 13-15).

Os critérios relacionais não devem ser desconsiderados, pois integravam um círculo social onde as pessoas que tomavam decisões de associação ou nelas influenciavam, também estavam presentes como, por exemplo, Flávio Maroja que presidiu o IHGP durante 24 anos, de 1907 a 1932, quando foi eleito Presidente de Honra,. Para não mencionar que ele também era político de prestígio, tendo sido Vice-presidente do estado de 1920 a 1924 (IHGP, 1995, p. 190). Olivina Oliva chaga a dizer abertamente no seu discurso de posse que entrou “pela mão” do então Presidente de Honra do IHGP. Sobre a genealogia das mulheres, pode-se afirmar que a maioria delas, no período estudado, tem um passado familiar de prestígio ou relações pessoais com os membros da elite intelectual da cidade encastelada no IHGB.

¹⁹ Além do artigo mencionado, pautou-se por informações do presidente atual da instituição, Luiz Hugo Guimarães (Informação verbal).

Algumas fizeram questão de relembrar tal passado através de escritos: Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Analice Caldas e Albertina Correia de Lima são exemplos claros de tal vinculação com o passado, legitimando-se pelos membros masculinos da família. Esta última biografou o avô e o irmão.²⁰ No caso dos critérios relacionais, o caso mais evidente pode ser percebido no discurso de posse de Olivina Olívia Carneiro da Cunha: nele, a conceituada professora explicita que sua entrada no IHGP se dá por interferência direta do presidente da Instituição. Somado a isto, tem-se um currículo de respeito, um passado “nobre” e atuação política feminista ou não na sociedade da capital (IHGP, 1937, p.109-115).

A revista do IHGP

De acordo com Peter Burke (2003, p. 19) a instituição da imprensa gráfica mecânica teve conseqüências importantes para a produção do (s) conhecimento(s), pois possibilitou a sua difusão e publicização, além de “facilitar interação entre diferentes conhecimentos”, como também padronizou-o (s) permitindo a comparação em diferentes lugares por diferentes pessoas de escritos e iconografias, como também desenvolveu o ceticismo “ao permitir que a mesma pessoa comparasse e contrastasse explicações alternativas e incompatíveis do mesmo fenômeno ou evento”. No Brasil, a imprensa só veio a se instalar em 1808, com a vinda da família real. Além disso, pesava sobre ela, antes e depois daquela data, havia um controle muito grande por parte do estado metropolitano, da administração colonial e da igreja católica através do Tribunal do Santo Ofício: além de proibir a atividade industrial em geral em 1720,

²⁰ As obras são *traços biográficos de Lindolpho José Correia das Neves* (1953) e *João da Mata* (1951), de acordo com Trindade (2002, p. 25-27)

tentativas de organizar uma manufatura gráfica foram reprimidas duramente (Zilberman, 2005, p. 68-71).

Apesar do clima de tensão permanente, da inexistência de tipografias até 1808, do difícil acesso às tipografias da metrópole, e da não formação de um público leitor, alguma atividade de produção de conhecimento era desenvolvida. As academias do século XVIII são exemplos de tais iniciativas “coletivas”, mesmo que tenham tido curta duração. Este passado em grande parte iletrado – considere-se a população de índios alfabetizados escravizados e negros escravos – tem um peso histórico no desenvolvimento posterior da sociedade brasileira: “em 1970, a ‘chamada cultura (...) brasileira’ não chegaria a atingir com regularidade e amplitude, 50.000 pessoas, num país de 90 milhões de habitantes (Schwarcz *apud* Mota, 1990, p. 22). Se a situação era esta em 1970, imagine-se nas décadas anteriores à massificação da escola: Horácio de Almeida (1997, p. 165-166) registra que “Minguada era a produção em prosa e verso e mais minguado o grupo de leitores”. Este autor acrescenta que os jornais paraibanos ao longo do império eram usados mais politicamente do que para outros fins e que tal situação só mudará nas décadas iniciais do século XX.

Um país de analfabetos e elites desinteressadas em disseminar cultura em termos sociais amplos, o que só tenderá a acontecer durante o Estado Novo, quando um nacionalismo de massa e não somente cultural ou somente de vanguardas se desenvolve no Brasil (Gomes, 1996, p. 20). Mas, havia a consciência por parte dos membros do IHGP da importância de um instrumento de divulgação de suas atividades, desde o início de sua fundação, como demonstram os comentários sobre a edição do primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, em 1909, quatro anos depois de sua fundação: era uma forma de mostrar a importância da instituição, de relacionar-se com outras instituições

culturais, de criar um público leitor, enfim, de legitimar-se e de se fazer presente para além da sua sede e das atividades nela realizadas, mesmo que seus membros pudessem se deslocar para atividades externas e que suas vidas não estivessem reduzidas ao Instituto.

Pelo menos dois trabalhos se preocuparam em tecer comentários sobre a Revista do IHGP. O primeiro deles é de L. H. Guimarães (2000, p. 37). O autor menciona a organização de uma Comissão de Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 11 de setembro 1906, ressaltando a “ansiedade” dos sócios para publicar uma revista. No entanto, já havia decorrido um ano da fundação do Instituto. Como mostra o quadro sobre sua periodicidade e editoração houve uma vinculação estreita da publicação da revista com autoridades governamentais paraibanas durante muito tempo. Mesmo assim, na República dos Letrados, de forma um tanto paradoxal, tal vinculação não seria retribuída com uma publicação regular – anual - da revista, já que durante largos períodos a sua edição não se efetivou, em que pese o fato de haver trabalhos a serem publicados. À parte possíveis excessos analíticos, de acordo com o mesmo Luiz Guimarães (2000, p.38), o seu primeiro número teria divulgado “bastante” a Paraíba, nacional e internacionalmente. Por outro lado, não dá uma explicação sobre por que após 1912, a publicação é interrompida até 1922: apenas há o registro, em forma de lástima.

Lembre-se que durante alguns anos deste período, foi presidente do Brasil o paraibano Epitácio Pessoa, e que este canalizou verbas “colossais” para a capital e para o estado como um todo, verbas estas que foram apropriadas de forma privada beneficiando políticos, comerciantes, técnicos, fornecedores e proprietários rurais. Acrescente-se que a oligarquia epitacista é considerada mais “ilustrada” do que sua rival alvarista (Arruda, 2000, 162-170) e, no entanto, somente no ano que deixa a presidência ela volta a circular: portanto a ausência de recursos não pode ser o argumento para o descaso para com a

publicação da revista. Horácio de Almeida (1997, p.165-166) fornece uma pista: a “modorra” intelectual que fazia parte da história da Paraíba, haja vista que somente nas décadas iniciais do século XX começa a acontecer algo de significativo em termos de renovação da tradição clássica.

Este último autor sequer cita a fundação do IHGP em 1905, embora faça menção ao Cônego Florentino Barbosa como espírito renovador, sendo que este era sócio do IHGP. Horácio de Almeida parece ter cometido um lapso. Além disto, lembre-se, antes e depois de 1930, o IHGP esteve bem próximo e foi o suporte institucional de pessoas ligadas intimamente às oligarquias da Primeira República, ou mesmo oligarcas, como o Presidente Álvaro Machado, sócio-fundador, estavam presentes. Some-se a isto o fato de Epitácio Pessoa ter sido Presidente da República no período e que o próprio instituto foi criado em meio a um clima de pacificação política entre as oligarquias paraibanas (Guimarães, 1998, p. 18). Não se compreende o que levaria a tais interrupções: a mais longa foi de 1912 a 1922.

Relativamente ao nosso período de estudo – de 1934/35 a 1979 – muitos números foram publicados por editoras públicas e algumas vezes com o aval direto de governantes, como foi o caso dos números 7 e 8, de 1932 e 1934/1935, que saíram sob “patrocínio” direto dos interventores, Antenor Navarro e depois Gratuliano de Brito. Durante o Estado Novo, a revista não circulou considerando que a de número nove saiu antes do golpe de novembro de 1937. Antes e depois de 1930, as interrupções na publicação continuaram, sendo que diminuíram bastante a partir dos anos 90, do século passado. A coisa era tão séria que um número teve de ser publicado em Teresina, Piauí: a revista n.º 27 (Guimarães, 1998, p.232).

Na Revista do IHGP n. 10, de jun./1946, a Comissão de Redação informa que a revista sofreu um “colapso”, tal a duração da falta de sua publicação. Longos períodos são passados sem que a revista saia: 1913 a 1921, nove anos; 1923 a 1927, cinco anos; 1938 a 1945, oito anos; na década de 60, só três números são publicados; na década de 80, apenas duas revistas são publicadas. Mas, o esforço dos sócios ou precisamente de alguns deles, as relações com o poder, os postos institucionais que alguns membros ocuparam – Humberto Nóbrega foi nomeado reitor da UFPB, quando ocupava a presidência do Instituto (Guimarães, 1998, p.153) – os convênios firmados, têm mantido a sua publicação, e nas décadas de 70 e 90 do século passado, chega-se quase a tão sonhada edição anual ou semestral, ocorrendo um retrocesso na década de 80. Para explicar a inconstância ou ausência de periodicidade da revista, há pistas que relacionam esta situação a uma dinâmica interna ao Instituto, caracterizada pela ausência de planejamento e por um certo descaso mesmo dos principais envolvidos na organização e publicação da revista, que formavam a Comissão da Revista. (RIHGP n. 8, 1934, p. 159-160)

Outra intervenção abordando a revista foi a publicação do *Índice da Revista do IHGP*, “que abrange todas as revistas até a de nº 27, apresenta[ndo] indexação por autor, assunto e título dos artigos publicados” (Guimarães, 1998, p. 235). Retomando o tema da editoração, Luiz Hugo Guimarães (1998, p. 142) fala em “dificuldades naturais” de editoração. Na Revista n. 10, para justificar a total irregularidade editorial, comenta-se que “entre outros” havia um acúmulo de serviços na Imprensa Oficial, que publicava a Revista desde o primeiro número: ora, o penúltimo número havia sido editado em 1937! Outros fatores pesavam nesta situação que talvez não pudessem ser explicitados por dizerem respeito à ausência de envolvimento de sócios efetivos. Assim, a própria ausência de planejamento e mesmo alguma inoperância de algumas diretorias e da Comissão de

Redação da Revista, contribuía para tal situação, grave por sinal, considerando que se tratava do órgão de articulação cultural do IHGP por excelência. Eis um quadro da publicação da revista:

QUADRO XIX: EDITORAÇÃO DA REVISTA

REVISTA	NATUREZA	EDITOR
n. 1/1909-1910	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/João Pessoa
n. 2/1910	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 3/1911	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 4/1912	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 5/1922	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 6/1928	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 7/ 1934 -1935	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 8/1935	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 9/1937	Pública/estadual	Imprensa Oficial do Estado da Paraíba/ João Pessoa
n. 10/1946	Pública/estadual	Dep. de Publicidade do Estado/PB/João Pessoa
n. 11/1947- 48out./1949	Pública/estadual	Dep.de Publicidade do Estado/PB/João Pessoa
n. 12/1953	Privada	Editora Teone Ltda./João Pessoa
n. 13/1958	*****	Não consta referência
n. 14/1961	*****	Não consta referência
n. 15/1964	Privada	Gráfica A Imprensa/ João Pessoa
n. 16/ 1968	Pública/federal	Imprensa Universitária da Paraíba/ João Pessoa
n. 17/1970	Pública/federal	Imprensa Universitária da Paraíba/ João Pessoa
n. 18/1970-1971	Pública/federal	Imprensa Universitária da Paraíba/ João Pessoa
n. 19/1971	Pública/federal	Imprensa Universitária da Paraíba/ João Pessoa
n. 20/ 1974	Pública/federal	Imprensa Universitária da Paraíba/ João Pessoa
n. 21/1975	Pública/federal	Imprensa Universitária da Paraíba/ João Pessoa
n. 22/1979	Pública/estadual	Secretaria da Educação e Cultura/PB/ João Pessoa
n. 23/1984	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 24/1986	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 25/1991	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 26/1995	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 27/1995	Privada	Editora Halley S/A – Teresina/PI
n. 28/1995	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 29/1996	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 30/1998	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n.31/1999	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 32/fev./2000	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 33/set.2000	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 34/maio 2001	Pública/federal	Editora Universitária/UFPB/ João Pessoa
n. 35/mar.2002	Pública/estadual ²¹	Não consta o nome da editora
n.36/set.2002	Pública/estadual	Não consta o nome da editora

Fontes: (Guimarães, 2000) e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

²¹ Considera-se que a publicação dos números da revista do ano de 2002 foi feita através de poderes públicos estaduais devido a informações constates na Apresentação de ambas, pois não há ficha catalográfica ou indicativo em outra parte de qual a editora. Muito provavelmente a Editora A União, de propriedade do governo estadual.

Assim, consta na Revista n. 16 que,

“Este número marca o início de nova e promissora época da vida da REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, uma vez que a circulação obedecerá a plano devidamente estruturado, tendo em vista a regularidade do aparecimento assim como a seleção de textos.”

Exemplo da morosidade mencionada, o que livra os sócios da acusação de inatividade é o da Revista nº 11, elaborada em 1947: só foi publicada em 1949, após serem removidos os conhecidos “óbices” e diante dos “esforços do Dr. Clóvis Lima, Presidente do IHGP, junto ao Dr. José Mário Pôrto, Secretário do Interior e Segurança Pública, “sob os auspícios do qual temos o prazer de distribuir o presente tomo” (Revista do IHGP, 1949). Para a irregularidade editorial também teriam pesado fatores econômico e político-institucional de dependência do governo estadual em certo período (Dias, 1996, p.45-46). Lembro que em parte do período analisado por esta autora, a Primeira República, a carência de recursos não é constatada para outras atividades, como já foi mencionado, quando Epitácio Pessoa foi Presidente da República.

Concluindo este ponto, outro aspecto importante deve ser mencionado. Diz respeito à qualidade técnica da editoração em geral, tanto da estruturação da revista, como dos trabalhos, parece ter sido prejudicada, por conta do descaso dos responsáveis: na Revista n. 16, na parte intitulada, *Prosseguindo*, consta que “O presente número ressen-te-se de imperfeições de ordem técnica, sobretudo, no tocante à distribuição da matéria visto não ter sofrido a devida supervisão dos dirigentes da publicação”. Ainda hoje, quando da publicação de alguns trabalhos como as plaquetes já mencionadas sobre historiadores paraibanos, pequenos detalhes que pesam, como a ausência de datação da publicação em

algumas delas são percebidos, sugerindo um esforço que requer mais apreciação técnica mantendo-se a determinação para produzir conhecimento.

As escritas históricas da revista: uma visão geral

Além de Lília M. Schwarcz (1993), que já foi mencionada, outros autores já se detiveram sobre o conteúdo da revista de institutos históricos – de acordo com Margarida Maria Santos Dias (1996, p. 15) pelo menos mais três autores, quais sejam: Maria Arminda do Nascimento Arruda (1986), que pesquisou a “mineiridade”; Ieda Gutfreind (1989) que trabalhou com a construção da identidade rio-grandense do sul; e José Murilo de Carvalho (1981), a respeito da idéia do nacional – visualizando a possibilidade de tê-las como fontes históricas para se entender uma parte importante da produção intelectual na área de História e para entender a própria dinâmica dos institutos históricos.

Nas revistas do IHGP não eram publicados somente documentos disciplinares, ou seja, artigos ligados a uma determinada área do conhecimento: havia também relatórios, atas de reunião e outros documentos. Assim, neste ponto da pesquisa considera-as sob dois pontos de vista: o formal, que diz respeito a uma tipologia do que foi publicado, e outro que diz respeito aos temas, já que uma análise mais abrangente, ou seja, de toda a produção e não só sob os aspectos delimitados na Introdução, não é objetivo desta pesquisa. Há pelo menos dois trabalhos que se referem à escrita histórica da revista: o já citado trabalho de Margarida Maria dos Santos Dias (1996) e outro de Ataídes Cassimiro da Silva (1999, p. 167-182). Neste último artigo, percebi a ausência de uma análise do ponto de vista ideológico, que o autor se propôs a fazer.

No que se refere ao primeiro trabalho, é resultado de uma pesquisa de mestrado em Sociologia. A autora empenha-se em considerar criticamente a Revista e o IHGP, o que sem dúvida constitui-se como uma prática histórica pertinente e atual. No entanto, a visão crítica do seu trabalho é apressada em alguns pontos, implicando em alguns equívocos. Como não é intenção fazer um resumo crítico da obra, destacamos apenas alguns aspectos que dizem respeito à análise historiográfica. O primeiro ponto que levanto diz respeito ao entendimento de que o conjunto de textos publicados na revista, não só nela e por grupos ligados ao IHGP, “peca pela repetição, parcialidade exagerada, [e é] restrita a ‘figurões’” (Dias, 1996, p.25).

Entendo que existe uma produção ligada aos grandes personagens paraibanos, mas daí a afirmar, na década de 90, que toda a produção se restringia a se debruçar sobre tais personagens é um equívoco que remete à necessidade de uma leitura mais atenta e ampla da revista. Exemplos da ausência de base documental àquele comentário são: Manuel Tavares Cavalcante, que tratou da questão fundiária na *long dureé* paraibana; de Celso Mariz, sobre histórica econômica paraibana; pelo menos um artigo de Olivina Oliva Carneiro da Cunha, sobre as associações civis do início do século. Estes são trabalhos que indicam a impropriedade da generalização sobre a produção da revista, acima mencionada (Dias, 1996, p. 25).

Como se deduz do exposto há uma continuidade sim, mas não nos termos definidos pela autora, mas quanto à produção da cultura histórica paraibana, tanto por parte de José Octávio de Arruda Melo, quanto por parte de outros autores sensíveis às mudanças ocorridas na disciplina, durante o século passado. De certa forma, os comentários historiográficos da professora Margarida Maria Santos Dias podem ser entendidos a partir do que Jaime Pinsky (2002, p. 18) coloca como sendo uma espécie de maniqueísmo

histórico-epistemológico: tudo que “nós” produzimos integra a boa história, comprometida com os avanços da ciência e outras auto-adjetivações, enquanto aquela produzida por “eles” é em grande parte inútil, conservadora, ultrapassada. Portanto “Não havia por que perder tempo com investigações cansativas e análises de situações concretas, pois em qualquer período da História, em qualquer latitude do planeta, era possível identificar os bons e os maus, quem era nosso e quem era deles”.

Embora se deva buscar perceber a dimensão política do conhecimento histórico, à medida que este pode interferir na ação vital das pessoas em sociedade e, portanto, na defesa e organização de seus interesses e práticas, é importante e fundamental que as críticas estejam respaldadas documentalmente e que se procure perceber as possíveis contribuições dos mais variados autores e autoras, de forma a não se produzir juízos de valor preconcebidos, implicando em análises “autorizadas”, para usar um termo de Carlos Guilherme Mota (1990) em *Ideologia da Cultura Brasileira (1930-1973)*, sobre a produção histórica que se pauta pelo “respeito” ao historiador ou autor que a produziu, sem que este tenha realmente trabalhado o tema em termos de pesquisa histórica, inibindo o senso crítico dos que a ela têm acesso e limitando o alcance do conhecimento produzido.

Havia e há nas revistas publicações que não se identificam com a pesquisa histórica ou qualquer outra pesquisa, formando um conjunto onde “domina um caráter acadêmico (...) trabalhos mais *ornamentais e sociais, como comemorações, necrológio, elogios históricos, conferências e discursos* [grifo nosso]” (Rodrigues, 1982, p. 37). Considerando – como já foi indicado - que o conjunto do que foi publicado na Revista pode servir como fonte à pesquisa histórica, conceituamos como “documento” tudo que foi publicado. Esta documentação pode ser classificada assim: artigos, documentos históricos, relatório de

atividades institucionais, atas, lista de sócios, algumas fotografias sociais e ornamentais, necrológio.

As revistas do IHGP são publicações que reúnem os mais variados documentos, inclusive atas e relatórios das atividades institucionais. Tal diversidade permite a sua utilização com objetivos de pesquisa e de ensino: de pesquisa porque tanto as atividades do IHGP podem se constituir como tema para estudos, como também os artigos publicados nelas podem ser o que José Honório chama de documento historiográfico. Podem também referenciar pesquisas históricas: há trabalhos de relevância duvidosa, mas, no conjunto, a produção é rica e diversa, e boa parte de seus autores são pessoas que gozam de credibilidade no meio cultural histórico, como Maximiano Lopes Machado, Celso Mariz, Manuel Tavares Cavalcante, Horácio de Almeida para citar apenas os clássicos da produção histórica paraibana. Um quadro dos autores mais produtivos é reproduzido abaixo, objetivando demonstrar quem publicou na revista com mais assiduidade. Como a quantidade de homens relativamente à quantidade de mulheres foi sempre maior, não causa surpresa que aquelas pessoas mais assíduas sejam do sexo masculino:

**QUADRO XX: AUTORES MAIS PRODUTIVOS DA REVISTA DO IHGP:
1909-1993**

Autor	n.º de arts.	%
Coriolano de Medeiros	16	3,9
Francisco Gomes de Lima	12	2,9
Florentino Barbosa	10	2,4
Irineu Pinto	10	2,4
José Leal	10	2,4
José Octávio de Arruda Melo	9	2,2
Sebastião de Azevedo Bastos	9	2,2
Wilson Seixas	9	2,2
João da Veiga Jr.	8	1,9
Celso Mariz	7	1,7
Outros	311	75,8
Total	411	100

Fonte: (Silva, 1999, p. 169)

De acordo com levantamento do autor (Silva, 1999) 150 autores – e autoras, acrescente-se – publicaram trabalhos nas revistas, de 1909 a 1993. Recenseados os autores acima, percebe-se que dez sócios efetivos são responsáveis por 24,2% de toda a produção, o que demonstra que dentro do IHGP há um grupo mais produtivo. Quanto à utilização da revista no âmbito do ensino de História grande parte dos documentos publicados tem validade epistemológica. Na medida em que são produtos da pesquisa histórica podem servir para a instrução histórica, como também os documentos históricos publicados, podem ser utilizados como meio de ensino na perspectiva atualíssima de que a pesquisa pode ser desenvolvida em sala de aula, objetivando promover no alunado o desenvolvimento da capacidade criativa e crítica. Dentre estes documentos estão as iconografias publicadas na revista e sobre as quais Circe Bittencourt (2002, p. 86-89) já formulou proposta de trabalho.

Não fica(m) evidenciado(s) o(s) critérios de avaliação que orientou(ram) Carlos Guilherme Mota quanto ao relativo caráter desimportante e o desligamento de problemas maiores das monografias produzidas no Brasil, o que não ocorreria nos centros mais avançados de pesquisa. Além disto, pode se dizer que é preciso um conjunto bem maior de referências, pois para tal afirmação tão generalizadora: seria necessário conhecer o conjunto da produção de EUA, França, Inglaterra, Alemanha e outros países avançados, bem como a sua total pertinência. Para demonstrar o excesso de juízo crítico, citamos alguns exemplos: na Inglaterra, Eric Hosbawm (1987, p.273-297) criticou acertadamente a obra de E. P Thompson sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, não questionando a temática.

Na França, por sua vez, trabalhos disseminados abundantemente, inclusive influenciando estudos em outros países na linha da pretensa Nova História, sofrem críticas consistentes e persistentes, não por suas temáticas, mas sim pela abordagem: no Brasil, tais

críticas são iniciadas por Ciro Flamarion S. Cardoso na obra *Ensaio Racionalistas* e na França nunca foi consenso que exista uma Nova História, a qual teve seu maior crítico em François Dosse (2003), em *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Para encerrar este ponto, apresento um quadro e comentários sobre o conteúdo das revistas em termos dos “domínios da história”, ou seja, da relação que os trabalhos publicados guardam com as áreas da História, desde sua publicação até o último número.

A maior quantidade de trabalhos incluída como História da Paraíba – como indica o Quadro XXI – aumentaria, caso fossem incluídos os dados sobre religião, imprensa e política como sendo assuntos de História da religião, da imprensa e da política paraibana. Isto sem falar que o recorte História da Paraíba é de natureza política. Mas em pesquisa que foi feita para atualizar o quadro, nos números publicados posteriormente a 1993, quando o trabalho do autor acima citado foi encerrado, encontrei uma diversidade temática maior: ensaios ou artigos sobre história dos intelectuais paraibanos, história da educação na Paraíba, história local (de cidades, paraibanas), história regional (poucos), história militar, história cultural (poucos), história social do operariado, história institucional, história econômica, história da América (poucos), estudos etnográficos, história das mulheres, história do imaginário (somente um, no n.28, de out./1995), história fundiária. Quase todos os temas são fenômenos da realidade histórico-social paraibana.

Estes enquadramentos dos temas objetos da atenção dos vários autores e autoras não é muito rigoroso, mas serve para indicar – sem anacronismos – proximidades ou afinidades entre os vários trabalhos publicados na revista e a dinâmica histórica da disciplina de história. Uma ampliação requereria um estudo das abordagens presentes, o que foge ao

interesse da presente pesquisa fazê-lo relativamente ao conjunto de todos trabalhos, senão aqueles publicados por mulheres e no período delimitado.

QUADRO XXI: PREDOMINÂNCIA DOS ASSUNTOS NA REVISTA DO IHGP, POR SEXO DO AUTOR E POR TEMA: 1909 –1993

Assunto(s)	Número de artigos por sexo do autor				TOTAIS POR TEMA	
	Masc.		Femin.		Número	%
	N.	%	N.	%		
Hist. da Paraíba	161	39,2	13	3,1	174	42,3
Política	40	9,7	-	-	40	9,7
Biografia	29	7,0	4	1	33	8,0
Religião	2	5,4	-	-	22	5,4
História do Brasil	16	3,9	5	1,2	21	5,1
Geografia da Paraíba	20	4,9	-	-	20	4,9
Medicina	14	3,4	-	-	14	3,4
Genealogia	12	2,9	-	-	12	2,9
Imprensa	12	2,1	1	0,3	10	2,4
Arqueologia	9	2,1	-	-	9	2,1
Outros	52	12,6	4	1	56	13,8
Total	384	93,4	27	6,6	411	100

Fonte: (Silva, 1999, p. 170)

Considerando que não há uma relação direta entre temas e escolas históricas, relação que não é de exclusividade, mas de preferência, pode-se dizer que na revista não se tem uma predileção exagerada por um tema como história política, por exemplo. Além disto, pela diversidade acima mostrada, entendo que a revista esteve aberta às temáticas que se afirmam no decorrer do século XX, o que depõe a seu favor – e dos sócios efetivos – enquanto instrumento de trabalho em termos de ensino, de pesquisa, de divulgação do conhecimento histórico e, portanto, da criação de uma cultura histórica, mesmo como todos os limites apresentados na sua publicação principalmente a irregularidade.

Três últimos comentários para finalizar o presente capítulo. Um primeiro diz respeito à iconografia presente na revista, a qual compõe-se inicialmente de um conjunto variado e propriamente histórico. Assim, se associava aos textos de História determinadas ilustrações objetivando um maior enriquecimento do trabalho. Depois tendeu-se a usar as

ilustrações com fins quase unicamente decorativos, ornamentais e sociais, ressaltando o aspecto de menor alcance das atividades institucionais. O segundo comentário diz respeito à afirmação generalizada de paroquialismo (Silva, 1993, p. 170) relativamente aos trabalhos que abordam aspectos da história da Paraíba, por desprezarem a relação com o conjunto mais amplo da formação social brasileira.

Não corresponde à verdade esta generalização: há trabalhos que realmente não fazem uma totalização histórico-social do objeto abordado, mas outros o fazem, como por exemplo, os trabalhos: de Pedro Nicodemos (1958, p. 63-73) intitulado *Aspectos ideológicos da colonização lusa*, de Clóvis Lima (1961, p. 21-37) intitulado *Causas e efeitos das migrações nordestinas*, e Celso Mariz (1961, 15-20), que prefacia uma obra sobre a passagem da coluna Prestes por Piancó (1961, 15-20). Os exemplos se multiplicariam. Sobre a escrita histórica pretendida no IHGP, Celso Mariz (1958, p. 27) afirma que “visávamos, sobretudo, desde os começos o enfeixamento em letra da nossa movimentada crônica, com suas *ligações e reflexos na História Geral do Brasil* [grifo nosso]”.

Ora, da citação e dos artigos mencionados se deduz, no mínimo, que esta era uma questão que recebia a atenção senão de todos, pelo menos de vários dos sócios do IHGP. O que se pode dizer também é que este ponto – o de construir uma História da Paraíba inserida no contexto histórico nacional e internacional – era ou ponto de *divergência*, caso alguns tivessem a convicção de desnecessidade de contextualizações amplas, ou ponto de *diferença*, caso entenda-se que simplesmente alguns não tinham maturidade intelectual suficiente para proceder a tal contextualização. Entendo que à medida que o IHGP vai incorporando sócios e sócias com formação na área de História, o paroquialismo vai

perdendo terreno. Lembro que a ausência ou não de contextualização histórica-social está na ordem do dia das discussões histórico-epistemológicas.

A última consideração diz respeito às possíveis divergências teóricas presentes nos trabalhos. Um detalhamento acerca delas demandaria, claro, uma análise de todo o conjunto da produção publicada na revista, o que não é objetivo desta pesquisa. No entanto, visualizei duas tendências na referida produção: uma que Celso Mariz (1958, p. 22) defendia e que pode ser humanista racionalista, e outra que pode ser chamada de espiritualista. No texto citado de Celso Mariz, não se faz menção direta à existência de autores que subordinam a ação do homem no tempo – factual ou estrutural – mas, pela leitura de vários textos, pode se perceber que a briga maior entre os sócios do instituto era justamente no sentido de humanizar a história, ou seja, de atribuir ao ser humano a responsabilidade pela sua própria história, bem como se ter como objetos de estudos fatos históricos humanos.

Não descambando, assim, para uma história sobre santos, suas relíquias, sobre as ações divinizadas da igreja ou sobre fatos históricos onde o sobrenatural se sobrepõe ao racional para explicá-los. O exemplo acabado desta última corrente é uma carta escrita por Júlia Leal (1958, p. 23-24) publicada na revista, sobre a qual faço comentários no capítulo seguinte. Feitas estas considerações sobre o suporte institucional da revista, e sobre a própria revista, passo à análise dos textos de autoria feminina. A masculinidade que predominava na instituição e na própria revista cobrará seu peso na escrita histórica das mulheres e funcionará como espelho para a grande maioria delas.

CAPÍTULO IV

Cultura histórica e mulheres no IHGP: 1934-1979

Objetivando proporcionar uma visão ampla sobre as mulheres, em termos de quantos e quais trabalhos analiso, como também sobre suas práticas profissionais, construí o quadro abaixo, que inclui ainda as datas de nascimento e morte, quando foi possível encontrar. Eis os dados:

QUADRO XXII: AS MULHERES, OS TEXTOS ANALISADOS E DADOS BIOGRÁFICOS

Autora	Profissão e outros dados	Obras/anos de publicação	Nascimento e morte
Olivina O. C. da Cunha	Professora (1904). Ensinou em vários níveis do ensino, inclusive na Escola Normal Oficial.	(1) Associações de Outrora (1946), (2) Curemas (1948), (3) As nossas praias e a História (1953), (4) Origem e Evolução da Igreja do Bom Jesus (1958), (5) A fundação do Liceu Paraibano (1961), (6) Comendador Joaquim Manoel Carneiro da Cunha (1968).	26/05/1892 e 12/03/1977, em João Pessoa.
Albertina C. de Lima	Bacharela em Direito (1931)	(7) Traços biográficos de Lindolfo José Correia das Neves e João da Mata Correia Lima (1953), (8) João Alves Sanches Massa (1958).	Faleceu em 18 de março de 1975.
Júlia Leal ou Júlia Verônica dos Santos	Educadora (não é mencionado se tinha formação profissional).	(9) Carta da Professora Júlia Leal da Cidade de Areia endereçada a um parente (1958).	Nasceu em Areia – PB, 1868 e faleceu em 1970.
Eudésia Vieira	Casada, Professora Primária (1911), Médica.	(10) Dom Moisés Coelho (1958), (11) Uma biografia (1961).	08/04/1894, na povoação de Livramento, no município de Santa Rita e 16/07/1981, em João Pessoa.
Vilma dos S. Cardoso	Casada ²² , Professora Universitária/UFPB, Doutora em História.	(12) Fatos da História da Fortaleza de Santa Catarina (1968), (13) Os índios Caririrs e a formação do sertanejo paraibano (1974).	Faleceu em 1975.
Waldice Porto	Contadora, Bacharela em Direito, Funcionária pública.	(14) A Lei do Ventre Livre (1971), (15) O elemento servil na transformação Brasil Colônia-Império (1974).	Nasceu em 27 de outubro de 1937, em João Pessoa.

Fontes: (Santana, 2000; IHGP, 1995).

Arquivo Flávio Maroja do IHGP. A7GIP54 – DS/SE(V/Z)

Revista Memorial do IHGP: edição comemorativa dos 90 anos de fundação (1905/1995)

Revistas do IHGP, n. 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20.

²² O Prof. José Octávio de Arruda Mello sabia do estado civil de Vilma Cardos dos Santos Monteiro, pois era seu colega de departamento (Informação verbal).

Para explorar as fontes, serão dados os seguintes passos: estabelecer os objetos de estudo delimitados pelas autoras; perceber como eles foram abordados, o que implica buscar sujeitos históricos presentes nos textos e discernir aspectos teórico-metodológicos, bem como, por sua vez, quais os tipos de explicação histórica (Topolski *apud* Cardoso, 1992, p. 75); observar aspectos formais que são, fundamentalmente, se têm referências bibliográficas e fontes históricas indicadas; avaliar a contribuição historiográfica de cada trabalho; comparar com alguns trabalhos produzidos no mesmo período e na mesma revista por homens, por amostragem. Após isto, na conclusão, produzir uma contextualização dos resultados, objetivando responder à questão delimitada. Importa acrescentar que a ordem de apresentação e análise dos textos segue a mesma ordem de publicação das revistas. Quando possível, além da referência ao número da revista, inclui um comentário que indica um traço significativo da produção feminina à qual me refiro.

Os trabalhos na RIHGP de 1946

Embora tenham entrado em número relativamente elevado na década de 1930 no IHGP, as mulheres só começam a publicar na revista a partir da década seguinte. Em 1946, é publicado um trabalho de Olivina Olívia Carneiro da Cunha (1946: 93-97), bem interessante para se compor um padrão comportamental do final do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, estendendo-se até a década de 30, sem entrar em detalhes. O trabalho foi intitulado *Associações de Outrora* e originalmente uma palestra pronunciada em 1937. Quase dez anos antes da sua publicação! O objeto é conjunto de clubes que reunia

moços e moças “de escol” da capital paraibana, ou seja, de famílias bem colocadas socialmente. A autora destaca o clube Benjamin Constant, fundado em 1899.

Os objetivos desse clube eram bem amplos e, de acordo com a descrição da autora, as pessoas reunidas no clube pretendiam desenvolver sentimentos morais e cívicos, a fraternidade universal, a reverência ao passado e a construção do futuro e, por último, o gosto pela instrução científica, literária e técnica. Este clube Benjamin Constant chegou a publicar uma revista e, em seu primeiro número, conta com sonetos da poetisa Stelita Viana, bem como com a colaboração de Coriolano de Medeiros, um historiador de vários trabalhos sobre a Paraíba e sócio-fundador do futuro IHGP, em 1905 (Guimarães, 1998, p. 23). Também foi publicado um trabalho sobre 1817, por João Carneiro Monteiro, tema caro ao regionalismo histórico paraibano.

O Clube 7 de Setembro, fundado em 1900, e extinto em 1906, desenvolveu atividades “literárias cívicas e recreativas”. Quando menciona o termo “cívico” quer dizer hoje o que chamamos de “político”. Chegou a publicar durante três anos o jornal *O Combate*, que foi empastelado em 1904, quando ainda não era de propriedade do clube, fato mencionado por Francisco de Assis Barbosa (1965, p. 306). A autora é minuciosa na sua descrição, se preocupando com instituições coletivas não-oficiais e abordando-as de forma não individualizada, ou seja, preferiu ao invés de estudar um estadista ou general, preferiu falar e depois publicar sobre grupos de pessoas e instituições que não eram oficiais, estatais.

Há um traço elitista no texto, pela ressalva de que os clubes eram compostos pelo que havia melhor na sociedade. Mas, de acordo com Ronaldo Brito citado por Anateresa Fabris (1994, p. 15), se a vanguarda modernista artística européia se caracteriza pela ruptura com o passado pela crítica à tradição, destes lados do Atlântico Sul, “se esforçavam

para assumir as condições locais, caracterizá-las, positivá-las, enfim”. A ideologia da brasilidade – e da paraibanidade, entendo - é neste sentido uma “necessidade estrutural do nosso Modernismo”. Ronaldo Brito destaca ainda que as razões para essa especificidade do movimento modernista brasileiro estão relacionadas ao nosso baixo desenvolvimento tecnológico e científico. Formalmente, a análise do objeto pela autora não é sustentada em fontes documentais e não tem referências bibliográficas. É a sua própria memória que subsidia a sua escrita sobre o passado.

A discussão sobre a relação entre memória e História é longa e não acho necessário entrar nela, pois as fontes já foram justificadas como históricas e a exclusão de tais textos relaciona-se com a “inferiorização” histórica das mulheres, ou da maior parte delas. No que se refere a este aspecto da “inferiorização” feminina pelo passado, Heleieth I. B. Saffiotti (1979, p. 36) é insistente como sendo fator de importância determinante para uma determinada inserção das mulheres nas relações de produções capitalistas. Sua inferiorização social secular – a expressão é da autora – possibilitava um nível maior de exploração de sua força de trabalho. Entendo que a exclusão de tais textos como leituras do passado, por não obedecerem aos critérios mais modernos da escrita da história, estaria relacionada àquele processo de inferiorização. Interessante observar neste ponto que naqueles dois clubes – o Benjamim Constant e o Sete de Setembro - não constam no quadro de sócios, mulheres ou “senhoritas”.

No entanto, elas participavam informalmente, subsidiariamente, o que não era incomum. A fundação e a filiação aos clubes é que eram, em geral, propriedades masculinas. Isto pode também explicar porque, no IHGP, persista ao longo do tempo um número sempre bem mais elevado de homens que de mulheres. Mesmo considerando que não é uma instituição de cunho econômico, e que Heleieth I. B. Saffiotti (1979, p. 36) tem

razão, as mulheres do IHGP eram pessoas bastante ativas, mesmo antes de sua entrada no IHGP (Santana, 2000), o que deve ter contribuído para o convite a participar dos quadros da instituição. Além disto, mesmo relativamente reduzida, a participação das mulheres não deve ser vista como sinônimo de um dinamismo menor ou de um comodismo natural na opinião de Michelle Perrot (1998, p.91), para quem “As mulheres conquistaram com muito esforço a escritura e as artes plásticas”.

Olivina Olívia menciona ainda o Club Sinfônico fundado em 1902, que ao contrário dos outros dois, contava com a participação de várias mulheres, cantoras, violinistas e pianistas. Observe-se a inserção social de tais agremiações. Além das já citadas, através da publicação de jornais e revistas, no caso deste Clube Sinfônico, eram desenvolvidas atividades de apoio à Santa Casa da Misericórdia, das obras da Igreja de S. Pedro Gonçalves, em benefício dos pobres e em comemoração às datas nacionais. A autora acrescenta que “Nos dias determinados para uma audição do Club Sinfônico, o arrabalde de Trincadeiras apresentava um aspecto festivo. Em frente à sede estacionava uma grande multidão...”.

Também é citado o clube cívico Valpaizo ou Valparaizo, depois denominado de Clube Tiradentes: funcionou seis anos e publicou o jornal *O Patriota*. Historicamente, “patriota” é um termo profundamente ligado às lutas republicanas de 1817, por exemplo, ou por extensão, à ação política de republicanos. Como já foi analisado por José M. de Carvalho (1990, p 67), a elevação de Tiradentes à categoria de herói nacional oficial, um “Cristo cívico”, foi feita pelos republicanos. Não é à toa, portanto, que o clube foi fundado em 1898, durante as comemorações do 14 de julho, o famoso dia da queda da Bastilha, símbolo do absolutismo francês. No entanto, foi fundado por homens e só eles eram oradores. Esta desvalorização da participação feminina teria raízes na sua ausência dos

movimentos políticos no Brasil do XIX, ao contrário do que teria ocorrido na França (Carvalho, 1990, 89; 93).

Para um clube fundado no ano de 1899, foi adotado o nome de Benjamim Constant, um republicano evolucionista. Além disto, registra que alguns fundadores eram alunos desligados da Escola Militar (Cunha, 1946: 93), instituição que absorveu os ideais positivistas, durante bastante tempo. Portanto, em certa medida, todos estes clubes desenvolviam atividades cívicas, ou seja, políticas e de “propaganda” republicana, contribuindo para instituir o tempo da República no Brasil. A autora menciona ainda o Clube Colméia, fundado em 1916 e extinto em 1921. Tal agremiação promovia “‘Horas de Arte’ nas quais tomavam parte as *senhoritas* de nossa sociedade, além das sócias (grifo meu)”. Parece ser critério de participação e associação nos tais clubes, a condição de solteiras. Tradicionalistas, prestavam homenagem a figuras como Olavo Bilac.

Também no ano de 1916 é organizada, por homens, uma revista, intitulada *Era Nova*, que contava com a colaboração de figuras masculinas como Celso Mariz, Flávio Maroja, José Américo de Almeida, Coriolano de Medeiros, Alcides Bezerra e pelo menos uma feminina, Analice Caldas. Depois de 1926, a autora argumenta que as tais atividades literárias, artísticas e cívicas desenvolvidas pelos clubes, passaram por uma “trégua demorada”, devido à influência dos esportes e do cinema. Conclui a palestra regozijando-se pela superação da trégua mencionada, pois surgem nas escolas centros estudantis e revistas. Encerra a sua exposição – em 1937, lembramos – explicando: “É que a Paraíba caminha vertiginosamente para a sua ‘Renascença’, como no século XVI em que as artes e ciências (...) espancaram as trevas da Idade Média”.

Após analisar o objeto e a estrutura do texto, importa refletir sobre uma visão de mundo nele contida, em acordo com a metodologia proposta. Assim, entendo que se afina com um certo número de trabalhos da escrita histórica amadora desenvolvida desde o século XIX, onde a leitura do passado está condicionada pelas possibilidades de mudança advindas com o anúncio do regime republicano ou das idéias liberais numa monarquia constitucional. Há no texto uma clara valorização das associações tratadas, no sentido de entendê-las como expressões legítimas da atividade cívica e cultural de setores da fina flor da sociedade da capital. Ela própria e outras mulheres que não deixa de mencionar, igualmente os homens, ainda como estudante da Escola Normal, por volta de 1904, foram responsáveis pela dinamização das associações. Junto com ela estavam Maria Fausta de Queiroz, Stelita Viana e Ângela Moreira Lima. Olivina Olívia usava o pseudônimo de “Chrisantême”. De acordo com Bonnie G. Smith (2003, p. 113-114), este era um recurso comum entre mulheres que queriam proteger “sua feminilidade de classe média”, práticas associadas em muitos casos a uma imposição de editores que possibilitava a publicação dos trabalhos conservadores.

A mesma autora afirma que durante um longo período as amadoras recorreram a este recurso e “de Stéphanie de Genlis, que escreveu sob vários nomes durante a Revolução [provavelmente a Revolução Francesa de 1789] a Charlotte Carmichael na virada do século 20, as amadoras adotaram nomes femininos e não apenas masculinos para proteger e embelezar sua condição de autoras”. Muito difícil dizer em qual dos casos Olivina Olívia se enquadrava. Talvez nos dois, dado que quando usava tal pseudônimo ainda era estudante. Quando fez a palestra em 3 de outubro de 1937, a professora e militante da Associação Paraibana Para o Progresso Feminino, deixou clara sua afinidade com as idéias liberais, de

luta contra o analfabetismo, com a luta das mulheres, com a necessidade de cultivar a organização “da mocidade”.

Exemplo do seu patriotismo moderno associado a uma percepção particularmente feminina do espaço urbano é a passagem à página 93 onde comenta, “Quem não se lembra de ter visto pelas ruas ainda mal calçadas desta cidade os bustos de Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant encimando charolas caprichosamente ornamentadas de flores naturais verdes e amarelas?” São exemplos do cultivo das atividades culturais e políticas e de estudar estas últimas. Lembro que Olivina Olívia cultivava o espírito ativo de Madame de Stael, ícone da história amadora (Smith, 2003, 39-47): mencionou-a no seu discurso de posse no IHGP. Outras mulheres fora do Brasil, também o fizeram.

Sobre este aspecto da prática das historiadoras, Bonnie G. Smith (2003, p.117-118), diz que “Há poucas dúvidas de que uma poderosa fascinação pela história da vida política e cívica (...) tenha alimentado a obra das mulheres”, durante boa parte do século XIX. De acordo com a autora, destacaram-se Mercy Otis Warren que escreveu sobre a Revolução Americana, Helena Maria Williams além das famosas Mary Wollstonecraft e Germaine de Staël que se detiveram sobre a Revolução Francesa, Daniel Stern (pseudônimo de Marie d’Agoult) sobre a Revolução de 1848 e Cristina Belgiojoso discorreu sobre o tema do nacionalismo italiano. Ressalta, no entanto, que tal fascinação não norteou a maior parte dos trabalhos das historiadoras amadoras, para as quais “de longe, o tópico mais comum era o de rainhas e mulheres famosas ou nobres”.

Este não foi o caso, em geral, das mulheres historiadoras paraibanas, que não escreveram um único trabalho sobre uma outra mulher. Apenas três deles mencionam a participação a figura da mulher, sendo que este de Olivina Olívia (1946) é onde elas

aparecem de forma mais ampla e ativa. Nos outros aparecerão como o resultado da ação viril de um antepassado ou como instrumento da ação divina, no caso da Princesa Izabel. Há um traço bem claro de identificação desta escrita de Olivina Olívia, com o período do alto amadorismo, qual seja, o apego ao desenvolvimento de uma cronologia séria dos fatos (Smith, 2003, p. 377). Mas só, já que o outro traço da referida seriedade – uma palavra da autora citada – da história desenvolvida por mulheres no alto amadorismo, foi o da relação com o movimento de mulheres. Sobre este ponto do apego à cronologia dos fatos, lembro que a linearidade da história factual do século XIX, era construída através da cronologia rigorosa dos historiadores profissionais.

Sobre o culto às mulheres, no caso de Olivina, na verdade, no final deste trabalho onde aborda os clubes cívicos ela cultivou homens, e nenhum deles tinha ligação com o iluminismo, mas com a Renascença. Assim, após citar o nome de entidades as mais variadas já criadas, semelhantes aos clubes que trata, para demonstrar que o marasmo provocado pelo cinema e pelo esporte havia chegado ao fim, reverencia figuras ligadas às artes e ciências pelo patrocínio como os papas Júlio II e Leão X e o rei de França, Francisco I que “espancaram as trevas da Idade Média.” Mesmo sem citar o Iluminismo, talvez pelo seu passado aristocrático, não deixou de embarcar num dos seus mitos, qual seja, o de que a Idade Média foi um “período de trevas”.

Mas não deixou de relacionar várias mulheres como ícones históricos que mereciam sua reverência, no discurso de posse no IHGP. Tais mulheres dividiam-se entre governantes e escritoras. Relativamente à primeira categoria, parece que o seu critério de reverência era o fato de terem de alguma forma contribuído particularmente para o desenvolvimento cultural, independentemente da condição de nobreza real ou como governante. Para ficar

nas mais recentes historicamente, as mulheres que menciona são D. Maria de Portugal que criou a Academia Real de Ciências, e D. Leopoldina que entendia ser “inteligente e consagradora das letras”. Para ela, Madame de Stäel era uma precursora do romantismo. Nenhum juízo político observa-se relativamente às mulheres (RIHGP, 1937, p.109-115).

O tom grandiloquente de Olivina Olívia referindo-se ao IHGP como “templo” no seu discurso de posse, é demonstrativo de uma relação pouco ou nada crítica com a instituição. Aliás, seu pai fora sócio do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco, o que deve ter contribuído para tornar seu espírito menos questionador. Some-se a isto o fato de que quem envidou esforços para associá-la foi o próprio presidente do congênere paraibano (RIHGP, 1937, p.109-115). Note-se que à época, já havia entre determinados intelectuais no vizinho Pernambuco, por onde circulava a alta intelectualidade paraibana um tom de crítica generalizada aos institutos, como depósitos de arcaísmo. Na briga, pouco duradoura, aliás, entre modernistas e regionalistas em Pernambuco, a *Bagaceira* de J. Américo de Almeida, foi saudado como uma ruptura com o espírito ingênuo e localista de “amor ao passado” (Pontes, 1984, p.177), cultivado nos institutos, comentário feita pelo escritor Sílvio Rabelo, em 1928.

Não se pode se dizer que a escrita de Olivina Olívia era científica, de acordo com alguns padrões de cientificidade da história profissional, já que era memorialista. Tais padrões estavam presentes, por exemplo, em Cônego Dr. Florentino Barbosa (1935, p.5-24), em Jayme D’Altavilla (1935, p. 75-85), no que se referem à sistematização das referências. São trabalhos de 1935, nos quais a autora poderia ter se espelhado. Mas não se deve exagerar na cobrança: vinte anos depois da publicação de *Associações Outrora*, quando Horácio de Almeida publica *História da Paraíba*, também não há tal sistematização

embora suas referências estejam no corpo da obra. Pode se argumentar ainda que havia os Estatutos do IHGP que indicavam uma certa forma na organização do conhecimento, qual seja, aquela sustentada em documentos e obras consultadas. Por outro lado, não se pode dizer que esta é particularidade da escrita de Olivina Olívia: No mesmo número da Revista de 1946, por exemplo, há vários trabalhos escritos por homens que não têm a sistematização mencionada.

Quando se consideram as correntes do pensamento histórico do final do século XIX e começos do século XX, que estiveram presentes no Brasil, particularmente as influências do positivismo, escola metódica, evolucionismo, do culturalismo e do materialismo histórico e dialético (Dihel, 1998; 1999), entendo que a autora, neste texto, tende de forma incipiente, e tão somente isto, a identificar-se com uma narrativa positivista e culturalista da história. Tais afirmações são feitas considerando a forma narrativa como escreve sobre o passado, ou seja, indicando *o que, onde, quando e quem* sem preocupar-se com os *por quês*, bem como observando que os seus argumentos para explicar o declínio das associações cívicas, os quais, como vimos, são o surgimento do cinema e dos esportes, são atividades de caráter cultural. Aproxima-se, então, da visão positiva da história de Augusto Comte, já que não busca causas primeiras e incorpora elementos coletivos na sua narrativa, mas também e predominantemente, da objetividade histórica preconizada por Leopold Von Ranke (Bourdé & Martin, s.d, p.112-115), quando buscou principalmente estabelecer fatos. dissociadamente de qualquer filosofia da história A influência positivista, comteana ou rankeana, pode seguramente ter chegado através de sua formação escolar normalista e das relações sócio-culturais que Olivina Olívia mantinha.

Lembro que a difusão do positivismo comteano no Brasil data de 1844, quando Luís Pereira Barreto publicou *As três filosofias* (Diehl, 1998, p. 107; 112) e a Escola do Recife esteve aberta às influências do pensamento alemão no final do século. Já no discurso de sua posse no IHGP, a autora proclama entender a história como uma ciência positiva (RIHGP, 1937, p.109-115). Observa-se uma certa originalidade neste seu primeiro texto, qual seja, a atenção não para o movimento republicano em si, mas para a atividade de grupos ligados a ele, ou atividades outras – artísticas – estimuladas pelos ideais de tal movimento. Tende a se identificar também com os temas e as visões do alto amadorismo, já que neste período, boa parte das mulheres pesquisou sobre a “esfera cultural e social, dotando a história com bens, obras de arte e costumes de um simbolismo ressonante, cheios de significado e imanência” (Smith, 2003, p. 128; 331).

Quando comparado com a história profissional desenvolvida por homens, do IHGP ou não, são observados pontos de identidade e dessemelhança. Identidade pelo seu vínculo com a história política, dessemelhança pelo seu objeto que é mais coletivo do que individual. Apesar do meio institucional, soube reservar-se o direito de pensar uma experiência própria. Porém ressaltamos que há um ponto que coloca o texto na pré-história da produção moderna do conhecimento histórico, que é a ausência de fontes documentais. A busca destas e de referências já praticada senão era por todos os homens, mas foi criada por eles, a exemplo de Ranke, sendo que as próprias amadoras tenderam a construir suas bases documentais (Smith, 2003). A autora não era uma pessoa que desconhecia o mundo da pesquisa histórica calcada em documentação e era professora normalista, algo culturalmente relevante para os padrões da época, quer seja pela inserção social

relativamente elevada, quer pelo contato que propiciava com a vida intelectual e política em geral, pelo menos no caso dela.

No que diz respeito à relação deste primeiro trabalho – e dos demais – com o processo moderno, se pode pensá-la sob dois aspectos: um primeiro que respeita às suas características propriamente modernas, ou seja, a possível relação que guarda com a própria modernização em curso no Brasil e na Paraíba; um segundo que pode pensá-lo como crítica à modernização/modernidade, vale dizer, como crítica à sociedade burguesa brasileira. Isto significa admitir, por implicação, a possível existência de uma produção de conhecimento histórico *moderno* e outra *modernista*. A presença de características de ambas as produções não é descartada, devido às particularidades do processo histórico brasileiro no século XX, onde a afirmação de uma sociedade plenamente burguesa estava em curso como teorizou A. Gramsci.

Isto pode indicar que o(s) modernismo(s) daqui não seja(m) paradoxal (ais) porque não seguiu (ram) os parâmetros europeus, mas sim original(ais) já que os autores expressavam nas suas obras a necessidade de se libertar dos laços colonialistas presentes na nossa cultura, caso se aceite a aceção do termo modernismo, como foi feita originalmente pelo poeta nicaraguense Ruben Darío, em 1890, na Guatemala e sobre um embate literário no Peru, objetivando uma “declaração de independência cultural” face à Espanha” (Anderson, 1999, p. 9). Uma contribuição mais específica, em termos histórico-epistemológicos, para apreender um possível caráter modernista do conhecimento histórico, é dada por Bonnie G. Smith (1998, p. 444) argumentando, sem referências, que:

“Os historiógrafos [quais?] caracterizaram esse questionamento [à narrativa grandiosa] e o extremo revisionismo – que afetavam a história, além de outros campos do campo de empenho intelectual e artístico –

como um ‘impulso modernista’, se não um ‘modernismo em pleno desenvolvimento. Nas ciências sociais, costuma-se [sic] dizer que ‘modernismo’ inclui a idéia de que subjetividade e a situação perceptiva do cientista desempenham um papel importante em análises. O modernismo pode também, e paradoxalmente, consistir de uma fé hiperbólica na tecnologia e na capacidade de os humanos entenderem de maneira racional praticamente tudo – não apenas processos políticos.”

Embora não se deva afirmar que é costume usar de tal conceito sem mencionar quem o faz, entendo que a citação sem dúvida serve como ponto de partida para a discussão, apesar dos limites como a ausência de referências. Muito importante para compor sua noção de modernismo é que, adiante no seu texto, a autora menciona o ponto central na produção modernista dentro da teoria do processo moderno, que é busca de uma relação concreta, real, com os movimentos de massas ou as classes baixas. Já A. A. Diehl (1999, p. 156) busca o modernismo do conhecimento histórico analisando a relação de aval de tal saber com a modernização brasileira. Assim, considerando a possibilidade de que este primeiro texto-fonte de Olivina Olívia C Cunha (1946) legitima a brasilidade, a republicanização e a liberdade de associação, e que tais aspectos, no caso do Brasil, são respostas ao seu processo de modernização, entendo que o texto pode sim ser moderno, mas não modernista, pois nele não há nenhuma revisão, outro ponto importante considerado pelo autor citado.

A Revista do IHGP de 1948

Foi publicado no volume onze da RIHGP, em 1948, também por Olivina Olívia (1948, p. 129-137) o trabalho intitulado *Curemas*, o nome mesmo da cidade sobre a qual se detém. Enquanto objeto diferencia-se da história política predominante vinda do século

XIX, pois não foram nem os governantes nem o estado-nação que a autora privilegiou, mas a história local. Contudo, também se aproxima do político, já que é para uma unidade política – o município - que sua atenção foi dirigida. As historiadoras amadoras, particularmente um grupo específico delas que vivia no sul dos Estados Unidos (Smith, 2003, p. 353), já viam a importância de tais estudos no séc. XIX. Entre os historiadores profissionais modernos, o primeiro trabalho citado data de 1864, *A cidade antiga* de Fustel de Coulanges (Raminielle, 1997, p. 186). As amadoras propunham a criação de arquivos locais, divergindo da concepção de arquivo predominante no século XIX, cuja organização era nacional e centralizada (Smith, 2003, p.382). Esta escrita histórica amadora assemelha-se ao que hoje é conhecido como história do cotidiano, abordando também temas regionais e locais que tratavam da arqueologia, folclore, genealogia e linguística (Smith, 2003, p. 353).

Considerando o que José Honório Rodrigues (1978, p.149-153) teoriza sobre história estadual e história local, a visão de história neste trabalho sobre Curemas é “enciclopédica”, na medida em que não se detém num aspecto particular da vida da cidade, como a formação territorial, ou suas origens, ou a dimensão política, vale dizer, estatal da vida municipal. Ainda de acordo com José Honório, este gênero da história é deveras importante para se conhecer os aspectos mais cotidianos de uma nação ou estado. Um dos seus grandes limites é o localismo, ou seja, a sua desvinculação de processos mais amplos que lhe condicionam. Tais estudos têm se desenvolvido bastante, tanto que alguns de seus aspectos, como o estudo territorial, atualmente aparecem autonomizados como campos de investigação histórica.

Assim, a História das Paisagens (Silva, 2003-2016), tendeu a incorporar os aspectos ligados à ocupação do espaço especificamente urbano, embora aquela disciplina tenha se dirigido originalmente para o meio agrário. A comentadíssima História do Cotidiano seria outro exemplo desta especialização iniciada pelos estudos de História Local. Neste sentido, a iniciativa de Olivina Olívia, mesmo “enciclopédica” e sem a citação de fontes e referências bibliográficas pode ser uma contribuição ao desenvolvimento da disciplina de História, pois legitima um determinado objeto de estudo. Atualmente, os estudos de história local são denominados de História Urbana e, em termos de abordagem, preocupam-se com aspectos específicos das cidades (Raminelli, 1997, p.185-202).

Não foi somente ela quem legitimou o campo demonstrando uma inclinação, no IHGP, a estudar a história local. No mesmo número da revista, a temática da histórica local era objeto de outros trabalhos publicados por homens sobre outras localidades ou sobre algum aspecto da vida local. J. da Veiga, Estevão de Ávila Lins, Hortênsio de Souza Ribeiro, Apolônio Nóbrega, publicaram, respectivamente *A festa das neves. O primeiro decênio deste século*, *A criação da Vila real de Areia*, *A imprensa em Campina Grande*, *A constituição da Paraíba e a nomenclatura dos municípios*. Foi possivelmente elaborado com fins didáticos, uma atividade para a qual o IHGP já demonstrava inclinação desde sua época de estudante (Cunha, 1946, p. 94). O trabalho de Olivina Olívia procura ter alcance genético, porém enciclopédico como foi dito, abordando o tema desde suas origens.

A ausência explícita de fontes é seu maior limite, porque transforma seu conteúdo no que Carlos Guilherme Mota denominou de “conhecimento autorizado”, que tem pouca ou nenhuma credibilidade atualmente. Porém sem a consulta de fontes documentais ou bibliográficas, ou ambas, jamais conseguiria tratar o tema da maneira como o fez,

mencionando as tribos que ocupavam originalmente a região, citando o fundador da cidade, os nomes das primeiras famílias, nomes de lideranças políticas, dados precisos sobre a construção e localização do açude e outras informações que compõem o texto. Na maior parte do trabalho, a autora permanece fiel à sua idéia ou visão de que a história era uma ciência positiva, mas começa a registrar algumas passagens carregadas de misticismo. A cidade teria nascido em decorrência de uma promessa feita por Manoel Gonçalves Piranhas a Santa Rita, que o teria salvado de morrer afogado no Atlântico.

Também aparece quando relata fatos ligados à construção da segunda igreja da cidade: a primeira teria sofrido algum tipo de interferência sobrenatural e ruiu. Entende o fato como uma “lenda interessante”, mas não faz comentário algum sobre sua relação com o processo histórico. Claro que as lendas compõem o processo histórico. Para ficarmos na influência mais constante e direta na nossa história, basta citar o papel que os mitos e o misticismo tiveram na história de Portugal, até pelo menos o que foi nosso período colonial: este tema João Ferreira (2004, p. 90-94) trata criticamente num excelente artigo intitulado *Portugal: um milagre de 860 anos*. A influência da Igreja Católica e de outras religiões e igrejas é algo evidente. No entanto, o que se quer mostrar é que se no primeiro trabalho, Olivina Olívia não faz constar nada que se relacione a estes aspectos da história, neste segundo começam a aparecer, quer como fundamento da escrita que desenvolve. É como se trilhasse um caminho involutivo.

Uma história que envolva o misticismo católico data do século IV, quando Eusébio de Cesaréia escreveu História Eclesiástica com “finalidade apologética” (Gomes, 2002, p. 19). De acordo com José Honório Rodrigues (1978, p. 185), a história da igreja e da religião é um gênero de “formação moderna, fruto da Reforma religiosa”. Já Bonnie G. Smith (2003, P. 123-124) analisou a influência do sobrenatural nas histórias das amadoras:

entende que escritoras como Anna Jameson e Mary Wollstonecraft usavam de semelhantes recursos para conferir imanência à escrita histórica, ou seja, de mostrar como o passado ainda permeava as relações existentes no presente. Não entendo que foi essa a intenção de Olivina Olívia, já que não faz tal relação entre passado e presente, pelo menos explicitamente.

Não se pode pensar nem que os historiadores de todos os institutos eram ecleticamente espiritualista. Não se pode dizer que Celso Mariz, por exemplo, era espiritualista, a exemplo do foi dito sobre os historiadores do IHGSP (Holanda *apud* Schwarcz, 1993, p. 132). Pode se dizer que eram bastante tolerantes ou não podiam impedir que uma leitura espiritualista da história se desenvolvesse em seu interior pela influência que seus praticantes tinham, o que pode ser indicativo de um certo conflito interno, como já foi sugerido. Atualmente, a História das religiões está vinculada a várias escolas, destacando-se no Brasil, aquela que associa religião com História Cultural sob as influências de Clifford Geertz, Marshal Sahlins e René Gerard. (Gomes, 2002, p. 20).

Um outro aspecto que pode ser considerado para a compressão da visão histórica presente no texto, diz respeito à relação tempo e espaço ou história e geografia. Tal relação aparece, embora de forma bastante localista, reduzida praticamente ao espaço da cidade, quando faz referências a rios, acidentes geográficos, paisagens, povoamento e em dados numéricos relativos a distâncias no âmbito estadual (Cunha, 1948, p. 130-134). O caráter localista não se revela somente no que concerne ao espaço, mas também pelo fato de não considerar as relações entre a história de Curemas e o desenvolvimento da história da Paraíba e do Brasil. Seja como for, a interdisciplinaridade é algo relativamente novo na produção histórica, afirmada no processo de crítica à história factual do século XIX (Burke, 1991, p. 23-24).

O mencionado caráter enciclopédico do texto é observado, fundamentalmente, como resultado da menção apenas informativa das várias atividades desenvolvidas na cidade. A economia – ressalta o comércio - política, religião, educação, comunicação, aparecem justapostas. Surpreendentemente não mencionar a criação de gado como atividade econômica da cidade de Curemas, já que de acordo com as boas obras de história paraibana, foi essa a atividade principal de expansão e fixação das populações interioranas. Para ela, a atividade inicial foi a pequena agricultura. Sobre a questão da temporalidade histórica, mostra uma visão linear, embora sem um demasiado apego à sequência cronológica dos fatos que acha relevante mencionar. A cidade se forma a partir de um ponto cronológico e segue adiante, inexoravelmente.

Em termos de bases documentais cita apenas duas fontes legais: um decreto municipal de 1938, que estabelecia o perímetro urbano da localidade e um decreto presidencial de 31 de maio de 1929, criando uma agência de correios na cidade. Em termos sociais, Curemas aparece de forma elitizada, constituída por famílias de maior importância, mas não deixa de mencionar a existência de outros setores ligados aos vários setores da economia local. Faz menção a cangaceiros que “enfestavam o lugar”, bem como à Coluna Prestes que por ali teria passado, em 1926. Se mencionasse as fontes, o trabalho ganharia importância maior. Menciona rapidamente os índios Curemas da nação Cariri. Mesmo assim, pode se discernir uma postura civilizada típica de historiadores que assumem a visão do colonizador.

Não cita as lutas travadas pelos primeiros habitantes para preservar suas terras e sociedade. Seja pela ausência de pesquisa ou pelo acolhimento apressado de informação, sutilmente legitima brutalmente a ação colonizadora em passagens como “É oriunda [a

tribo dos Curemas] dos Cariris, que naquela região não puderam ser *batidos* pelos bandeirantes (grifo meu)”, ou “assim ficou chamada a terra onde campeavam os *terríveis* indígenas (grifo meu)” e, por último, “Os índios *domesticados* entregaram-se ao trabalho com verdadeiro entusiasmo (grifo meu)”. De acordo com Maria do Céu Medeiros (1999, p. 33) realmente algumas tribos preferiam ser catequizadas, mas isto porque após o batismo não poderia haver escravização. Claro que tal catequização significava adiantar o seu processo de aculturação e desintegração social.

No que diz respeito à sua relação com o processo moderno, o caráter quase completamente localista do texto o afasta de qualquer afinidade com o modernismo na produção do conhecimento histórico, que procura fazer análises mais abrangentes, integrando objeto em contextos mais amplos. Sua preferência pelos setores mais abastados da sociedade local na condução processo histórico, também indicam distanciamento de produção moderna. Porém uma certa matematização, a associação entre tempo e espaço e o elogio escancarado à construção do açude como exemplo do primor da “nossa engenharia nacional” são aspectos que não podem ser desconsiderados como indicativos de modernismo. Mesmo uma certa atenção, mínima é verdade, para com os setores sociais de “baixo” está presente no texto. Porém, a abordagem predominantemente localista, a inexistência de revisão histórica, o relato de fatos sobrenaturais, a ausência de síntese e de referências às fontes documentais e bibliográficas remete ao âmbito do arcaísmo romântico do século XIX.

A Revista do IHGP de 1953

No vol. 12 da RIHGP são publicados dois trabalhos de mulheres, que pretendem ter caráter histórico. Um de Albertina Correia Lima (1953, p. 147-154), *Traços biográficos de Lindolfo José Correia das Neves e João da Mata Correia Lima* e outro de Olivina Olívia Carneiro da Cunha (1953, p. 179-180), intitulado *As nossas praias e a História*. O primeiro deles, como o próprio título indica claramente, tem por objeto as vidas de dois homens. De acordo José Honório Rodrigues (1979, p. 203-211) a biografia, principalmente a dita biografia de personalidade, foi prática corrente no Brasil, mais do que a própria história política. Em tese, não se trata de relegar a plano inferior tal produção, mas sim de submetela à reflexão. Mas tanto não é fácil traçar a relação entre indivíduos e sociedade, no tempo, como elas foram descaracterizadas enquanto conhecimento histórico resvalando para a ficção.

A sua grande difusão no Brasil seria uma decorrência de “um dos traços do caráter luso-brasileiro, de sua personalidade básica está a ênfase (...) nas relações pessoais e simpáticas, e não nas impessoais, categóricas e secundárias”. (Willems *apud* Rodrigues, 1978, p. 206). Este traço esteve presente nas relações entre os membros dos institutos históricos, chegando mesmo a caracterizar a composição de seus quadros, como já foi mencionado anteriormente. Se as biografias de personalidades fizeram com que os institutos fossem tidos como “balcões de nobilitação para a consagração dos sócios” (Schwarcz, 1993, p. 134), por outro, permitiram que se conhecesse o caráter classista de tais instituições, bem como o nível cultural de seus sócios e sócias, padrão profissional e outros aspectos de sua composição e funcionalidade.

A própria LÍlian Moritz Schwarcz (1993, p. 110-111) faz uso delas para tecer determinadas considerações. Quando analisa o material publicado na revista do IHGB, conclui que correspondia a 16% do total de documentos e artigos levantados. De acordo com a autora, “Estes pequenos artigos (...) constituíam atividade capital ao estabelecimento, que dessa forma legitimava e reconhecia seus pares”. Pode se dizer mais. Tais biografias não só promoviam os biografados, como também contribuíam para a caracterização da escrita histórica da instituição, na medida em que projetavam determinados sócios biografados em detrimento de outros. Por outro lado, o papel desempenhado por estes escritos históricos, é tido pela revisão como um “ritual patriótico de ressurreição (...) animador de um desejo onde primava tudo: estabelecer um passado ilustre, dar cartas de nobreza a nossa vida intelectual, mesmo com sacrificio da exatidão” (Cândido *apud* Schwarcz, 1993, p. 111).

O trabalho de Albertina C. de Lima, é preciso que se diga, tem muito mais de aspectos negativos do que de positivos. Sua visão de trabalho biográfico está, como se disse, bem relacionada às biografias de personalidades. Ao escrever o texto se promove através do elogio aos seus antepassados que ganham importância em todas as partes e sob todos os aspectos: quando comenta a participação do biografado em jantares com o próprio imperador brasileiro, a posição que ocupou na mesa de jantar, próxima ao imperador, o breve diálogo do qual teria participado o soberano, mencionando, por fim, a formação requintada e o conhecimento dos protocolos nestas ocasiões, chegando ao seu brilhantismo intelectual e a sua vida pública altruísta de alcance irrepreensível. Pratica o pior na forma de escrever história, caracterizado por um anedotismo descontextualizado.

O texto no todo é fundamentalmente apologético de ambos os autografados. Usa o termo veneração, para demonstrar o sentimento que a guia na elaboração do pequeno artigo. A maior parte se detém sobre Lindolfo José Correia das Neves, padre, advogado e político conservador. Sua primeira preocupação é o nome deste primeiro biografado através do seu registro completo em letras maiúsculas. A seguir, realça sua capacidade intelectual como advogado e desculpa sutilmente sua pouca dedicação ao sacerdócio, como que resultado de uma imposição de D. Madalena, sua avó materna. De caráter bondoso, recusou-se a celebrar o casamento de uma moça que “caiu em prantos diante dele, na hora da cerimônia”. Enfim, o biografado é um poço de virtudes.

O sobrenatural teria feito parte de sua vida, quando morre a filha de um grande amigo de Lindolfo José em decorrência de uma promessa do próprio pai de perder o ente mais querido, para salvá-lo de uma intoxicação. Enfim, uma escrita histórica altamente personalizada e apologética. Relativamente ao aspecto anedótico da biografia, ou seja, aquele que usa para particularidades jocosas na escrita histórica, aparece no texto na forma de “conversação”. Albertina era filha de uma tradição e dava continuidade a ela. Vejamos. De acordo com José Honório Rodrigues (1978, p.205; 209), a influência da poesia e retórica gregas clássicas nos institutos históricos é inegável., como também que “A biografia clássica compreendia a *reprodução das conversas* (grifo meu).”

Mulher inteligente, Albertina tinha suas fontes bibliográficas, mesmo para fazer do anedótico, uma característica da sua escrita. Assim, respaldada em Liberato Bittencourt, autor de *Paraibanos Ilustres*, diz que Lindolfo José “manejava a sátira com facilidade e felicidade”. No melhor estilo clássico, relata então, situações envolvendo políticos locais importantes como o presidente de província, com o qual tinha relações de “pouca

amistosidade”, até a pessoa do imperador D. Pedro II. A questão central, porém, é que Albertina usou a reprodução de conversas para o registro do anedótico e não de situações políticas mais significativas. Uma delas é a seguinte:

“Por ocasião de um banquete na Corte (...) sentou-se à mesa defronte de um paraibano, o qual vendo, ao lado, um quebra-nozes, lhe indaga, por acenos, a utilidade. Não podendo explicar para não infringir o protocolo, faz não perceber os gestos. D. Pedro [II], notando a insistência da interrogação, respondeu: ‘É um ferrinho, seu Crispim, para apertar o nariz dos perguntadores’ (Lima, 1953, p. 151).

Por outro lado, como Lindolfo José morreu em 1884, a referência a tais passagens de sua vida só pode ser produto da tradição oral. Albertina, sua filha – era comum padres terem prole na época - morreu em 1975. Não há registro sobre sua data de nascimento, nem na pesquisa coordenada por Marta Falcão, já citada, nem tampouco no Memorial publicado pelo IHGP. Portanto, Albertina só pode ter tido contato com aquelas passagens através da tradição oral familiar, já que não cita fontes bibliográficas nem documentais. O uso da tradição oral foi praticado pelas historiadoras amadoras, associado à consulta documental (Smith, 2003, p. 420). Não é demais lembrar que, atualmente, o uso da memória, está bem disseminado entre historiadores profissionais, de ambos os sexos.

Relativamente ao aspecto anedótico do texto, não eram apenas mulheres que resvalavam para seu uso, conferindo insignificância à escrita histórica. No âmbito do IHGP, outros o faziam, a exemplo de J. Veiga Jr. (1953, p. 144), quando escreveu a biografia de Irineu Pinto. Porém, autores como Celso Mariz (1953, p. 137-140), não trilhavam por semelhante escrita. Não eram o limite do método e o tipo de biografia que escrevia, que faziam Albertina C. de Lima arcaica e conservadora em termos de gênero. Nem sequer o tema em si, ligado à temática família, mas sim a forma sentimental, nada crítica, bastante

personalista e isolada do mundo, com que o tratou. O mesmo que se disse sobre o primeiro, pode se dizer sobre o segundo num menor grau. É que João da Mata Correia Lima não ocupou tantos cargos políticos, por isto não foi tão homenageado quanto ele e tampouco teve um círculo de ralações, quanto o outro biografado, que era seu irmão.

Mas estas homenagens caracterizadoras da biografia de personalidade podem ter um certo significado. A partir de tais registros pode se perceber como determinados indivíduos da elite regional, circulavam por instâncias e entidades de caráter internacional, nacional ou provincial, desfazendo as idéia generalizadas de isolacionismo e atraso “da Paraíba”. Ao mesmo tempo abre espaço para a reflexão sobre a influência de tais relações sobre a atuação das elites regionais. É claro que nesta consideração tratar-se-ia o biografado histórica e socialmente, associando-o a outras biografias como também a outros domínios da história, como a econômica, de acordo com o que já proposto desde por J. H. Rodrigues (1978, p. 207) a respeito da relação da vida dos senhores do vale do Paraíba e a história do século XIX.

E, nestes termos mais amplos, Albertina criava os “heróis paraibanos” ao mesmo tampo que legitimava um passado onde conflitos sociais, escravidão, lutas políticas, estão ausentes ou aparecem individualizadas. Tal caráter classista dos institutos em geral e do IHGP em particular fica bem evidenciado através da leitura da biografia. A este respeito Lillian Moritz Schwrcz (1993, p.136) faz o seguinte comentário:

“No entanto, ao lado das querelas internas aos institutos, sobressaía certa intenção comum que os identificava: criar uma história brasileira, ou melhor, dar um passado ao país e generalizar histórias de certos grupos regionais influentes. Com efeito, os institutos cumpriram à risca o ditado que diz ‘para bem lembrar é preciso muito esquecer’, mesmo que tal atitude implicasse uma eleição rigorosa dos pares, para melhor delimitar o espaço dos excluídos”.

À parte a minimização dos conflitos internos, indicativo da expressão nos institutos de representação de setores sociais dominantes com suas especificidades em termos de base material, relações de poder e outros aspectos, tudo indica que no conjunto os objetivos terminavam por serem também fundamentalmente estes na Paraíba. Na biografia escrita por Albertina Correia de Lima, o processo de “nobilitação” é direcionado a familiares do sexo masculino. Assim, a história confunde-se com própria vida dos biografados, quando é um processo muito mais amplo envolvendo não um único indivíduo. Quando outros aparecem que não os dirigentes políticos são pessoas letradas. Este critério de eleição fica bem claro nos dois primeiros trabalhos de Olivina Olívia. Em *Associações de Outrora*, nomeia uma espécie de vanguarda político-cultural. Em *Curemas*, a menção aos nomes dos engenheiros que participaram da obra. Setores menos abastados aparecem incógnitos, através da menção às vilas operárias e a uma feira livre.

Surpreendentemente, pelo caráter apologético de seus próprios familiares, há indícios de uma escrita histórica moderna no texto de A. C. de Lima, pois a autora tanto cita obras de autores como Celso Mariz, onde os biografados são mencionados, como afirma ter consultado um “reduzido arquivo” de outro dos dois que são objetos de sua atenção. Impressiona a sua certeza de que estava contribuindo para a história paraibana, através da apologia mais aberta a seus próprios antepassados. Na parte sobre o segundo biografado Albertina C. Lima (1952, p. 153) diz: “Com algum esforço (...) consegui coligir as notas, embora incompletas, que tomei o alvitre de publicar, nesta revista, por serem referentes a uma individualidade que integra o nosso patrimônio histórico”. Finalizando, pode se dizer que mesmo reproduzindo um padrão masculino de escrita histórica, onde os homens são as

figuras centrais e ela própria se colocando com espírito de “veneração” frente a eles, o trabalho não deixou de estimular nela a iniciativa da pesquisa histórica com laivos de profissionalismo.

Na medida em que apela para o sentimento de “veneração” como ponto de partida para a escrita das biografias de personalidade, se distancia da escrita histórica profissional, em geral masculina, pois a “realidade objetiva era encontrada em arquivos, fatos e nas informações conseguidas com sua habilidade” (Smith, 2003, p. 392). Albertina Correia não deixou de também proceder assim. Afinal estava inserida num mundo institucional predominantemente masculino e, para se enquadrar nele, devia seguir seus parâmetros, assumindo o papel profissional, embora a consulta de arquivos, por exemplo, fosse feita pelas amadoras desde longa data. O trabalho destas, porém, objetivava em geral, o mercado, o que não era o caso de Albertina Correia de Lima.

O segundo trabalho mencionado, publicado por Olivina Olívia C. da Cunha, faz uma fugaz relação entre algumas partes do litoral paraibano e alguns fatos da história, desenrolados nelas. Difícil precisar qual é o objeto tratado. *A História da Paraíba? É* possível dizer que sim, pois a autora enuncia no título o que desenvolve no texto. O trabalho tem somente duas páginas. Na primeira delas tece considerações sobre o caráter salutar dos saís marinhos e faz elogios às nossas belezas naturais litorâneas, observando como as praias são muito freqüentadas pela população da capital “na estação calmosa”, ou seja, no verão, um dado interessante para precisar costumes, haja vista que nem sempre se cultivou o banho de mar como lazer. Com um certo sentido poético, passa do relato dos aspectos eminentemente físicos da geografia litorânea, para a relação que estes guardam com a história.

Afirmando-se “extasiada”, usa a poesia para conferir mais expressividade às palavras que se seguirão, citando uma estrofe de um poeta chamado Américo Falcão. Escolheu-o muito bem para a construção que objetivava, pois a estrofe citada é carregada de simbolismo telúrico e histórico. Nela o poeta enaltece Ponta de Matos pela beleza – “Ponta de matos, praia tão linda” – engrandece-a pela possibilidade de defesa do solo paraibano que proporcionou – “Sublime guarda do litoral” – já que é a praia onde foi construída a Fortaleza de Santa Catarina, no século XVI, baluarte de muitas lutas em vários momentos que a historiografia mais tradicional elegeu com definidores da nossa nacionalidade – “Forte reinado de glória infinita” – findando com um verso tranquilizador, “Cheia de sombras do coqueiral”.

Entendo que aspectos da geografia física são transformados em agentes históricos, como se a própria terra e sua paisagem fossem capazes e mesmo quisessem agir em defesa de determinados ideais, no caso, aqueles ligados à colonização portuguesa, e a formação da nacionalidade brasileira, bem como da participação da Paraíba neste processo. Assim, após citar a estrofe acima comentada, Olivina Olívia escreveu que parecia “ver” “o vulto austero de João de Matos, comandante do forte de Santa Catarina, [que] passa cambaleando, pois fora alvejado e ferido gravemente, quando resistia, com heroicidade, ao ataque dos inimigos batavos”. Uma visão dramática do fato histórico. “Fílmica”, pela força da expressividade das imagens em movimento que quer passar acerca da segunda invasão holandesa.

As incursões francesas no litoral paraibano também estão presentes no texto. Juntamente à eleição de João de Matos como “herói” são demonstrativos de elogios à colonização portuguesa o que implica dizer que sua escrita tinha como foco a razão de

estado colonial. Assume, assim, sua defesa, o que se relaciona com sua origem familiar e inserção num mundo histórico-cultural que valorizava aquela colonização como símbolo de criação da própria civilização. Por outro lado, a ressurreição histórico-imagética de João de Matos, através da escrita descritiva carregada de ficção já que, a rigor, não se pode dizer que foi daquela forma que o militar se comportou, pode ser interpretada como a busca de trazer para o presente, fatos passados, objetivando conferir mais veracidade à narrativa e, portanto, legitimá-la como verdadeira..

Garantir que um certo passado não fosse esquecido, reproduzindo-o dramática e heroicamente, com a marca de sangue derramado na luta. Recurso eficiente para o que Peter Burke (2000, p. 73-74) entende como “transmissão da memória social” pelo historiador, um processo complexo que compreende vários procedimentos, dentre eles a construção da escrita histórica. Esta tem sido uma das formas mais constantes de fazer tal transmissão, principalmente depois que o conhecimento histórico foi instituído como disciplina autônoma, no século XIX. E ainda mais quando se dispunha de instrumentos de publicação e divulgação, com o prestígio da Revista do IHGP.

Desenvolve a descrição histórica, agora incorporando elementos ligados à ação catequizadora dos índios pela Companhia de Jesus, adicionando-lhe o miraculoso. A praia do Poço “lembra-nos a aldeia fundada pelos Jesuítas, antes da invasão holandesa. E dizem que, alta noite, (...), as ondas cantam às penhas vizinhas, os milagres da Santa de sua invocação”. Em mais de um ponto esta intervenção do sobrenatural aparece. Olivina Olívia já não desconsidera tanto a intervenção dele na história, como no primeiro trabalho publicado. Além disso, nada sobre o que representou a ação da igreja para as tribos aqui existentes. O passado torna-se branco e católico. No último parágrafo do texto escreve que

“as minhas idéias vão e vêm do passado ao presente, fixando imagens”. O êxtase e a relação entre passado e presente, mesmo superficial, lembram historiadoras amadoras como Madame de Staël, no que Bonnie G. Smith (2003, p. 47-64) chamou de narco-história, gênero da história amadora que foi desenvolvido sob o efeito de narcóticos poderosos.

O êxtase, digamos, naturalista, e a visão edênica da Paraíba, se combinam nesse texto Olivina Olívia numa escrita da história sem conflitos internos à sociedade colonial. Nossa história litorânea foi assim uma história contra “batavos” e de exploração indevida de recursos naturais por franceses. O apelo ao êxtase é um recurso para marcar o presente por fatos passados. Um sentido de imanência já percebido nas amadoras por Bonnie G Smith, como já foi dito. Por outro lado, o fato de sentir-se tomada por um arrebatamento íntimo confere maior importância ao que estava escrito. Este recurso delirante, extático, em de Staël também tinha uma função legitimadora da sua escrita histórica. Bonnie G Smith (2003, p. 59).

No caso da narrativa feita por Olivina Olívia, a “ajuda” vem da paisagem litorânea ou de elementos desta paisagem que, mesmo sendo produto da construção humana, aparecem como produtos da natureza. Ela, a paisagem, dá aquela ajuda para conferir verdade à escrita histórica e ainda faz a história. Assim, o farol da Pedra Seca é uma “*testemunha eterna* de cenas terríveis (grifo meu)”. A praia do Cabo Branco “*recorda*, na hora da jusante, a esquadra composta de 29 navios comandada pelo Almirante Lichtardt (grifo meu)”. A praia de Tambaú “*acompanhou* de longe as manobras das galeras batavas (grifo meu)”. A fé católica é despertada não por um sermão religioso ou pela educação pertinente, mas sim pela praia da “Penha que (...) *nos faz crer*, com os votos oferecidos à

Senhora do seu nome... (grifo meu)”. Mesmo aparecendo a contribuição humana através dos “votos”, a praia centraliza, domina a narrativa.

Por isto, o outro ponto essencial na visão de história presente no texto diz respeito ao edenismo, um traço característico de muitas obras de história, desde quando começaram a ser produzidas no Brasil, por brasileiro. A obra seminal a este respeito é *Visão do Paraíso* de S. Buarque de Holanda. Em análise mais recente, José Murilo de Carvalho (1998), reflete que tal traço edênico está presente principalmente na obra de Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa* publicada em 1730, sendo reproduzindo e popularizado, chegando até hoje. Existiam críticos do “motivo edênico” desde o século XIX: por exemplo, Francisco Adolfo de Varnhagen, em *História Geral do Brasil*, publicada em 1854-1857 (Campos, 1991, p 252, 267) entendia como descabido tal engrandecimento onírico de um meio que muitas vezes podia ser tremendamente adverso.

Desde o século XVIII até hoje, o motivo edênico está presente entre nós. Pita escreveu sua obra, patrioticamente, objetivando fazer as autoridades metropolitanas conhecerem o Brasil e para atrair migrantes. Olivina Olívia quis expressar amor à “nossa querida *Paraíba* (grifo meu)”, valorizando em abstrato, uma sociedade muito desigual. Desde pelo menos o século XIX, que o edenismo foi usado como arma na luta política. Quando se queria desqualificar o Brasil como sede para a monarquia, dizia-se que o lugar era uma zona tórrida, com clima ardente e pouco sadio. As elites letradas do século XIX reproduziram-no através do seu romantismo. Após o 15 de novembro, o edenismo populariza-se pela obra do conde Afonso Celso e por textos de educação cívica lidos em escolas primárias. O próprio Hino Nacional brasileiro é edênico (Carvalho, 1998, p.3-5).

Não encontrando do que se orgulhar em termos de suas próprias realizações, se recorre ao elogio à natureza para construir uma visão positiva do país. A exaltação da

natureza era, e ainda é, uma forma de valorizar o país. Assim, seu contraponto é o que este autor citado chama de a “razão satânica”, o que quer dizer uma ausência de valorização ou uma visão predominantemente negativa do povo que nele habita, como sendo “inadequado”. O autor conclui a análise assim:

“tal auto-imagem contribui para existência e a persistência do motivo edênico. Quem não se vê como um ser civil e cívico não se pode ver como agente, individual ou coletivo, de mudanças sociais e políticas de que possa se orgulhar e deve buscar alhures razões para a construção de uma identidade nacional” (Carvalho, 1998, p.19).

Portanto, o autor ressalta uma oposição entre o motivo edênico e participação do elemento humano na história como agente histórico. No entanto, o motivo edênico fartamente presente no texto de Olivina Olívia se articula com o ideal de *Paraibanidade*, objetivo almejado pelo IHGP, pois teria contribuído para a formação do caráter singular do paraibano ou da “Paraibanidade [que] faz crer num tipo de homem específico nos sentimentos e nos modos de agir, modelado pelo espaço. A inclinação para a paz, a bravura para a resistência, o republicanismo” (Dias, 1996, p. 63). Como se viu em vários trechos citados acima, a beleza e serenidade das praias contribuem para uma atividade intelectual criativa, ou sugerem uma “inclinação para a paz”.

Considerando as discussões que Sérgio Buarque de Holanda (1959, p. 3-8; 350-350-352) faz em *Visão do Paraíso*, no que diz respeito a uma escrita moderna em contraponto a uma escrita tradicional, e o tradicional para ele está associado a uma escrita histórica medieval, teológico-escolástica, enquanto o moderno está marcado pelo humanismo renascentista, o texto de Olivina é caracterizado por um realismo naturalístico eclético. Eclético porque a estas primeiras características, que remontam à escrita histórica medieval

e à escrita histórica dos dois primeiros séculos da colonização brasileira, a autora associa elementos sobrenaturais, místicos. Além disto,

“Ao contrário do que se dará com o historiador renascentista que este se compraz menos nos pequenos traços verísticos do que no conjunto do painel, o cronista medieval parece deter-se no pormenor, não raro de um vivaz colorido. O seu é um ‘verismo naturalístico puramente descritivo, constante de fragmentos e falho, por assim dizer, de perspectivas: característico do cronista e, em verdade, do escritor medieval é precisamente o acúmulo de minúcias justapostas” (Chabod *apud* Holanda, 1959, p. 351).

Além disto, sem fontes explícitas, o texto pode ser tido como marcadamente arcaico. A observação de campo, um recurso metodológico, no entanto, traz para sua escrita uma certa interdisciplinaridade. Mas os traços principais modernos e modernistas, quais sejam, revisionismo e uma relação explícita com o elemento popular, não existem nele. No que se refere ao gênero, Olivina Olívia não demonstra atenção ao elemento feminino. A não ser quando menciona Nossa Senhora da Penha. Mas esta aparece no texto como “mãe protetora”, uma mitificação bem masculina sobre as mulheres. Por isto, pode se dizer que o texto é tematicamente masculino, e o impulso irracional do êxtase para seu desenvolvimento contribuiu para a percepção da mulher como ser pouco afeto à racionalidade.

Nestes termos o texto serve pouco ou quase nada à construção de uma cultura moderna paraibana. Se o faz, o que poderia ser percebido pela investigação com os seus leitores é de maneira conservadora, porque o elemento popular não aparece, apegando-se ao episódico justaposto, nele não há revisão alguma nem fontes. Quando menciona conflitos e relações internacionais, como o contrabando de pau-brasil por franceses e a invasão holandesa de 1634, não demonstra consciência da dimensão de tais relações, que

significavam a própria inserção do espaço e de suas riquezas naturais, bem como de seus habitantes, numa teia dos interesses internacionais, econômicos e políticos. Nestes termos, o mercado mundial (Berman, 1986, 16), embora ainda não propriamente capitalista, apenas vislumbrado descritivamente no texto, poderia ser um leve traço modernizante.

Não mencionando fatos determinantes como as relações com outras capitanias, contribui para a idéia de que inexistiam tais relações e para uma visão paroquialista da história do Brasil. Vários processos demonstram aquelas relações, tais como os movimentos para a colonização do interior paraibano vindos da Bahia e Pernambuco, os bandeirantes paulistas sufocando Palmares, o comércio de alimentos para consumo interno, o tráfico interno de escravos, a anexação da Paraíba a Pernambuco no século XVIII, a obrigação de comercializar pelo porto de Recife, para citar alguns. Além disto, a colonização paraibana esteve também ligada à própria expansão do estado colonial para o norte, sob interesses habsburgos. Tropas espanholas participaram da conquista inicial, garantindo que o Nordeste do Brasil continuasse sob domínio ibérico, expulsando franceses aqui bem instalados (Wright, 1989, p. 180-185).

O número 13 da RIHGP: mistificação e nobilitação na leitura do passado

No volume 13 da RIHGP, há diferenças temáticas e de abordagem bem claras entre homens e mulheres. Tais diferenças demonstram um retrocesso na escrita histórica por parte das mulheres, enquanto os homens tendiam a acompanhar os avanços da disciplina, secularizando-a, independentemente da temática abordada. Impressiona o fato de que todos os textos publicados por mulheres apresentam tal marca a partir da incorporação do sobrenatural. Escolhemos três trabalhos de homens para fazer o contraponto de gênero,

onde é possível fazer a comparação, pela temática e pela abordagem. Mesmo que algum homem tenha publicado texto com características epistemológicas semelhantes, entende-se que a tendência feral era de se acompanhar as mudanças na disciplina. O traço marcante distintivo de gênero são textos com uma visão histórica marcadamente mística por parte das mulheres e o contrário, por parte dos homens.

Assim, Celso Mariz (1958, 25-32) publica um trabalho que trata da produção dos sócios do IHGP, intitulado *O IHGP e a evolução cultural da Paraíba*, propondo, ao mesmo tempo, que o IHGP se mantenha unido com base numa perspectiva humanista, pois eram evidentes as discordâncias entre as gerações, chegando mesmo a desenvolver-se uma “crise do Instituto que afastou em dissidência um grupo de sócios” de 1931 e 1941. Já o Padre Francisco Lima (1958, p. 87-91) questiona a existência de liberdade religiosa no período em que Nassau foi Governador e Capitão-General do Brasil Holandês, valorizando assim o colonialismo português e o catolicismo que lhe serviu tão bem, articulando religião e poder temporal.

Pedro Nicodemos (1953, p. 63-73), fez publicar estudo sobre o caráter ideológico da colonização portuguesa, texto que conclui com um comentário emancipacionista, colocando-se a favor do movimento de 1822. Pelos trabalhos publicados pelas mulheres, entende-se o apelo feito por C. Mariz, como também seu comentário de que “a vida e o pensamento devem ser sempre temperados, renovados e retemperados pela ciência”. Foram três publicações originárias das mãos femininas. Uma biografia intitulada *Dom Moisés Coelho* (1958), de autoria de Eudésia Vieira; um trabalho de história eclesiástica, de autoria de Olivina Olívia C. da Cunha (1958), intitulado *Origem e Evolução da Igreja do Bom Jesus*; e o último, uma outra biografia de autoria de Albertina Correia Lima, intitulada *João Alves Sanches Massa* (1958).

Para o historiador de hoje, surpreende que uma biografia como a que escreveu Eudésia Vieira, tenha sido publicada na revista no ano de 1958. Mas o trabalho tem sua validade para se conhecer práticas da Igreja Católica junto à sociedade paraibana. Havia no IHGP um respaldo institucional para tal abordar todos os temas, inclusive de forma mística. O próprio Celso Mariz (1958, p. 32) neste texto citado acima, nos fornece qual é a sua base sem, no entanto, argumentar contra seus exageros, notadamente aquelas iniciativas que não pretendiam refletir sobre o passado, mas sim voltar a ele, sugerindo sempre o pensar com lógica e cientificamente. Nesse sentido entendia que eram válidas as práticas criativas dos sócios e sócias, que tratassem das “grandes virtudes, o entusiasmo que os grandes feitos comunicam”, e finaliza, “Tudo, ou só o que nos explique a lógica das ações humanas”. Além disto deve ter pesado para a publicação do trabalho de Eudésia Vieira a sua trajetória intelectual: ela já havia publicado pelo menos dois didáticos livros de história intitulados *Terra dos Tabajaras* (1955), e *Pontos da História do Brasil* (1956), que atingiu no mínimo oito edições.

Associadas a estes fatores estão condições gerais da sociedade paraibana, como sua modernização marcada pelo meio agrário, catolicismo e uma elite propensa a repetir a fórmula de que a questão social era caso de polícia, bem como uma classe trabalhadora reduzida, de origem rural recente, e uma classe média grandemente composta de funcionários públicos. Afirmava-se ou reproduzia-se assim, uma tendência tradicionalista realista, no sentido que Sérgio Buarque de Holanda dá a este último termo, qual seja, de um conjunto de escritos históricos com preocupações pelas coisas terrenas, mas eclética, já que apelava insistentemente ao misticismo católico. De tal tendência são exemplos estes dois trabalhos de Olivina Olívia (1958) e Eudésia Vieira (1958).

Relativamente à biografia escrita por esta última, seu traço mais geral é uma visão personalista ou individualizada da história, onde o agente histórico é um clérigo conservador: D. Moisés. Além da tentativa um tanto quanto forçada de criar uma mostra sua criatividade cultural, através do engrandecimento da sua atividade intelectual eclesiástica. O que chama a atenção é que a atividade cultural mencionado sob o título de “biobiografia” seja um conjunto de determinações eclesiais paroquiais! Deste modo voltamos para antes do século XII, quando os fatos da igreja eram a preocupação da historiografia cristã (Bourdé & Martin, s/d, p. 18). Mas não se reduzia a isto, pois a autora mostra as atividades na área da educação ligadas a D. Moisés, que teria sido o sucessor no arcebispado paraibano, após a morte de D. Adauto.

Teria sido porque não são citadas as fontes, embora no caso da bibliografia por ela mencionada, o conteúdo é descrito com tal precisão que torna muito crível a escrita histórica. Os textos de Eudésia Vieira, Olivina Olívia e Albertina C. de Lima são muito parecidos pelo tom mítico com que tratam o objeto escolhido. Eudésia Vieira usa a revista para fazer a apologia de um membro importante da igreja católica. Olivina Olívia, por sua vez, reunindo misticismo e mitificação, e distanciando-se cada vez mais de seu inicialmente proclamado espírito positivo, incorpora elementos sobrenaturais à narrativa, o que pode ser até mesmo interpretado como uma reação contra a tendência humanística, que se afirma dentro do próprio IHGP, mesmo que tais conflitos apareçam apenas mencionados diretamente no já citado texto Celso Mariz (1958) sobre a evolução cultural paraibana e o IHGP.

C. Mariz sabia do que estava falando. Na qualidade de sócio fundador e ativo participante da produção cultural paraibana, conhecia os membros do Instituto e o que representavam em termos do desenvolvimento das atividades criativas. O que está

formalizado nos textos de Eudésia Vieira e Olivina pode ser considerado como uma reação consciente às tendências secularizadoras, racionalistas, que vinham se afirmando desde o Renascimento na Europa e que para cá seriam transportadas. Sérgio Buarque de Holanda (1959, p. 7) dimensiona bem esta luta sutil e multissecular, quando escreve que mesmo no âmbito espiritual moderno mais característico, como o pensamento cartesiano,

“as correntes (...) que irão desembocar a seu tempo na negação do sobrenatural, passando sucessivamente pelo naturalismo, o racionalismo, o agnosticismo, e enfim pelo ateísmo sem reboço ou temor, parecem ocupadas, num primeiro momento em retardar o mais possível, e por estranho que pareçam, em contrariar a marcha no sentido da secularização crescente da vida: meta necessária, posto que nem sempre declarada, dos seus esforços”.

Se nas próprias atividades de indivíduos que criariam tendências tão críticas à presença da explicação e dos “fatos” sobrenaturais na leitura da história e da natureza verificou-se tal embate, o que dizer de pessoas que traziam consigo o peso de uma tradição católica, algumas vinculadas a famílias politicamente importantes num passado colonial, como também o fato de que muito de seu sucesso profissional esteve vinculado ao que havia de tradicional e não às mudanças, ou pelo menos, a pouca extensão das mudanças ocorridas no Brasil e na Paraíba, em 1889 e 1930? Assim, ancoradas no que já haviam conseguido e na necessidade de mantê-lo, Eudésia, Albertina e Olivina, aferravam-se a uma leitura do passado de forma mais tradicional.

Vinculadas à Igreja Católica pela educação, amparadas histórica e politicamente por esta mesma instituição, quando na década 30 o próprio Arcebispo lhes garantia idoneidade religiosa para o a criação e desenvolvimento das atividades da Associação Paraibana Para o Progresso Feminino, as autoras, dentro do Instituto, retribuem o apoio recebido e que com

certeza continuavam a receber, filiando-se não só a um realismo eclético eclesiológico, mas escancarando a RIHGP ao discurso histórico mais abertamente místico. Numa espécie de delírio extático, Olivina Olívia (1958, p. 102) afirma em determinado momento do texto, para explicar a reativação das atividades religiosas na Igreja do Bom Jesus, que “um sôpro de cristandade bafejou aquelas almas alheias aos ensinamentos divinos e o espírito adormecido até então, voltou-se para aquele ponto entregue à apatia”.

Não esquecer que a revista onde o trabalho está publicado data de 1958, momento de crescimento dos movimentos sociais no campo através das Ligas Camponesas e de sindicatos de trabalhadores, causando reação dos tradicionalistas, para os quais mesmo a extensão da CLT ao meio agrário, era metamorfoseada em ideologia revolucionária. Chega quase a surpreender como determinados setores reagem fanaticamente a uma ordenação mais racional, capitalista, da sociedade brasileira. Mas é que o campo arcou enormemente com o padrão de acumulação urbano-industrial desenvolvido a partir de 30: se as leis trabalhistas garantiram um padrão mínimo ao trabalhador urbano CLT, os do meio rural foram duramente penalizados. Entendo que neste contexto histórico, os filiados ao conservadorismo na Paraíba, tendiam a reagir fortemente, em todas as instâncias e instituições, com a desculpa de que quaisquer cores novas se transformassem em vermelho soviético, abrindo espaço para o ateísmo.

Como será demonstrado a seguir, o trabalho sobre Sanchez Massa é uma espécie de corolário desta atividade feminina marcada pela reação, embora não seja o último trabalho publicado neste número da revista. A figura foi biografada com objetivos de transformá-lo em *persona* da nossa história regional, já que as contribuições eram tidas como tal de acordo com o Relatório do Presidente do IHGP, Clóvis Lima (1958, p. 151). Historicamente a figura do biografado foi porta-voz de práticas altamente reacionárias,

desde que participou e mesmo organizou movimentos anti-constitucionalista e colonialista, no período da emancipação política do Brasil.

A transição do estatuto de colônia e de reino unido para a formação do estado nacional dependente (Novais, 1986, p.15-26), que começa em 1808, com o fim do monopólio comercial externo e finda em 1831, com a Abdicação, foi legítima e importante para a afirmação da sociedade brasileira. O biografado por Albertina Correia Lima também foi contra-revolucionário em 1817. Nesse sentido, entendo que a biografia é uma tentativa elitizada, conservadora, de recuperar para a história, a figura de um parente seu, já que Albertina Correia Lima era sua tetrataneta, como consta no texto em análise. O trabalho é um elogio a sua masculinidade, força moral, laboriosidade e outras coisas do tipo que faz dele um texto masculino em termos de gênero, já que não critica a caráter opressivo do patriarcalismo.

Do que escreveu sobre João Alves Sanchez Massa nas cinco páginas do texto, uma e meia são dedicadas a mencionar seus netos, bisnetos, trinets, tetranets e pentanets, com as respectivas atividades profissionais. O único documento mencionado como fonte, está contido na obra *Datas e Notas da Paraíba* de Irineu Ferreira Pinto e é questionado por registrar que o biografado foi preso, após pegar em armas contra o juramento da constituição portuguesa, em 1821. Antonio Freire (1974, p. 1-12) não faz o mesmo questionamento sobre o documento citado. A tentativa da autora não tem muito alcance, porque as fontes que usa para tal questionamento são unicamente as memórias dos próprios familiares do biografado. A autora poderia ter procurado fontes históricas mais independentes, pois historiadores como Irineu Ferreira Pinto e Alcides Bezerra, são citados no texto de A. Freire corroborando a versão da prisão e da hostilidade para com ele por parte da Junta Governativa da Província da Paraíba através de documentos, os quais

mostram, inclusive, a influência de Sanches Massa nos altos escalões governamentais do Império.

A vida de Sanchez Massa realmente poderia oferecer elementos para uma discussão rica em torno de temas que um certo conhecimento histórico relega ao esquecimento, como as lutas que envolveram o processo de emancipação do Brasil, bem como de que maneira o estado nacional foi organizado levando em consideração interesses de portugueses que ficaram no Brasil e na Paraíba. É citado por autores muito lidos como Horácio de Almeida (1997, p. 98) que considera tanto o Capitão João Alves Sanches Massa como seu aliado do Partido Anti-Constitucionalista, Coronel de Cavalaria Matias da Gama Cabral de Vasconcelos como “sobas parasitários do poder”. Também José Octávio de Arruda Melo (2000, p. 103) menciona o biografado pela tetraneta como “desertor” da Revolução de 1817, fato que contribuiu para o fracasso do movimento, pois “criou problemas de abastecimento, mediante a interceptação dos comboios de gado e farinha destinados à capital”.

Não é lamentável que a biografia seja historiograficamente conservadora. Quando afirmo isto não se entenda que há uma concordância na construção histórica de textos conservadores de história, mas sim que esta linha ideológica do conhecimento histórico poderia contribuir para um crescimento do saber sobre a sociedade brasileira, como também promover a educação e o debate em bases elevadas, ou seja, a partir de referenciais teóricos sólidos, pesquisa histórica e criatividade, ao invés da escancarada atitude promocional. Sobre a história conservadora brasileira, José Honório (1988, p.141) é particularmente incisivo na crítica, analisando que não primou pela seriedade. A autora encerra o trabalho com uma frase que expressa bem os limites aos quais se propõe,

escrevendo que “Justo é o *culto de veneração* que os seus descendentes tributam à sua memória (grifo meu)”.

Porém, o trabalho foi publicado numa revista de órgão de importância cultural na Paraíba. Isto significa que ao valorizar o biografado, a autora também legitima práticas individuais com dimensão pública. Isto, ou seja, a biografia, o ato de publicá-la e a leitura, deveriam ser vistas de forma crítica, como um ato cultural e educacional. Voltando à questão da relação gênero e modernidade, a biografia pode ser tida como marcada pela feminilidade conservadora e pelo arcaísmo, pois a defesa a todo custo do biografado traz em si a marca da submissão feminina. Talvez possa se argumentar que também está se afirmando como historiadora. É verdade. Mas o preço a pagar é alto, pois a historiografia crítica sobre o biografado não foi devidamente considerada. Entendo que trata-se da história construída sob o foco das elites, da história vigiada que Marc Ferro menciona (1989, p.15): “Os mesmos personagens históricos mudam de sentido conforme a legitimidade muda de signo, de foco e conforme é definida sucessivamente na França, pelos juristas, pela Igreja, pela nação”. Entendo que sua iniciativa é válida, como foi registrado, mas discordo da forma como foi desenvolvida. Na Paraíba, o foco era a família de classe alta buscando legitimar o seu antepassado mais famoso, com uma prole imensa, com muitos e muitos bacharéis.

Neste volume 13 da RIHGP é publicada uma carta de uma professora de Areia de nome Júlia Leal que não era sócia do instituto. A carta transformada em texto histórico ou fonte histórica pela publicação é descritivo, místico e episódico. Não há introdução alguma. Apenas publicou-se uma carta escrita em 1955, que começa passando informações sobre palmeiras enviadas à cidade! O restante é um elogio visionário à Santa Rita, responsável por vários milagres, como a cura de peste e o envio de chuvas para a região. Por isto, o

trabalho é indicativo de como o conservadorismo ultramontano campeava entre o “belo sexo”. A pergunta que eu faria aos membros da Comissão de História, Geografia, Antropologia e da Revista, composta pelo Cônego Dr. Florentino Barbosa, Celso Mariz e Cônego Dr. Francisco Lima (RIHGP, 1958) é por que uma entidade que se pretende cultural, deve abrir espaço no seu principal órgão de divulgação, que inclusive custava muito para publicar, para tal escrita?

A década de 1960: a comunhão com o realismo no número 14 da RIHGP

Dos três trabalhos publicados por mulheres no volume 14 da RIHGP de 1961, nos deteremos mais em dois deles, já que somente eles estão ligados à área de história. Albertina Correia Lima (1961, p. 38-42) publicou *Geogenia: em torno de uma doutrina*. Como se sabe, a *Geogenia* é ou era a parte da geologia constituída por estudos acerca da origem e formação da Terra. O texto é um exercício de erudição. Dividir os estudos geogênicos em “duas principais correntes”, quais sejam, entre os que compactuam com a teoria providencialista e outra que se pauta pela razão, que chama de transformista ou científica, identificando na transformação da matéria, a origem da Terra. A autora demonstra conhecimento e capacidade de sistematização das teorias científicas. À parte o tom grandiloquente de alguns pontos da escrita, finaliza afirmando uma comunhão com a teoria de Martin Kuckuck, até que novas pesquisas sejam desenvolvidas.

Após este registro da comunhão racionalista com o realismo, passo a analisar os trabalhos de Olivina Olívia Carneiro da Cunha (1961, p. 43-44) intitulado *A fundação do Liceu Paraibano*, e Eudésia Vieira (1961, p. 130) que publicou *Uma biografia*. Trabalhos breves como se vê. O primeiro deles pretende esclarecer a “questão controvertida da

fundação do Liceu Paraibano”. Seu objeto é, portanto, a fundação da instituição educacional mencionada no título. Em termos de domínios da história está próximo à história da educação, embora por volta de 1961, esta área de estudos ainda estivesse em gestação. Em 1949, quando José Honório (1978, p. 196) publicou Teoria da História do Brasil afirmava que “A história da educação no Brasil ainda não foi escrita. Os estudos publicados sobre a evolução geral do ensino em seus vários graus carecem de pesquisa, desconhecem as fontes e repetem-se na compilação dos fatos sumariados”.

No que se refere à abordagem, o trabalho desenvolve uma escrita episódica objetivando superar dúvidas relativamente à fundação da dita instituição educacional. Além disto, a instituição onde foi educada a elite paraibana no século XIX e em parte do seguinte é tratada com apologia como sendo o “grande Educandário, centro de onde irradiaram tantas inteligências avantajadas, constituindo no passado e no presente, vultos majestosos que honraram o nome da nossa terra”. Não discute a sua orientação pedagógica inicial. Citando a lei que cria o Liceu, faz menção aos conteúdos ensinados. Realmente existiam elementos geradores de dúvidas quanto à sua fundação, que por sua vez poderiam criar outras dúvidas a respeito da própria cronologia e motivações para a sua criação, bem como para o desenvolvimento histórico da educação na Paraíba.

Pensou-se durante um certo tempo que tivesse sido criada pelo Padre Gabriel Malagrida. Este foi morto em 1761, setenta e cinco anos antes que fosse determinada legalmente a criação da instituição objeto do estudo, em 1836. Ele teria criado outra instituição educacional, que teria tido papel importante na história da educação da Paraíba. Embora não cite os documentos, a autora menciona que consultou “jornais e outras fontes”. Cita fontes bibliográficas, o que marca um avanço relativamente a outros trabalhos seus, bem como por entender que nenhum fenômeno sobrenatural interferiu na criação do Liceu,

mas sim a ação do estado provincial paraibano, a Lei n.11 de 24 de março daquele ano de 1836. As informações sobre a criação de ambas as instituições são retiradas de obras publicadas por autores conhecidos.

Este trabalho estimula a reflexão, embora também traga a marca genealógica como motivação. O então presidente da Província da Paraíba era Manuel Maria Carneiro da Cunha antepassado de Olivina Olívia. Mais uma vez a marca familiar orientava a escrita da história, com objetivos de distinção social, demonstrado em trecho como o que se refere ao presidente de província citado, como tendo sido “de tradicional família paraibana, cujos membros tão relevantes serviços prestaram a este estado”. A marca oligárquica na história paraibana já foi analisada em estudos importantes, destacando-se *Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945)*, de Eliete de Queiroz Gurjão (1994), além de *Politics and Parentela in Paraíba. A case study of oligarchy in Brazil in Old Republic* de Linda Lewin (1975) e *Algumas implicações Históricas da Organização de parentesco para a Política baseada na família no Nordeste Brasileiro* (Lewin, 1979).

Na medida em que Olivina contribui para a construção de um determinado panteão de heróis, contribui para a afirmação de determinada estrutura de poder, onde grupos de famílias se revezavam. Instituído uma certa história, institui uma certa orientação na formação dos que a lêem, ou pelo menos, é esta a sua intenção, já que outros fatores pesam na leitura que não somente o próprio ato de ler, como o senso crítico, por exemplo. É uma prática ligada à “história vigiada”, nos termos propostos por Marc Ferro (1989, p. 11-40) quando analisa a criação dos focos da consciência histórica, os quais institucionalizam determinados saberes, na medida em que ao elaborar o conhecimento histórico este está orientado pelas “razões de Estado” e outros daqueles focos. Em Olivina Oliva o foco

permanece ligado às razões de estado, ou seja, o que orienta a sua leitura do passado é ler este passado em acordo com a ordem vigente no presente pela defesa da ordem no passado.

O que especifica seu trabalho e aquele de Eudésia Vieira sobre seus antepassados genealógicos, é que aquela razão de Estado está direcionada para garantir como agentes da história determinados grupos familiares a elas ligados, através da apologia episódica e masculina da vida pública e privada de determinados homens. Em termos mais individuais, consideradas as relações sociais das autoras, aquela escrita da história que valoriza seus antepassados é a garantia de ocupar determinados espaços públicos e privados, ou pelo menos lutar para ocupar determinados espaços, a partir da consideração por um conjunto de pessoas que têm acesso aos textos, de que elas fazem parte de um grupo historicamente importante para o estado. Portanto, elas se vêem e projetam a visão de que são pessoas da “melhor escol”, como diz no seu primeiro trabalho quando analisa entidades culturais e cívicas, sendo que tal processo de elitização social está sempre relacionado ao grau de educação formal além do parentesco.

Olivina Olívia é a expressão mais acabada da escrita histórica conservadora, nos termos definidos por José Honório Rodrigues. Ao publicar *O Barão de Abiaí* tanto legitima certos personagens que historicamente estiveram associados à repressão sangrenta de movimentos populares, como D. Pedro II, o Barão de Abiaí e o capitão Joaquim Manuel Carneiro Cunha, irmão do segundo, então presidente da província da Paraíba, em 1874, como nega às camadas populares a capacidade de construção da história e de se insurgir contra a opressão. Na parte que trata do movimento do movimento de Quebra-Quilos sobre no livro *O Barão de Abiaí* (Cunha, 1940, p. 68-71) os revoltosos são definidos como matutos ignorantes a serviço de mandatários poderosos. Na visão dela, a repressão ao movimento de Quebra-Quilos é vista assim:

“As medidas enérgicas tomadas pelas instituições da polícia e do exército não permitiram que os potentados continuassem a ação devastadora, servindo-se de matutos ignaros, para satisfazer as suas paixões de políticos intransigentes e nefastos.

S. M. o imperador para premiar pelos inolvidáveis serviços que prestara à causa pública e ao governo geral, distinguiu-o com a Comenda da Imperial Ordem da Rosa.”

Nenhuma crítica à repressão isentando os revoltosos de responsabilidade direta na deflagração do movimento, já que afirmou no texto que eram massa de manobra de poderosos da região. Também não comenta sobre a justiça de reprimir os tais “potentados”: pois estes de qualquer forma integravam as elites do estado. De acordo com Horácio de Almeida (1997, p.135) a repressão da população pobre generalizada, cruel, selvagem, consistindo de prisões em massa, castigo de inocentes, violação de domicílio em qualquer horário e a tortura pelo uso do colete de couro. No livro da autora, uma breve reflexão iniciada sobre as causas do movimento é afogada pela visão “oficial” da história. Nessa medida, as razões de estado relacionadas às particulares e de classe social determinavam tal necessidade de apologia à ordem. As instituições não podiam ser atacadas, pois representavam a possibilidade de manutenção de uma certa estrutura de classes, uma outra característica da história conservadora (Rodrigues, 1989, p. 139)

Olivina Olívia defende a visão das classes superiores, mas de um certo modo tende a defender um segmento de classes e particularmente de certas famílias abastadas através da legitimação da atuação de seus membros. Particularmente aqueles da sua própria genealogia. Daí poder-se afirmar que seus escritos são, em geral, socialmente parentelísticos e político-ideologicamente oligárquicos, pois as instituições políticas provinciais só estão em boas mãos, quando estão sob o controle do grupo ao qual se vincula

genealogicamente. Sobre o caráter não-modernista da produção deste conhecimento histórico, entendo que não há por que se ter dúvidas. A relação que guarda com as camadas populares é inexistente, este é o traço determinante. Sua preocupação é estabelecer uma verdade histórica que legitima conservadoramente o progresso. Por isto pode ter um sentido moderno, pois traz as marcas da defesa da ordem institucional e social e, com isto, fortalece o estado nacional imperial e republicano e mesmo o colonial, quando edifica a luta contra franceses e holandeses, em *As nossa praias e a História* (Cunha, 1953).

A mudança, caracterizada pela criação de uma instituição de ensino secundário na Paraíba, já que antes a elite regional ia estudar em Recife, é um fato que deve ser pensado nos termos da afirmação do Marquês do Paraná, líder do Partido Conservador do período imperial. Para este “não há boa conservação sem que haja também progresso” (Rodrigues, 1989, p. 12). A defesa da razão de Estado, das classes dominantes e a exaltação de governantes, conformismo e submissão aos poderosos, que são as características das correntes conservadoras brasileiras (Rodrigues, 1989, p. 2-7), estão presentes plenamente nos textos de Olivina. O trabalho seguinte intitulado *Uma biografia* (Vieira, 1961, p. 130) é simples de conteúdo e se aproxima do conjunto da prática presente nos institutos de publicar trabalhos ornamentais e sociais, sem relevância para a pesquisa histórica, já que não representavam a incorporação e divulgação de práticas inovadoras, na visão de José Honório Rodrigues (1982, p. 37).

É acadêmico, no sentido de que não mostra uma renovação do pensamento histórico, ao contrário de alguns aspectos presentes em textos de Olivina Olívia C. Cunha como *Associações de Outrora*, *Curemas* e *As nossas Praias e a nossa História*, que apresentam, respectivamente, uma visão mais coletiva da história, uma matematização da escrita histórica e uma preocupação de espaço. Quanto ao aspecto acadêmico importa

lembrar que é uma questão histórica, pois as academias surgem justamente como espaços organizados para a renovação do saber pelos humanistas em oposição à atividade cristalizadora dos escolásticos. Aquele sentido é mais próprio para o século XIX, quando as universidades retomam a vanguarda da renovação na produção do conhecimento na Europa e especialmente na Alemanha (Burke, 2003, p. 40; 51).

O texto de autoria de Eudésia Vieira assemelha-se mais a um necrológio com um leve traço historiográfico, já que se preocupa em refletir um pouco sobre uma obra biográfica sobre Augusto dos Anjos. Não chega a ser um texto biográfico, mesmo nos termos tradicionais. A autora simplesmente toma a defesa - exaltada - de Augusto dos Anjos, a partir de uma biografia do poeta escrita por De Castro e Silva. Aparecem, muito de relance, aspectos da vida política da época, como as perseguições a pessoas mesmo que de famílias importantes, através da crítica indireta a João Machado, Governador do Estado que teria se curvado à influência da “inveja dos que viviam em palácio por não possuíram os dotes peregrinos de Augusto”. É de certa forma politicamente surpreendente que tenha conseguido publicá-lo, já que João Machado era irmão de Álvaro Machado, Governador que em 1905 teve participação direta na fundação do IHGP.

O então chefe do executivo teria se negado a contratar o Paraibano do Século como professor, obrigando-o a migrar para o sudeste. Na verdade, ele era professor, porém, não era efetivado no cargo e por isto não poderia ser licenciado. A escrita em tom de revolta e atribuindo à inveja palaciana sua ida para o Rio de Janeiro, parece contribuir mais para a afirmação tradicional, inferiorizadora, da mulher, ou seja, do ser pouco racional e sim mais sentimental. Não havia incompatibilidade política entre Augusto dos Anjos e o governador. Quando foi eleito João Machado, a mencionada condição de professor interino do Liceu paraibano, foi adquirida “como prêmio ao apoio da sua família à oligarquia dominante”.

Para não mencionar as declarações públicas do poeta apoiando João Machado em solenidades onde se destacava como orador a convite do chefe do executivo (Barbosa, 1965, p.307).

Considerando que Augusto dos Anjos votou em Rui Barbosa e não em Hermes da Fonseca, o candidato da oligarquia no poder na Paraíba, não teria sido a inveja de seus talentos que despertou a perseguição palaciana, mas sim, uma atitude politicamente inaceitável para os padrões da época e talvez para os de qualquer época. Além disto, pelo seu republicanismo, João Machado não via como dar licença a um professor interino. A insistência de Augusto dos Anjos teria acabado por irritá-lo e gerar o conflito, que resultaria na súbita ida deste último para o Rio de Janeiro, o almejado centro cultural do país, onde julgava ser o lugar ideal para expandir seus talentos. Não se pode dizer que aqui no estado não tivesse condições de vida. Pelo contrário. Tanto ocupou o mencionado cargo no Liceu como foi diretor do Instituto Maciel Pinheiro (Barbosa, 1965, p.306-308). Portanto, me parece que a sua vitimização é um processo sem base histórica. Como integrante de uma categoria intelectual tradicional, pois era bacharel em direito, talvez tenha pensado “com espírito de grupo” (Gramsci, 2001, p. 17), ou seja, pensou que sua existência enquanto tal guardava independência das relações com os grupos sociais e particularmente com o grupo no poder, entrando em conflito pessoal com o próprio chefe do executivo.

É claro que saiu perdendo e, revoltado, pediu demissão. O pequeno texto foi escrito com paixão. Mas qual o sentido desta paixão? Francisco de Oliveira (1981, p. 13), por exemplo, no prefácio de *Elegia para uma re(li)gião*, escreve que aquilo que o move é também o sentimento da paixão, mas “Paixão no sentido de Gramsci: o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender *não é* um objeto de investigação: é uma causa”. O

sentimento ou energia físico-mental-emocional que move a escrita de Eudésia Viera não tem caráter político-social, embora seja fraternal, solidário. É algo propriamente da esfera individual, mais pessoal, liberal. O texto é de 1961; a autora, no entanto, não percebeu ou não quis perceber que o “exílio” de Augusto dos Anjos poderia guardar semelhanças com a situação de milhares de paraibanos trabalhadores, trabalhadoras e seus filhos e filhas que tiveram de migrar não por ambições intelectuais (Barbosa, 1965, p.307) ou inveja de seus talentos, como pensou a autora.

Início da moderna da escrita histórica: o volume 16 da RIHGP

No volume 16 aparece um estudo de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro (1968, p. 80-96). O trabalho é o seu discurso de posse no IHGP, em 1967. Seu objeto é a Fortaleza de Santa Catarina. Portanto, um trabalho de História militar regional paraibana. O trabalho pode ser dividido em duas partes. Uma primeira onde faz saudações e onde não há uma leitura do passado, e outra onde relata fatos ligados a Fortaleza, justificando seu tema, cita teóricos da História e discute fatos históricos nos quais a instituição militar teve papel central ou de destaque. Encerra o trabalho com um poema sobre a dita instituição. A autora mostra abertura para a escrita da história com base em fontes não tradicionais, escritas e oficiais, citando autores de peso como Marc Bloch e Lucien Febvre.

Não se preocupa, explicitamente, apenas com as figuras mais destacadas como comandantes descrevendo um pouco sobre a vida cotidiana dos soldados, não se prendendo somente à exaltação pura e simples do objeto estudado. Procurou demonstrar o quanto a carreira militar era importante no período colonial, através da menção dos ordenados recebidos por todos, desde o comandante até os soldados. Este parágrafo está inconcluso.

Por isto, impossível saber se fez referências à diversidade das forças militares coloniais, aos seus diferentes papéis na manutenção da ordem, podendo haver designação diferenciada para determinadas forças militares, dependendo de sua base territorial, como menciona Caio Prado (1957, p. 308-310).

Em que pese o seu reacionarismo na vivência universitária (Citadino, 1993), a autora procurou sustentar a sua fala em documentos, mostrar a necessidade de publicá-los, como também demonstrou conhecimento de onde poderia se ter acesso a tal documentação, ou seja, encarnou o espírito mais profissional da instituição. O texto é episódico, não só pela sua estruturação, como o próprio título indica, mas também pela maneira como aborda os fatos históricos selecionados. O objeto em si é relevante, já que é uma instituição importante para o processo de colonização da região. Mas nenhum comentário foi feito sobre a relação das forças militares, batalhas e economia: apenas que a Fortaleza de Santa Catarina era fundamental para a salvaguarda do império ibérico. Há comentários anedóticos na construção da escrita da História, pelos relatos de curiosas passagens de decapitação por bala de canhão e outras descrições do mesmo gênero. Poderia até ter um significado histórico, se a autora abordasse as batalhas a partir de uma dimensão social e política, como sugere J. H. Rodrigues (1978, p. 175).

Nenhuma palavra também sobre os danos causados à população indígena pelo processo de colonização ou qualquer outra crítica a este. O texto identifica-se em grande parte com a história das guerras, embora estas apareçam de forma limitada já que a boa história das guerras deveria entendê-las “não só como luta armada, mas como crise social e política [que] tem importância fundamental para o conhecimento do passado” (Rodrigues,

11978- p.175). Historiadores importantes como Burkhardt e Arnold Toynbee se dedicaram à história militar. No Brasil, esta tem

“devorado grande parte da história política (...). desde os clássicos até recentemente, são as façanhas e os sucesso guerreiros que têm constituído a matéria selecionada da história política. As origines e o desenvolvimento das instituições políticas, constitucionais, legais e administrativas foram abandonadas a favor das audácias ou fraquezas da força militar” (Rodrigues, 1978, p. 174).

É clara a relação do texto de Vilma Cardoso com o comentário crítico acima citado. Em termos de gênero algumas mulheres se preocuparam com fatos que envolveram grandes ações militares, como as revoluções Americana e Francesa (Smith, 2003). Mas não eram seus objetos principais. Nesse sentido, Vilma Monteiro Cardoso escreveu e publicou um texto identificado com a escrita histórica masculina. A única mulher no texto é uma índia que é morta com tiros “nos peitos”. Um anedotismo grosseiro e até um tanto mórbido. Talvez com um significado de classe e étnico, pois duvido que se referisse, assim, à morte de uma mulher branca e portuguesa.

Seu conservadorismo se expressa pelo distanciamento do elemento popular e pela ausência de crítica à colonização portuguesa. O caráter moderno do texto decorre dos autores que cita, criando referências para o texto, pelos cuidados com as fontes documentais, pela ausência do sobrenatural intervindo na história e quando propõe a sistematização de condições para o desenvolvimento da pesquisa histórica. A abordagem, episódica, sem uma síntese que ela própria entende ser fundamental, pode reduzir o caráter moderno do texto, mas não por completo. Vilma Cardoso Monteiro marca o início de uma postura propriamente profissional na escrita histórica das mulheres do IHGP, contribuindo

para a construção da racionalidade daquela escrita histórica, tendo o cuidado de atender aos limites impostos pela tradição conservadora.

Também neste volume 16, sai mais um trabalho de “história vigiada” pelo foco das oligarquias. Trata-se de uma biografia de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, escrita por Olivina Olívia C. da Cunha (1968: 157-161). O trabalho é válido pelo quanto torna inteligível uma figura de militância política indiscutível, antes e depois de 1822, tendo participado de processos como os de 1817 e 1824, e fundado o Partido Conservador. A autora traça um perfil psicológico e moral, mas não faz relações entre a atuação política do biografado e sua condição sócio-econômica, nem com o contexto social onde atuava. Neste sentido, perdeu-se a oportunidade de se conhecer mais a trajetória de figura tão expressiva da vida política paraibana. Um determinado modernismo caracteriza o texto por abordar uma figura que militou pela construção do estado nacional brasileiro, mesmo nos estreitos limites de uma sociedade escravista agro-exportadora. Mas modernista não se pode dizer, já que não faz relação a relação com a participação propriamente popular na emancipação brasileira. Como frisou Annateresa Fabris (1994, p. 14) já mencionada, esta é uma característica da cultura modernista em geral.

O penúltimo trabalho analisado é intitulado *A Lei do Ventre Livre*. É este o tema da jornalista Waldice Mendonça Porto (1971, p. 138-144), no vol. 19 da revista, sendo o primeiro a apresentar uma bibliografia de referência sistematizada. É um discurso no IHGP, em comemoração ao primeiro centenário da Lei do Ventre Livre. A autora tem uma visão fatalista do processo de criação da legislação e das relações dos escravos e negros com o conjunto da sociedade. Faz menção a fatores de outra ordem econômica que iam contra a criação de leis antiescravistas. Não relaciona o processo de modernização da economia e da

sociedade com o a criação de tais leis, bem como atribui à falta de execução da lei do Ventre Livre, o início da Campanha Abolicionista. Argumenta que “Isabel, a Redentora, foi *o instrumento da vontade divina* condicionando as circunstâncias que culminaram com o anseio de todos (grifo meu)” (Porto, 1971:143).

Além da discussão sobre a “vontade divina” interferindo na história, o trabalho perde muito de sua importância devido à vasta bibliografia crítica sobre tema, à época já existente. Relaciona-se minimamente com a produção moderna pela citação de fontes, mas é arcaico pela providencialismo. Não foi percebida nenhuma valorização da ação feminina em termos humanistas. Este artigo é um exemplo bem claro de como a tradição pesa na renovação da escrita histórica, já que, mesmo citando as fontes que lhe sustentam a argumentação, insiste em fazer interferir o maravilhoso, o sobrenatural no curso da história. Dessa forma, Waldice Porto reproduz os idealismos espiritualistas, se opondo às tendências humanistas dentro do IHGP. E isto numa mulher que era advogada e ocupou cargo de direção na Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (IHGP, 1995, p. 113-114).

Por último, no volume 20 que saiu em 1974, há o trabalho sobre as populações indígenas que habitavam o interior da Paraíba no período colonial, particularmente o século XVII, de autoria de Vilma S. C. Cardoso (1974, p. 9-21). O objeto é fascinante e de importância histórica indiscutível. A abordagem não contribui para uma visão preconceituosa dos indígenas. Porém, a educação histórica fica prejudicada por equívocos relativamente à diversidade de nações indígenas, e, claro, às suas especificidades culturais e históricas, explicitadas por José Elias Borges (1993:21-42), em *Índios Paraibanos* –

Classificação Preliminar. Há ainda neste volume, outro trabalho de Waldice M. Porto (1974, p.64-69) intitulado *O elemento servil na transformação Brasil Colônia-Império*.

Comparado ao seu trabalho anterior, Waldice Porto dá vários passos importantes para a renovação da escrita da história. O primeiro deles é não conferir à divina providência a instituição da escravidão, embora adote na tese de que o negro foi escravizado porque já estava acostumado ao trabalho forçado. Já se sabe que tal escravização relacionava-se justamente com as possibilidades enormes de lucro dele auferidas. Demonstra conhecimento sobre as leis que regulavam o comércio de escravos, desde seu início, como as Ordenações de Guiné. Coloca coisas importantes como a existência de uma legislação protecionista ao trabalho escravo, criada com a vinda da Família Real para o Brasil. Em acordo com os ideais iluministas, condena o tráfico como “infame comércio” e a própria escravidão. Também contextualiza a colonização como parte de uma expansão comercial e quando associa à abertura dos portos, em 1808, o início do processo de emancipação política, rompendo com o paroquialismo.

Ao pretender escrever a história olhando para os oprimidos pela escravidão, Waldice Porto esqueceu que os índios foram amplamente escravizados no Brasil. Sua leitura da história do Brasil está muito influenciada pelos ideais iluministas. Associa à Revolução Francesa, o início do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Este outro é ponto importante, pois demonstra uma leitura que rompe com a história episódica. E, mesmo que não se preocupe em mencionar as transformações de ordem econômica que influíram naquela tal transição menciona, todavia, a Revolução Industrial como parte do processo. Sobre a Revolução de 1789, posiciona-se de forma abertamente favorável, inclusive associando absolutismo e obscurantismo com religião. A autora mostra

alcance na argumentação quando a menciona a relação entre os interesses da Coroa e dos mercadores. Toca na questão importantíssima da desvalorização do trabalho manual, citando Câmara Cascudo.

Também ressalta a questão do patriarcalismo rural associado à instituição da escravatura, tudo indica que a partir da leitura da obra *Nordeste*, de Gilberto Freire, que aparece citado na bibliografia. Por outro lado, se equivoca quando afirma que a extinção da escravidão implicou no assalariamento dos negros. Implicou na possibilidade de tal condição. Ela foi sendo aceita exatamente por tornar as relações de produção mais flexíveis, agora não mais calcadas somente na racionalidade comercial e sim na melhor maneira de garantir condições de lucratividade já a partir das próprias condições e relações de produção, como bem analisou Octávio Ianni (1978, p.297-319), pois o assalariado pode ser engajado e afastado da unidade produtiva de uma forma que o escravo não podia.

No conjunto o trabalho é superior a muitos anteriores, não caindo na familiarização da história ou no paroquialismo, como já se disse. Permanecem, no entanto, as intenções de uma história vigiada pela razão de estado, bem como a idéia pouco crítica de que a nação brasileira depois de 1822 era uma só e sem contradições. Permanece também o entendimento de que quem faz a história são pessoas de elite e letradas, embora, paradoxalmente, a autora cite uma obra que trata da luta dos escravos pela libertação. No fecho que dá ao texto, deixa entrever claramente o seu conservadorismo histórico, com um comentário apologético a Pedro I, aos letrados, à mocidade acadêmica. Trata-se, sem querer tirar os méritos do texto, de mais um trabalho de história vigiada sob o foco da razão de estado e das elites. Não se deve desconsiderar o ano de sua publicação, qual seja, 1974, auge do arbítrio.

No vol. 22 da revista do IHGP, de 1979, não há trabalho de mulheres. Nos anos seguintes, com a entrada de historiadoras e doutoras em História, vinculadas ao Departamento de História da UFPB, como Marta M^a F. de C. e M. Santana, Rosa Maria G. Silveira., Lúcia Fátima G. Ferreira e Diana S. Galiza no IHGP, a contribuição feminina estaria sustentada pela formação profissional mais específica na área de História. Relativamente às temáticas envolvendo mulheres, vários trabalhos são publicados: *Mulheres em Marcha* (Santana,1996), *A mulher na comunidade atual* (Palmeira), que não tem está datado (IHGP, 1995, p.76), *Maria Eudócia de Queiroz Fernandes –uma educadora – um exemplo de vida* (Palmeira, 1988), *A presença da mulher no Instituto Histórico Paraibano* (Palmeira,1995), *As mulheres musas dos Anjos* (Cartaxo, 1995), *Viúva de João Suassuna reconstitui fatos de 1930 e sua longa caminhada* (Terceiro Neto,1995), *Uma professora na época colonial* (Ribeiro,1995), *A professora Maria Emerentina de Gouveia Coelho nos seus 104 anos* (Freire), *A paraibana Branca Dias nunca existiu* (Aguiar,1996), *Entrevista de Maria Augusta de Oliveira* (Melo, 1998), *Uma matriarca* (Ramos,1999), *Lourdinas: 60 anos a serviço da comunidade* (Burity, 2002) e *Anita Novinski, Kayserling e os judeus da Ibéria* (Nóbrega,2003). Este conjunto de artigos demonstra o crescimento da temática feminina na escrita histórica de sócias e também dos sócios, sejam historiadores (as) profissionais ou não.

Considerações finais

No período de 1934 a 1979, os dados estatísticos sobre docência na Paraíba mostram que a educação histórica foi desenvolvida predominantemente por mulheres, exceto nas escolas de nível superior. Inversamente, eram os homens os principais

produtores do conhecimento histórico. Assim, há uma divisão social e técnica do trabalho, entre aqueles que produzem o conhecimento e outros que o divulgam, entre quem pensa e quem executa, expressa na divisão do trabalho por sexo e gênero. Em geral, portanto, o processo de modernização criou condições para que as mulheres se tornassem transmissoras de conhecimento. Porém, concomitantemente a esta condição ampla de transmissoras de conhecimento, e até por conta dela, já que o magistério destacava-as, algumas mulheres ascenderam à condição de produtoras de conhecimento. Importa acrescentar que não foram somente a escolarização e a integração no mercado de trabalho docente que influenciaram a mudança mencionada: a prática política de várias delas, ligada ou não às causas feministas, bem como sua origem social e relações sociais, também influíram. Sua experiência na modernidade paraibana está condicionada por todos estes fatores.

Já a relação do conjunto de textos produzidos pelas historiadoras do IHGP com o desenvolvimento do conhecimento histórico no Brasil é bastante eclética, trazendo elementos de vários períodos da historiografia brasileira, desde o século XVIII até o século XX, sendo impossível enquadrá-los numa das fases definidas por Carlos Guilherme Mota (1990, p. 26-51), em *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933- 1974*. Na verdade, seria possível excluí-los das duas últimas, das cinco fases levantadas pelo autor: a fase das revisões radicais, de 1964 a 1969, e dos impasses da dependência, de 1969 a 1974.

No que diz respeito à escrita histórica na Paraíba, José Octávio de Arruda Melo (1977, p. 23) distingue três linhas de produção, todas datando do primeiro terço do século XX: uma factual e documental, cujo fundador é Irineu Pinto, uma outra iniciada por Maximiano Lopes Machado cujas características principais são “as longas dissertações de cunho cronológico, (...) repassadas de interpretação liberal, anti-colonialismo e espírito

crítico”, e uma terceira, desenvolvida a partir de Irineu Joffily cujo traço principal é “extraordinária concisão”. Os textos das mulheres não poderiam ser associados com muito rigor a nenhuma delas, embora José Octávio tenha entendido que Vilma dos Santos Cardoso Monteiro esteja mais afinada “na forma que na essência” com a linha maximiana.

Nos textos analisados nesta pesquisa entendo que há traços das três correntes presentes em diferentes textos de uma mesma autora ou de diferentes autoras. Porém o que distingue alguns deles das três correntes apresentadas é o misticismo como elemento explicativo para fatos históricos, excetuando-se *Associações de Outrora* (Olivina, 1946), *A fundação do Liceu Paraibano* (1961), *Comendador Joaquim Manoel Carneiro da Cunha* (1968), *Dom Moisés Coelho* (Vieira, 1958), *Uma Biografia* (Vieira, 1961), *Fatos da História da Fortaleza de Santa Catarina* (1968), *Os índios Cariris e a formação do sertanejo* (Monteiro, 1974), *João Alves Sanches Massa* (Lima, 1958), *O elemento servil na transformação Brasil Colônia-Império* (Porto, 1974), *Fatos da História da Fortaleza de Santa Catarina* (1968), (12) *Os índios Cariris e a formação do sertanejo paraibano* (1974). Este conjunto equivale a 73,3 % da produção feminina analisada.

Este percentual pode ser menor, pois há casos onde o tema é tratado sob a ótica providencialista, mas esta era estimulada pela ausência de uma visão social e propriamente histórica da Igreja Católica e dos seus membros: o trabalho de Eudésia Vieira (1958) sobre um dos arcebispos paraibanos, Dom Moisés Coelho, é exemplo de tal prática. Assim, por este e outros traços presentes nos textos por elas produzidos, os quais sistematizo adiante, verifiquei uma tendência a consolidar uma sociedade em processo de modernização, sem questionar a ordem ou aspectos desta sociedade. A crítica, quando aparece, refere-se a um passado que se contrapõe a esta sociedade: é o caso, por exemplo, de Waldice Porto (1971), *A Lei do Ventre Livre*, que coloca a Princesa Isabel como instrumento da Providência,

remetendo, paradoxalmente, à visão mística de mundo que era hegemônica justamente no período da escravidão (Melo, 1977, 14). Um texto mais crítico é produzido por Vilma dos S. C. Monteiro (1974) mas, em geral, pode-se dizer que os trabalhos das mulheres contribuíram para a construção de uma cultura histórica e uma sociedade conservadoras.

Além da ausência crítica e do providencialismo havia também uma visão paroquialista ou muito estreita do objeto de estudo: este traço está presente em praticamente todos os trabalhos, excetuando aqueles textos de Albertina Correia de Lima (1958), Vilma S. C. Monteiro (1968, 1974) e um de Waldice Porto (1974). Nestes, há uma contextualização do objeto, por mínima que seja, identificando-os com a linha maximiana do conhecimento histórico da Paraíba (Melo, 1977, 15-16). Já pela ausência de base documental e referências bibliográficas, exceto em todos os textos de autoria de Waldice Porto e Vilma S. C. Monteiro, as mulheres não se identificaram com nenhuma das três correntes da historiografia paraibana. Vale salientar que estes traços arcaizantes da escrita da história não foram e não são procedimentos exclusivamente femininos, e que até hoje homens publicam trabalhos na revista do IHGP que não têm fontes sistematizadas ou apresentam apenas uma referência muito vaga no próprio corpo do texto.

São exemplos mais recentes de tais procedimentos os textos de Luiz Hugo Guimarães (2003, p. 11-16), Adauto Ramos (2003, p. 57-64) e Wellington Aguiar (79-81). Do lado feminino temos o exemplo de Glauce N. Burity (2002) no já citado trabalho sobre uma instituição educacional de João Pessoa administrada por religiosas. Observe-se que esta última autora é professora da Universidade Federal da Paraíba e tem curso de mestrado (IHGP, 1995, p. 70). São estas práticas que demonstram uma autonomia pouco moderna por parte do IHGP, relativamente às práticas atuais da produção do conhecimento científico, o que se contrapõe à possibilidade de uma difusão mais ampla dos trabalhos da

revista, já que não seguem os padrões amplamente reconhecidos de organização e produção de conhecimento.

Entendo que os traços arcaizantes e o conservadorismo da produção do conhecimento histórico estão relacionados com um passado relativamente recente – o período da Primeira República – onde o agrarismo era o traço mais marcante, bem como também com uma ruptura com aquele passado feita pelo alto, via o Estado, a partir da mobilização popular de setores de classe média urbana em formação e da própria elite agrária (Melo, 1984, p. 151-221), excluindo-se possibilidades de mudanças mais profundas, no sentido de construir uma sociedade urbano-industrial que impõe padrões mais racionais na produção do conhecimento. Considerado isto, uma caracterização gramsciana das mulheres historiadoras paraibanas como intelectuais orgânicas ou tradicionais é uma tarefa complexa. Para tanto, é preciso distinguir os setores sociais fundamentais no período pós-1930 na sociedade paraibana.

A elite social paraibana era composta fundamentalmente por grandes proprietários rurais ligados à produção agro-pastoril, os quais se dividiam em quatro categorias (Melo, 1984, p. 167-168) na conjuntura pré-1930. São os *coronéis supra-estatais*, como José Pereira Lima chefe político de Princesa Isabel, que competiam com Estado no controle das funções deste, fazendo do público o privado; os *coronéis ou coronelismo arbitrário*, cujo traço mais característico é o uso da força até “às últimas conseqüências” e cujos exemplos são os Cunha Lima de Areia e os Dantas de Teixeira, dentre outros; o *grupo dos coronéis decadentes* que viram “sua função dinâmica ultrapassada” e vivem pelos favores do Estado, dos quais é exemplo o Coronel Francisco Luiz de Alagoa Grande; e, por último, os *coronéis fisiológicos*.

Os traços destes últimos, os *coronéis fisiológicos*, são uma inferioridade de poder relativamente ao grupo supra-estatal e a aceitação da autoridade da presidência do Estado sobre seu próprio poder, porém sem atingir o estágio de decadência com uma tendência “a manter o equilíbrio do sistema, invocando, pela adesão ao Estado, prestígio já não correspondente ao passado”. A união das classes médias urbanas e deste último segmento do coronelismo paraibano dará sustentação à Revolução de 1930 na Paraíba, numa luta travada fundamentalmente contra o coronelismo supra-estatal contra-revolucionário. Entendo que é dos coronéis da Revolução e das elites herdeiras do movimento de 1930 que as mulheres historiadoras serão os “prepostos”, no sentido que A. Gramsci (2001, p. 15) dá ao termo, qual seja, o de “empregados especializados”, particularmente na área cultural-educacional, cuja função mais ampla seria organizar uma cultura que correspondesse essencialmente à manutenção do poder daquele grupo de elite que se envolveu com o mencionado movimento.

Esta não é uma associação por justaposição, pois há aspectos presentes nos textos que associam as mulheres historiadoras a estes coronéis. O mais geral de todos é a eleição por elas de um panteão de heróis da História paraibana composto por antepassados seus, quase todos ocupantes de cargos públicos, ou a simples defesa da ordem social pela escrita da história sob o foco da razão de estado, associada a uma exclusão das massas na qualidade de agentes históricos. Não estou me referindo aos setores médios urbanos, mas sim aos segmentos urbanos e rurais mais baixos da escala social. Já o misticismo e religiosidade presentes em vários textos podem ser explicados a partir de certas características históricas das sociedades latino-americanas.

Essas características influíram na formação da camada de intelectuais em sociedades como México, Argentina, Brasil, Chile, Peru, onde “o elemento laico e burguês

ainda não alcançou o estágio de subordinação à política laica do estado moderno dos interesses e da influência clerical e militarista” (Gramsci, 2001, p.31). No Brasil pós-1930, ao contrário do México de Plutarco Calles, eleito presidente em 1924, não se tocava na propriedade fundiária rural que, mesmo no período de sua modernização na década de 1970, não só manteria como também aumentaria o seu elevado grau de concentração (Moreira & Targino, 1997, p.177). Associado a essa influência da grande propriedade rural, há um lento e relativamente muito tímido desenvolvimento industrial, concentrado fora dos estados da região Nordeste, particularmente em São Paulo, como foi registrado no segundo capítulo.

Entendo que a associação entre poder oligárquico, supremacia do meio agrário sobre o urbano na Paraíba, o lento e relativamente pequeno desenvolvimento industrial, e uma educação influenciada pela igreja contribuíram para aquela visão religiosa permanecer presente na cultura histórica paraibana, conferindo um traço arcaico às práticas intelectuais das mulheres do IHGP. Por outro lado, se havia condicionamentos históricos para explicá-las, entendo que havia um lado subjetivo de convicção sobre a visão de mundo expressa nos textos. Isto pode ser deduzido do fato de que as mulheres do IHGP não tinham sua sobrevivência garantida pela publicação dos textos. Elas já tinham sua colocação no mercado de trabalho como demonstra o quadro da página 137.

As características mais gerais dos textos produzidos pelas historiadoras até a década de 1970 são a ausência de fontes e de bibliografia, paroquialismo, providencialismo e religiosidade, ausência de espírito crítico, familiarização da história e, indiretamente, a razão de estado orientando a escrita da história, além de uma despreocupação com temáticas femininas. A partir daquela década percebe-se uma mudança através da exclusão do sobrenatural, sistematização de fontes e referências bibliográficas e da presença de

espírito crítico nos textos de Vilma Cardoso (1968; 1974) e Waldice Porto (1974). Mesmo antes, várias delas expressaram traços de uma escrita moderna da história, tais como contextualização, matematização ou a inclusão da quantificação na escrita da história, ausência do sobrenatural e interdisciplinaridade. Outro ponto a ressaltar é que os textos de Waldice Porto (1974) e Vilma S. C. Monteiro (1974) elegeram como objeto de estudo setores socialmente inferiores, ou seja, incluíram o elemento popular na escrita histórica quando estudaram o regime servil e uma parte da população indígena do interior paraibano.

Vilma dos S. C. Monteiro inclusive faz crítica à colonização portuguesa quando conclui que “a ação dominadora dos brancos ofereceu, inicialmente, exemplos de caráter negativo” pela demonstração de superioridade racial e pelo incentivo à traição. E, ao contrário de Waldice Porto, que elegeu os negros como objeto de estudo, mas não como agentes de da história, Vilma dos S. C. Monteiro menciona a resistência indígena gerada pela percepção da perda da terra. Além disto, em termos metodológicos, refere-se à necessidade de se revisar trabalhos já escritos, como também à necessidade de usar a “técnica moderna” que exige “dados concretos e estatísticas exatas”. Esta autora, portanto, inaugura a moderna escrita histórica no IHGP com uma amplitude não vista em nenhuma outra autora, fato relacionado à sua alta qualificação profissional na área.

Após estas considerações, entendo que a maior parte das mulheres pode ser considerada como intelectuais tradicionais, já que sua escrita histórica identifica-se com um setor social existente antes de 1930, qual seja, aquele formado pelos coronéis fisiológicos. Já Vilma dos Santos Cardoso Monteiro pode ser associada às elites urbano-industriais pelo padrão racional de seus textos, o que faz dela uma intelectual orgânica de camadas sociais novas ligadas à indústria que se afirmaram no período pós-1930. Paradoxalmente, sua postura política de convivência com o movimento de 1964, não impediu que inaugurasse

uma escrita propriamente moderna associada à reflexão, principalmente no trabalho sobre os índios cariris. Waldice Porto era uma figura em transição, no sentido que ela estava começando a aceitar os padrões modernos de escrita da história calcados em visões materialistas ou idealistas, que passaram a entender os fenômenos ligados às religiões e à magia do ponto de vista das ciências humanas (Hermann, 1997, p. 329-352).

Está fora do escopo deste trabalho perceber se Waldice Porto desenvolveu em outros textos, depois de 1979, esta linha de produção da escrita histórica, onde o sobrenatural em geral é submetido ao crivo da história. No entanto, lembro que Olivina O. C. Cunha (1946) inicia sua leitura do passado sem usar a explicação religiosa dos fatos históricos e, posteriormente, introduz elementos providencialistas para explicar a história, o que sugere que não há linearidade nas práticas da escrita histórica, como não há na própria história.

O último ponto a abordar se refere ao conteúdo de gênero das histórias das historiadoras do IHGP. Um ponto de partida é a consideração de que é possível escrever uma história homossocial, ou seja, uma escrita da história onde homens e mulheres são sujeitos da história. As historiadoras Lucy Maynard Salmon, Mary Beard, Eileen Power, Jane Ellen Harrison, amadoras e profissionais, assim procederam no período de 1890 a 1940, “mas com reveses que marcaram o posicionamento feminino do inferior versus o superior” (Smith, 2003, p. 471-472).

Em pelo menos dois textos analisados existe esse caráter de homossociabilidade histórica. O primeiro deles é texto inaugural de Olivina Olívia C. da Cunha (1946) que aborda os clubes cívicos do início do século XX. Outros textos da autora marcam reveses tanto quanto a este aspecto da homossociabilidade, quanto no que diz respeito a explicar a história sob uma perspectiva providencial. O outro trabalho é aquele de Vilma dos S. C.

Monteiro (1974) sobre a relação entre os costumes da tribo dos cariris e os sertanejos. Nele as mulheres indígenas são mencionadas em várias partes com destaque. Esta autora ainda faz um paralelo com as mulheres sertanejas, ressaltando a mesma submissão, o papel de prolíferas reprodutoras com fins de garantir não o grupo, mas a família.

Outro ponto de partida para apreciar a questão de gênero é a consideração de que é possível não haver diferenças fundadas no sexo para a escrita histórica. Miriam Moreira Leite (1989), por exemplo, entendeu que a escrita das viajantes do século XIX brasileiro não era diferente da escrita dos viajantes do mesmo século.

O que não fica claro no texto desta última autora é se a ausência de diferença traz aquele ponto levantado por Bonnie G. Smith, qual seja, o de que uma escrita histórica pode trazer uma determinada marca de gênero onde o sujeito histórico masculino é privilegiado em detrimento do sujeito histórico feminino. No caso dos textos das historiadoras paraibanas, aqui analisados, esta ausência de diferença está presente em vários, principalmente nos trabalhos biográficos, onde as mulheres aparecem apenas como esposa ou filhas, netas, tetranetas. Mas não só nas biografias. *Curemas* de Olivina Olívia C. da Cunha é uma cidade de homens. Nos trabalhos de Waldice Porto sobre a escravidão, as escravas estão incluídas sob o termo “escravos”. Vilma dos S. C. Monteiro dedicou um comentário um tanto desdenhoso a uma índia que cumpria rituais mágico-religiosos para favorecer os portugueses nas lutas travadas pelas forças militares da Fortaleza de Santa Catarina. Não se pode alegar, para a não inclusão das mulheres, que não havia fontes disponíveis. Em todo caso, em se tratando de uma instituição militar do período colonial, esta ausência é compreensível.

Relativamente aos outros textos de autoria das mulheres do IHGP, a escrita da história não guarda diferenças em relação à escrita sob autoria masculina, no sentido de que

as mulheres aparecem como acessórios aos sujeitos históricos masculinos ou quando desempenham atividades tradicionalmente masculinas, como por exemplo, chefes de governo, ou simplesmente não são mencionadas. Então a questão central é como o objeto é abordado, ou seja, atentando para o fato de que a história é ato de homens e mulheres. Porém não se pode perder de vista as considerações de Michelle Perrot (1989, p.10-11) sobre a interdição arquivística à pesquisa histórica sobre mulheres, ou seja, os arquivos públicos do século XIX guardam silêncio sobre a participação das mulheres. Já os arquivos privados são alvos constantes de destruição, além de que textos escritos por mulheres que desenvolveram alguma escrita são menosprezados.

Fica então o alerta de Georges Duby (Perrot, 1989, p.11) de que “seria necessário (...) não esquecer as mulheres em meio a todos esses homens (...). Fala-se muito delas. Mas que sabemos sobre elas?” Esta pergunta, com um tom de cobrança devida, poderia ser feita a todas as historiadoras do IHGP. Pelo exposto, entendo que a cultura histórica produzida nos textos criados pelas mulheres está espelhada em práticas de historiadores, onde a(s) mulher(s) não ocupa(m) praticamente nenhum espaço. Por tudo isto, concluo que a participação e contribuição das mulheres historiadoras para a modernidade paraibana, enquanto produto existencial da relação entre modernização e modernismo, é predominantemente elitista, pois exclui iletrados, conservadora e masculinizada.

Referências

Fontes históricas

CUNHA, Olivina Olívia Carneiro da. Associações de Outrora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 10, p. 93-98, 1946.

_____. Curemas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 11, p. 129-137, 1948.

_____. As nossas praias e a História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, n.12, p. 179-180, 1953.

_____. Origem e Evolução da Igreja do Bom Jesus. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, n. 13, p. 101-103, 1958.

_____. A fundação do Liceu Paraibano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, n. 14, p. 43-44, 1961.

_____. Comendador Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, n. 16, p. 157-160, 1968.

LEAL, Júlia. Carta da Professora Júlia Leal, da cidade de Areia, endereçada a um parente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, vol.13, p. 23-24, 1958.

LIMA, Albertina C. Traços biográficos de Lindolfo José Correia das Neves e João da Mata Correia Lima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, vol. 12, p. 147-154, 1953.

_____. João Alves Sanches Massa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, n.13, p. 81-85, 1958.

MONTEIRO, Vilma S. C. Fatos da História da Fortaleza de Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, vol. 16, 1968.

_____. Os índios Cariri e a formação do sertanejo paraibano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, vol. 20, 1974.

PORTO, Waldice M. A Lei do Ventre Livre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, vol 19, p. 138-144, 1971.

_____. O elemento servil na transformação Brasil Colônia-Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 20, p. 64-70, 1974.

_____. **Cônego Francisco Lima: historiador e humanista**. João Pessoa: IHGP, 2000.

VIEIRA, Eudésia. **Pontos da História do Brasil**. 8. ed. – João Pessoa: Gráfica Comercial, 1956.

_____. Uma biografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, vol 14, p. 130, 1961.

Livros, revistas, artigos de revistas artigos de jornais, artigos digitais

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: **Ensaio e estudos: crítica e história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: **Ensaio e estudos: crítica e história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Contexto: 2002, p. 28-41.

AGUIAR, Wellington H. V. de. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 3. ed. – João Pessoa: Idéia, 2002.

_____. A paraibana Branca Dias nunca existiu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 29, p. 109-113, maio/1996.

_____. Dr Antonio Pereira de Almeida: um perfil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 37, p. 79-81, out.2002/set.2003.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 3. ed. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

AMORIM, Laura Helena Baracuh. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930 – 1970). In: FERNANDES, Irene Rodrigues, AMORIM, Laura Helena Baracuh. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 49-60.

_____. A economia paraibana na fase da integração produtiva (1970 – 1990). In: FERNANDES, Irene Rodrigues, AMORIM, Laura Helena Baracuh. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 61 – 103.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1999.

ARRUDA, M^a Arminda do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BARBOSA, Cônego Dr. Florentino. O Convento de S. Francisco: estudo histórico e crítico compreendendo todos os períodos, desde a sua fundação até a actualidade (1). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 8, p.5-24, 1935.

BARBOSA, Francisco de Assis. Notas Biográficas. In: ANJOS, Augusto. **Eu: outras poesias. Poemas esquecidos**. 30 ed. - Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

BARROS, Roque Spencer M. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **O Brasil monárquico: declínio e queda do império**. 5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 315-337.

BERNARDO, Ana Maria Coutinho. **Literatura e memória**: resgate das escritoras paraibanas do início do século XX. Disponível em <www.amulhernaliteratura.ufsc.br/literatura_e_memoria3.htm>. Acesso em 14 nov. 2004.

_____. **A Contribuição da Mulher na História da Educação da Paraíba**. In: Anais do V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. João Pessoa, 08 a 11 de outubro de 2001. Disponível em <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/ficha_ana_coutinho.htm>. Acesso em 14 nov. 2004.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 17. reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, Alcides. Os historiadores brasileiros no século XIX. **Separata do Relatório anual da diretoria do Arquivo Nacional**: Rio de Janeiro: [s.ed.], 1927.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____ (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Contexto: 2002, p. 69-90.

BLAY, Eva Alterman. **Enfrentando a alienação: as mulheres e o poder local**. São Paulo: [s.n], 1990.

BONNIE, G. Smith. **Gênero de História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **Las escuelas históricas**. Madrid: Akal, 1992.

BRADBURY, Malcolm. As cidades do modernismo. In: BRADBURY, Malcolm, MCFARLANE, James (orgs.). **Modernismo: guia geral (1890 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras:1989, p.76-83.

BRADBURY, Malcolm, MCFARLANE, James (orgs.). O nome e natureza do modernismo. In: **Modernismo: guia geral (1890 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras:1989, p. 13-42.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Recenseamento de 1 de setembro de 1920**. Synpose. População do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1937**. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.

BLAY, Eva Alterman. **Enfrentando a alienação: as mulheres e o poder local**. São Paulo: [s.n], 1990.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil: 1º de setembro de 1940: Parte VIII – Paraíba**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. Brasil. 1950**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1956.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1958**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1958.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1968**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1968.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. Paraíba. 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Censo Demográfico: mão-de-obra**, Rio de Janeiro: IBGE, 1983, v. 1, t. 5, n. 11.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva,1992.

BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos e ultra-românticos**. São Paulo: Polis; (Brasília): INL, 1979.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

BUENO, Silveira, Francisco. **Dicionário escolar da língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

BURITY, Glauce Navarro. Lourdinias - 60 anos s serviço da comunidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 37, p. 141-144, 2002.

BURKE, Peter. **A escola dos Annalles (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. A História como memória social. In: _____. **Variedades de História cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000, p. 69-89.

_____. **Uma História Social do Conhecimento: de Guttenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, Dossiê Estado e Controle Social, São Paulo, nº 40, p.59-83, 2001.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSÓN, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 250-293.

CÂNDIDO, Gemy. Trinta anos de poesia e ficção modernista. In: MELLO, José Octávio de Arruda, Rodrigues, Gonzaga (orgs.). **Paraíba: conquista patrimônio e povo**. João Pessoa: Grafset, 1993, p.192-199.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaaios racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. **Diálogos**, v. 3, n.3, 1-28, 1999.

_____. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da História**. 15 reimpressão – Rio de Janeiro: Elsevier, p.1-23,1997.

CARTAXO, Rosilda. As mulheres musas dos Anjos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, p. 252-268, set/1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1981.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, Oct. 1998, vol.13, no. 38. ISSN 0102-6909.

CAVALCANTE, Manuel Tavares. **Epítome de História da Paraíba.** Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CITADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 1964.** [João Pessoa]: ADUFPB-JP/SSind, 1993.

CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória e ensino de História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. **A memória e o ensino de História.** Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000, P. 11-22.

COSTA, Simone da Silva. Mulher. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2001, **João Pessoa. Igreja, estado e sociedade: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba. (1940-1950).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002, p. 276-295.

CRUZ, Maria Helena (Coord.) **Memorial do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.** João Pessoa: [s.n], 1995.

CUNHA, Olivina Olívia Carneiro da. **Barão do Abiaí.** João Pessoa: A União, 1940.

D'ALTAVILLA, Jayme. A extinção da Capitania da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba,** João Pessoa, n. 8, p. 75-85, 1935.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998, p. 217-235.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida ab origine:** o Instituto Histórico e a produção da História local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico. [s.l.]: Nova Fronteira, 1996.

DIEHL, Astor Antonio. **A matriz da cultura historiográfica brasileira:** do crescente progresso otimista à crise da razão histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970.** Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. **A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970.** Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

_____. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira.** Porto Alegre: Evangraf, 1993.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FABRIS, Annateresa. Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro. In: _____. (org.) **Modernidade e modernismo no Brasil.** Campinas (SP): Mercado das Letras, 1994, p. 9-25.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 8. ed. – Rio de Janeiro: Globo, 1.v., 1989.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30: historiografia e história.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. A crise dos anos vinte e revolução de 30. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889 – 1930).** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 402 - 426.

FERNANDES, Irene Rodrigues. A economia paraibana na fase do isolamento relativo (1585 –1930). In: FERNANDES, Irene Rodrigues, AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 21-48.

FERREIRA, João. Portugal, um milagre de 860 anos. **História Viva**, São Paulo, n. 4, p.90-94, fev. 2004.

FERRO, Marc. **A História vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 16. ed. – Rio de Janeiro: Edições Grall, 2001.

FRANÇA, Geovânia Fernandes. IHGP: seus instrumentos de acesso à informação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 31, Ano XC, 1999, p. 49-54.

FREIRE, Antonio. **Revoltas e repentes.** João Pessoa: Nova Paraíba Indústria Gráfica, 1974.

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. A professora Maria Emerentina de Gouvêa Coelho nos seus 104 anos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 28, p.327-338, out/1995.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s.d.

GALIZA, Diana Soares. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890 – 1930**. João Pessoa, Idéia, 1993.

_____. **Ireneu Joffily: vida e obra**. João Pessoa: IHGP, [s.d].

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: A. Coelho Dias, 1984.

GLENISSON, Jean. **Introdução aos estudos históricos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultura do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do cárcere; Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: 1998.

_____. O primeiro descobrimento do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 37, out.2002/set.2003.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889 – 1945)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1994.

GUTFRIEND, Ieda. **A construção de uma identidade: a historiografia sul-riograndense de 1925 a 1975**. USP, 1989. Mimeo.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A emancipação do sexo feminino**. Santa Cruz: Edunisc, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HERMANN, Jaqueline. História das religiões e religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da História**. 15 reimpressão – Rio de Janeiro: Elsevier, p 329-352, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O presente como história. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243-255.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apologia da história. **Folha da Manhã**. São Paulo, 18.6.1950, p. 4.

_____. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15.6.1951, p. 12-13.

_____. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

IANNI, Octávio. O processo econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: reações e transações**. 6. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 297-319, 5.v.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 400, a. 159, jul/set., 1998.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA. Estatutos do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, Cidade da Parahyba, n. 1, p. 11-20, 1909.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n.9, p. 109-115, 1937.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, vol. 11, p. 5-17, 1948.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Memorial**. João Pessoa: [s. n], 1995.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Quadro social: memória**. João Pessoa: IHGP, 2004.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. – São Paulo: Ática, 1997.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A. (coord.) **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: marco Zero, 1990, p. 81-101.

JUILLARD, Jacques. A política. In: Le Goff, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 181/196.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. revista e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LACTOURE, Jean. A História imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LEITE, Miriam Moreira L. Mulher e família. **Revista Brasileira de História**. Família e grupos de convívio. São Paulo, vol. 9, n. 17, p. 143-178, set.1988/fev.1989.

LEWIN, Linda. **Politics and Parentela in Paraíba. A case study of oligarchy in Brazil in Old Republic**. Columbia University, 1975.

_____. Algumas implicações Históricas da Organização de parentesco para a Política baseada na família no Nordeste Brasileiro. Trad. de Célia Maria Martins Pereira. In: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 21, n.12. CambridgeUniversity, 1979 (mimeo).

LIMA, Clóvis. Relatórios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 13, p. 148-159, 1958.

LIMA, Pe. Francisco. Nassau: governador do Brasil Holandês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 13, p. 87-91, 1958.

LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-239.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres**. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2002, p. 442-481.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

MCFARLANE, James. O espírito do modernismo. In: BRANDBURY, Malcom, MCFARLANE, James (orgs.). **Modernismo: guia geral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 55-73.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. 1998, 367-421. (História da vida privada no Brasil, 3 v.)

MARIZ, Celso. Manuel Tavares Cavalcante. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 12, p. 137-140, 1953.

_____. O IHGP na evolução cultural da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 13, p. 25-32, 1958.

_____. **Apanhados históricos da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

_____. **Evolução Econômica da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa:[s.d],

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença: Martins Fontes, 1976.

_____. **O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. 14. ed. - São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, 1. v.

MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A (coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

MARTINS, Wilson. **O modernismo: 1916 – 1945**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6. e.d – São Paulo: Atlas, 2004.

MELO, José Batista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. – João Pessoa: SEC/PB, 1996.

MELLO, José Octávio de Arruda. A Paraíba e a década de vinte. In: BASTOS, Abguar, JOFFILY, Irineu, FAUSTO, Boris *et alli*. **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30**. João Pessoa: SEC/DGC, 1979, p. 163-213.

_____. **A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30**. João Pessoa: A UNIÃO, 1984.

_____. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 6. ed. - João Pessoa: Editora Universitária, 2000
MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. – João Pessoa: SEC/CEE, 1996.

_____. Natureza, espaço e historiografia na construção da Paraíba. **Revista do UNIPÊ**, João Pessoa, v. 1, n. 3, p. 129-139, 1998.

_____. Entrevista de Maria Augusta de Oliveira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 30, p. 209-215, ago/1998..

_____. Historiografia paraibana em síntese. **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, n. 173, p. 147-160, 1999.

_____. **O problema do estado na Paraíba: da formação à crise (1930–1996)**. Campina Grande: EDUEP, 2000.

_____. **História, historiografia e ensino em Pedro Nicodemos**. João Pessoa: Edições FUNESC, 2002.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **A crise dos Institutos Históricos**. Porto Alegre: Editora Eletrônica, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. 6. ed. – São Paulo: Ática, 1990.

MOTA, Giselda. Historiografia. Bibliografia. Documentos. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Dimensões: 1822**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NADAI, Elza. O ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. In: PINSKY, Jaime (org). **O ensino de História e a criação do fato**. 2. ed.- São Paulo: Contexto, 1990, p. 23-29.

NICODEMOS, José Pedro. Aspectos ideológicos da colonização lusa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 13, p. 63-73, 1958.

NOVAIS, Fernando A. As dimensões da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 15-26.

NÓBREGA, Evandro. Anita Novinsky, Kayserlinge e os judeus da Ibéria. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 37, p. 65-71, 2002/2003.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755 – 1799)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma (re)ligião**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Verônica de Lorde Batista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GÊNERO E EDUCAÇÃO, I, 2002, João Pessoa. **Participação política das educadoras paraibanas (1928-1934)**. João Pessoa: UFPB, 2002, p. 73.

PALMEIRA, Balila. **José Leal: historiador e jornalista**. João Pessoa: IHGP, [s.d]

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 167-184.

_____. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 9, n.º 18, p. 09-18, 1989.

_____. A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Número Especial, p.358-367, out. 1994.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras isoladas à Era dos grupos Escolares**. Campinas,SP: Autores Associados, 2002.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos práticos e propostas**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2002, p. 17- 36.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTES, Neroaldo Pontes. **Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: SEC, 1984.

PRADO Jr., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 6. ed.- São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. Roteiro para a Historiografia do Segundo Reinado (1840 – 1889). In: **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 185-202.

RAMOS, Adauto. Uma matriarca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 31, 117-123, 1999.

_____. Mamanguape em duas épocas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 37, out.2002/set.2003.

RÉMOND, René. Do político. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 4441-450, 1996.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. Uma professora na época colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n. 28, p. 319-321, out/1995.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. História e Pensamento Único. In: LENSKIJ, Tatiana, HELFER, Nadir Emma (orgs.). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: ANPUH-RS, 2000, p. 141-150.

RICHARDSON, Roberto, Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Jaqueline de Souza e FARIAS, Neudja de Fátima Duarte de. **A trajetória da emancipação feminina na visão na visão do Jornal A UNÃO. Paraíba: 1930 – 1940**. João Pessoa, 2000, 170 p. Monografia – Departamento de Artes e Comunicação, Universidade Federal da Paraíba.

RODRIGUES, Gabriela, PADRÓS, Henrique Serra. História Imediata e Pensamento Único: reflexões sobre a História e o ensino de História. In: LENSKIJ, Tatiana, HELFER, Nadir Emma (orgs.). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/Rs, 2000, p. 123-139.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 4. ed. - São Paulo: Nacional, 1978.

_____. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

_____. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

_____. **História da história do Brasil: historiografia colonial**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

_____. **História da História do Brasil: a historiografia conservadora**. São Paulo: Nacional, 1989.

RODRIGUEZ, Janete Lins, DROULERS, Martine. **João Pessoa: crescimento de uma capital**. João Pessoa: [s.n] 1981.

_____. **Atlas Escolar da Paraíba** 3. ed. - . João Pessoa: Grafset, 2002

SAES, Flávio Azevedo Marques. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. **Revista Boletim de História Demográfica**, Ano X, no. 28, março de 2003, p. 1-24.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. – Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTANA, Martha M.^a Falcão de C e Moraes. Mulheres em marcha: balanço e perspectiva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 29, p. 211-231, 1996.

_____. “Primeira Historiadora e Médica Santaritense”. **O Norte**, João Pessoa, 17 de maio, Coluna Brasil 500 anos, 1998, p. 12.

_____. **Poder e intervenção estatal: Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

_____. (Coord.). Favianni da Silva, 2000. **Dicionário da Participação Política da Mulher na Paraíba: 1928/1940**. (Relatório Final)

SARTORI, Giovani. Que é a política? In: SARTORI, Giovani. **A política**. Brasília: UNB, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5- 22, 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SCWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**.

SILVA, Ataíde Cassimiro da . Uma análise da Revista do IHGP (1909 – 1993). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n, 31, p. 167-182, jul.1999.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 217-240.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S., VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. – Rio de Janeiro: campus, 1997, p. 275 – 296.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra capital, 2002.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. **Duas vidas a serviço da Paraíba: Diógenes e Analice**. João Pessoa: A União, 1976.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres**. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

TERCEIRO Neto, Dorgival. Viúva de João Suassuna reconstitui fatos de 1930 e sua longa caminhada. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n.28, p. 135-157, out/1995.

VEIGA Jr., J. O viver atribulado de Ireneu Pinto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 12, p. 144, 1953.

VIEIRA, Eudésia. **Terra dos Tabajaras**. João Pessoa: Teone, 1955.